

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I - PARTE I

DECRETO N.º 46.231 — DE 18 DE JUNHO DE 1963

ANO CII — N.º 61

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 1963

DECRETO Nº 51.864 — DE 26 DE
MARÇO DE 1963

Aprova novas normas para assinatura de Cartas-Patentes de Oficiais.

O Presidente da República usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição decreta:

Art. 1º. As Cartas-Patentes de que trata o artigo 11 do Decreto-Lei número 9.698, de 2 de setembro de 1946, modelos anexos, passam a ser assinadas:

- as dos Oficiais Generais, pelo Presidente da República, referendadas pelos titulares das respectivas pastas;
- as dos Oficiais Superiores, pelos respectivos Ministros de Estado;
- as dos Capitães e Oficiais subalternos do Exército e da Aeronáutica, pelos Chefes do Departamento Geral do Pessoal e Diretor-Geral do Pessoal, respectivamente, e as dos Capitães-Tenentes e Oficiais subalternos da Marinha, pelo Secretário-Geral da Marinha.

Art. 2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de março de 1963; 142º da Independência e 76º da República.

João Goulart

Pedro Paulo de Araújo Suzano

Amaury Kruei

Reynaldo de Carvalho Filho

A NAÇÃO BRASILEIRA,
POR SEU PRESIDENTE DA
REPÚBLICA,

Houve por bem distinguir o

com o posto de, em
virtude do Decreto de,
publicado no Diário Oficial de,
e por isso manda incluí-lo no Quad-
ro de,
conferindo-lhe a presente Carta-Pa-
tente confirmatória do gozo de privi-
légios, honras, direitos, regalias e van-
tagens nos termos da Lei.

Brasília, em,
O Ministro de Estado da,
Faz saber que,
é Oficial Superior do, do
posto de, em
virtude do decreto de,
publicado no Diário Oficial de,
e por isso lhe confere, "por delegação
do Excelentíssimo Senhor Presidente
da República, de acordo com o decre-
to nº", a presente
Carta-Patente, confirmatória do gozo
das honras, direitos, regalias e vanta-
gens inerentes ao posto, nos termos
da Lei.

Brasília, em

O,
Faz saber que

é Oficial, do posto
de, em virtude da
Portaria nº, de,
publicada no Diário Oficial de,
e por isso lhe é conferida,
de acordo com o Decreto nº,
a presente Carta-Patente, confirmató-
ria do gozo das honras, direitos, re-
galias e vantagens inerentes ao posto,
nos termos da Lei.

Brasília, em

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

SUPERINTENDÊNCIA DO PLA- NO DE VALORIZAÇÃO ECO- NÔMICA DA AMAZÔNIA

DECRETO DE 28 DE MARÇO
DE 1963

O Presidente da República resolve
CONCEDER EXONERAÇÃO, A PEDIDO

Ao Dr. Mário Dias Teixeira, do
cargo, em comissão, de Superinten-
dente do Plano de Valorização Eco-
nômica da Amazônia.

Brasília, DF, em 28 de março de
1963; 142º da Independência e 76º da
República.

João Goulart

O Presidente da República resolve
NOMEAR

De acordo com o art. 23, § 1º do art.
24 da Lei nº 1.806, de 6 de janeiro
de 1953,

Francisco Gomes de Andrade Lima,
para exercer o cargo, em comissão, de
Superintendente do Plano de Valori-
zação Econômica da Amazônia, vago
em virtude da exoneração, a pedido,
do Dr. Mário Dias Teixeira.

Brasília, DF, em 28 de março de
1963; 142º da Independência e 76º da
República.

João Goulart

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

DECRETO DE 28 DE MARÇO
DE 1963

O Presidente da República, resolve:
EXONERAR

Francisco Gomes de Andrade Lima,
das funções de Presidente da Funda-

ção Brasil Central, por ter sido indi-
cado para nova Comissão.
Brasília, D.F., em 28 de março de
1963; 142º da Independência e 76º da
República.

João Goulart

MINISTÉRIO DA JUSTI- ÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DECRETO DE 20 DE MARÇO
DE 1963

Publicado no Diário Oficial de 31 de
março de 1963.

Retificação

Página 2.998 — 3ª coluna

No decreto de naturalização de Flo-
ra Asteria Bellé Cisneros;

Onde se lê: ... da Lei 818, de 18 de
setembro de 1940, ... nascida a 9 de
março de 1935 ...

Leia-se: ... da Lei 818, de 18 de
setembro de 1940, ... nascida a 19 de
março de 1935 ...

MINISTÉRIO DA GUERRA

Decreto de 19, publicado no Diário
Oficial, de 22 de fevereiro de 1963 e re-
tificado no de 21 do mês subsequente.

Retificação

Página 2.001 — 4ª coluna

Na retificação do decreto de Felicia-
no Pinto de Godoy.

Onde se lê: Leia-se... observados
os artigos 53 e 201, da Lei nº 1.316,
de...

Leia-se: Leia-se: ... observados os
artigos 53 e 291, da Lei nº 1.316,
de...

Página 2.002 — 1ª coluna.

Na retificação do decreto de Raul
da Cruz Lima Junior.

Onde se lê: Leia-se: ... de conformi-
dade com a referida Lei nº 1.267,
observados os artigos 53 e 291 da Lei
nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951, 7º
da Lei nº 2.283, de 9 de agosto de 1954,
e 30, letra "c", da Lei nº 4.060, de 11
de junho de 1962.

Leia-se: Leia-se: ... de conformida-
de com a referida Lei nº 1.267, obser-
vados os artigos 53 e 291 da Lei núme-
ro 1.316, de 20 de janeiro de 1951, 7º
da Lei nº 2.283, de 9 de agosto de
1954, e 30, letra "c", da Lei nº 4.060,
de 11 de junho de 1962.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

DECRETO DE 20 DE MARÇO
DE 1963

Publicado no Diário Oficial, de 21
de março de 1963

Retificação

Página 2.002 — 2ª coluna

Onde se lê: Evaristo Lei

Leia-se: Evaristo Leitão

Na mesma coluna.

No decreto de Plínio Luppi

Onde se lê: TC.101.16-B

Leia-se: TC.101-18-B.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

DECRETOS DE 28 DE MARÇO
DE 1963

O Presidente da República resolve
EXONERAR

O Brigadeiro-do-Ar Ary Presser
Bello, das funções de Sub-Chefe de
Estado Maior da Aeronáutica.

Brasília, D. F., em 28 de março
de 1963; 142º da Independência e
76º da República.

João Goulart

Reynaldo de Carvalho Filho

O Presidente da República resolve:
NOMEAR

O Major-Brigadeiro-do-Ar Anysio
Botelho, para exercer as funções de
Comandante da 4ª Zona Aérea.

Brasília, D. F., em 28 de março
de 1963; 142º da Independência e
76º da República.

João Goulart

Reynaldo de Carvalho Filho

O Presidente da República resolve:
NOMEAR

O Brigadeiro-do-Ar Nelson Baena
de Miranda para exercer as funções
de Sub-Chefe do Estado Maior da
Aeronáutica.

Brasília, D. F., em 28 de março
de 1963; 142º da Independência e
76º da República.

João Goulart

Reynaldo de Carvalho Filho

— As Repartições Públicas deverão remeter o expediente destinado à publicação nos jornais, diariamente, até às 15 horas, exceto aos sábados quando deverão fazê-lo até às 11,30 horas.

— As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Seção de Redação, das 9 às 17,30 horas, no máximo até 72 horas após a saída dos órgãos oficiais.

— Os originais deverão ser dactilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, rasuras e emendas.

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso prévio.

Para facilitar aos assinantes a verificação do prazo de validade de suas assinaturas, na

EXPEDIENTE DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILLO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I — PARTE I

Órgão destinado à publicação dos atos da administração descentralizada
Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES	FUNCIONÁRIOS
<i>Capital e Interior:</i>	<i>Capital e Interior:</i>
Semestre . . . Cr\$ 600,00	Semestre . . . Cr\$ 450,00
Ano Cr\$ 1.200,00	Ano Cr\$ 900,00
<i>Exterior:</i>	<i>Exterior:</i>
Ano Cr\$ 1.300,00	Ano Cr\$ 1.000,00

parte superior do endereço vão impressos o número do talão de registro, o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar solução de continuidade no recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação com antecedência mínima, de trinta (30) dias.

— As Repartições Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano e às iniciadas, em qualquer época, pelos órgãos competentes.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos usem os interessados preferencialmente cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos das edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem no ato da assinatura.

— O funcionário público federal, para fazer jus ao desconto indicado, deverá provar esta condição no ato da assinatura.

— O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 0,50, se do mesmo ano, e de Cr\$ 1,00, por ano decorrido.

O Presidente da República resolve:

NOMEAR

O Brigadeiro-do-Ar Ary Presser Bello para exercer as funções de Comandante da Escola Preparatória de Cadetes do Ar.

Brasília, D. F., em 28 de março de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

João GOULART

Reynaldo de Carvalho Filho

O Presidente da República resolve:

NOMEAR

O Brigadeiro-do-Ar — Affonso de Araújo Costa, para exercer as funções de Comandante do Comando Aerotático Naval.

Brasília, D. F., em 28 de março de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

João GOULART

Reynaldo de Carvalho Filho

O Presidente da República resolve:

EXONERAR

O Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Fleiuss, das funções de Diretor-Geral do Ensino da Aeronáutica.

Brasília, D. F., em 28 de março de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

João GOULART

Reynaldo de Carvalho Filho

O Presidente da República resolve:

EXONERAR

O Major-Brigadeiro-do-Ar Dario Cavalcanti de Azambuja, das funções de Diretor-Geral de Aeronáutica Civil.

Brasília, D. F., em 28 de março de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

João GOULART

Reynaldo de Carvalho Filho

O Presidente da República resolve:

NOMEAR

O Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Fleiuss, para exercer as funções de Diretor-Geral de Aeronáutica Civil. Brasília, D. F., em 28 de março de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

João GOULART

Reynaldo de Carvalho Filho

O Presidente da República resolve:

NOMEAR

O Major-Brigadeiro-do-Ar Dario Cavalcanti de Azambuja, para exercer as funções de Diretor-Geral do Ensino da Aeronáutica.

Brasília, D. F., em 28 de março de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

João GOULART

Reynaldo de Carvalho Filho

O Presidente da República resolve:

NOMEAR

O Major-Brigadeiro-do-Ar Antonio Joaquim da Silva Gomes, para exercer as funções de Comandante da 2ª Zona Aérea.

Brasília, D. F., em 28 de março de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

João GOULART

Reynaldo de Carvalho Filho

O Presidente da República resolve:

NOMEAR

O Brigadeiro-do-Ar Ricardo Nicoll, para exercer as funções de Comandante da Escola de Especialistas da Aeronáutica.

Brasília, D. F., em 28 de março de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

João GOULART

Reynaldo de Carvalho Filho

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

— PODER LEGISLATIVO

— CAMARA DOS DEPUTADOS

— Ofício:

- PR 26.901-52 — S. n.º, de 27 de março de 1963. Solicita autorização no sentido de que continue à sua disposição, por mais um ano, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens, Gliberto Amado Pereira Alves, Escrivão de Coletoria Federal do Ministério da Fazenda, lotado na C. F. em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo. — "Autorizo. 27 de março de 1963". — (Enc. ao M. F., em 1 de março de 1963).
- PR 35.902-60 — S. n.º, de 27 de março de 1963. Solicita autorização no sentido de que continue à sua disposição, por mais um ano, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens, José Dias de Freitas, Escrivão de Coletoria do Ministério da Fazenda, lotado na C. F. em Cordeirópolis, Estado de São Paulo. — "Autorizo. 27 de março de 1963". — (Enc. ao M. F., em 1 de abril de 1963).

— PODER EXECUTIVO

— MENSAGEM

- PR 09.336-63 — Nº 057, de 28 de março de 1963. Submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministério da Fazenda, o projeto de lei que autoriza renúncia de direitos creditórios em favor do Estado da Paraíba. — (Enc. à D. C., em 29 de março de 1963).
- PR 9.343-63 — Nº 59, de 27 de março de 1963. Envia ao Supremo Tribunal Federal as informações prestadas pelo Ministério da Aeronáutica, a fim de instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 11.212, impetrado em favor de Euripedes Faig Torres. — (Enc. ao S.T.F., em 28 de março de 1963).
- PR 11.452-63 — Nº 058, de 28 de março de 1963. Envia ao Supremo Tribunal Federal as informações prestadas pelo Ministério da Fazenda, a fim de instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 11.312, impetrado em favor de Sebastião Militão dos Reis. — (Enc. ao S. T. F., em 29 de março de 1963).

— MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— Exposição de Motivos:

- PR 3.256-63 — Nº 254, de 18 de março de 1963. Submete processo em que solicita autorização para que a Administração do Porto

do Rio de Janeiro possa efetuar o pagamento das diferenças salariais a que se refere o Decreto nº 51.570, de 19 de outubro de 1962. — "Autorizo, face à Lei 3.780 e aos despachos constantes de fls. 22 deste processo. O pagamento dos atrasados deverá ser feito parceladamente, conforme as possibilidades financeiras da APRJ ou através recursos especiais, na forma da Lei. 28 de março de 1963". — (Enc. ao MVOP em 29 de março de 1963).

PR 53.693-62 — Nº 253 GM, de 18 de março de 1963. Solicita homologação de viagem realizada à República Argentina pelo Engenheiro João Baptista Simões Corrêa, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a fim de, no interesse da concorrência para a construção do Túnel "Rio de Janeiro — Niterói", visitar obras que estavam sendo executadas pela única firma concorrente. — "Autorizo. 19 de março de 1963". — (Rest. ao MVOP, em 29 de março de 1963).

PR 14.496-63 — Nº 222-GM, de 6 de março de 1963. Solicita autorização para que seja dispensada a realização de concorrência pública para a contratação das obras de construção do trecho ferroviário Nova-Era — Dom Silvério e de retificação do trecho Dom Silvério — Ponte Nova, podendo o Departamento Nacional de Estradas de Ferro adjudicar os serviços nos diversos subtrechos pelos preços da tabela vigente naquele Departamento ou através a celebração de coleta de preços. — "Autorizo na forma da lei, 19 de março de 1963". — (Rest. ao MVOP, em 29 de março de 1963).

PR 14.497-63 — Nº 247 GM, de 15 de março de 1963. Solicita autorização para constituir, com elementos daquele Ministério e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, grupo de trabalho encarregado de estudar esquemas de liquidação das obrigações das ferrovias que integram a Rede Ferroviária Federal S. A., com o referido Banco, inclusive contratos de aval, esclarecendo que aquele grupo será constituído da parte daquela Secretaria de Estado, por componentes do Núcleo de Planejamento do Gabinete Ministerial e da parte daquela Casa de Crédito, pelos funcionários Américo Cury e Carlos Santos Júnior. — "Autorizo. 19 de março de 1963". — (Rest. ao MVOP, em 29 de março de 1963).

— DIVERSOS

— Ofício:

PR 14.642-63 — Nº 31, de 9 de março de 1963, da Companhia de Eletricidade do Amapá. Pelos motivos que menciona, solicita providências no sentido da concessão de garantia, sob a forma de aval do Tesouro Nacional, para uma operação de crédito que possibilite a obtenção de recursos destinados à construção do Sistema Hidrelétrico "Coaracy Nunes", no desnível da Cachoeira do Paredão, no Rio Araguay. — "Ao Sr. Ministro da Fazenda para examinar e propor medidas visando concessão aval solicitada. 28 de março de 1963". — (Enc. ao MF em 29 de março de 1963).

— GOVERNOS ESTADUAIS

— GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

— Ofício:

PR 14.631-63 — Nº 651, de 4 de março de 1963. Solicita sejam colocados à sua disposição, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens, João Smith Filho e José Baltazarino dos Santos, Carteiros, nível 10-A, lotados na Diretoria Regional do Departamento dos Correios e Telégrafos, naquele Estado. — "Autorizo. 27 de março de 1963". — (Enc. ao MVOP, em 1 de abril de 1963).

PR 14.632-63 — Nº 052, de 4 de março de 1963. Solicita seja colocado à sua disposição, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens, Lauro Ferreira do Nascimento, Inspetor do Ensino Secundário, nível 16-A, do Ministério da Educação e Cultura, lotado na Inspeção da Educação. — "Autorizo. 27 de março de 1963". — (Enc. ao MEC, em 1 de abril de 1963).

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PORTARIAS DE 25 DE MARÇO DE 1963

O Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público, usando da atribuição que lhe confere o artigo 85, item XVI, do Decreto número 50.670, de 31 de maio de 1961, combinado com os artigos 2º, parágrafo 1º e 9º, do Decreto nº 43.176, de 4 de fevereiro de 1959, resolve:

Nº 180 — Criar, na Escola de Serviço Público, o Curso Avulso para treinamento funcional de Escreventes-Dactilógrafos e outras categorias se-

melhantes, da Faculdade Nacional de Medicina.

O Diretor da Escola baixará as instruções que regularão o funcionamento do mesmo.

Instruções reguladoras do curso avulso para treinamento funcional de Escreventes-Dactilógrafos e outras categorias semelhantes, da Faculdade Nacional de Medicina, instituído pela Portaria nº 180, de 25 de março de 1963, do Senhor Diretor Geral do D.A.S.P.

Finalidade:

1. O presente Curso tem por finalidade proporcionar aos servidores a oportunidade de adquirirem conhecimentos básicos exigidos para o me-

lhor desempenho das funções burocráticas.

Organização:

2. O Curso versará sobre as disciplinas abaixo distribuídas:

Elementos de Português — 40 aulas.
Noções de Direito — 28 aulas.
2.1. As aulas serão ministradas durante o expediente, em horário a ser indicado oportunamente.

Programa:

3. Os programas das disciplinas que constituem o presente Curso serão elaborados pelos professores regularmente designados pelo Diretor-Geral do D.A.S.P.

Frequência:

4. As horas de aula serão tidas como de efetivo exercício, de acordo com o Decreto nº 50.830, de 22 de junho de 1961.

Condições de Habilitação:

5. Os servidores inscritos no Curso ficam sujeitos à frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total das aulas dadas.

5.1. Ao final do Curso haverá uma prova para cada disciplina para avaliar-se o aproveitamento do servidor.
5.2. Será habilitado o servidor que, além de satisfazer a exigência de frequência mínima, obtiver média igual ou superior a 60 (sessenta), nas 2 (duas) provas.

Disposições finais:

6. Aos alunos habilitados serão expedidos certificados para valorização da vida funcional.

6.1. Para funcionamento eficiente do presente Curso, serão baixadas instruções complementares que se fizerem necessárias.

6.2. Ao Curso aplicar-se-ão, no que couber, as disposições de Leis, Decretos, Regulamentos e Regimentos próprios.

6.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor da Escola de Serviço Público. — *Belmiro Siqueira.*

O Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público, usando da atribuição que lhe confere o artigo 85, item XI, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 50.670, de 31 de maio de 1961, resolve:

Nº 181 — Conceder dispensa a José Rodrigues Dória, ex-ocupante do cargo de Escrivão, nível 8-A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — deste Departamento, de função de substituto eventual do Chefe da Seção de Direitos e Vantagens, do Serviço do Regime Legal do Funcionário, da Divisão do Regime Jurídico do Pessoal.

Nº 182 — Designar Inayá Barbariz Alcântara de Carvalho, Técnico de Administração, nível 17-A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente respectivo, para substituir o Chefe da Seção de Direitos e Vantagens, do Serviço do Regime Legal do Funcionário, da Divisão do Regime Jurídico do Pessoal, em seus impedimentos eventuais. — *M. A. Mendes Junior.*
Subst. do Diretor-Geral.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

PORTARIA DE 12-3-1963

O Diretor-Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco, no uso das atribuições que lhe confere o item XVI do artigo 33 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 29.807, de 25 de julho de 1951, resolve:

Nº 146 — De acordo com o disposto no item IV do artigo 145 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, conceder aos servidores abaixo relacionados, lotados na Diretoria de Produção e Assistência, a partir de 1º de

fevereiro do corrente ano, as gratificações de representações de gabinete adiante estipuladas:

Odorico Antonio W. Barreto — TO-101.17A — Cr\$ 25.000,00.
Milton da Fonseca Pitanga — AF. 201.12A — Cr\$ 25.000,00.
Alba Cristina A. Brandão — AF. 201.16C — Cr\$ 20.000,00.
Judith Rocha Guimarães — AF. 201.14B — Cr\$ 15.000,00.
Aurita Brandão — AF. 632 16C — Cr\$ 15.000,00.
Josias Lunna de Alencar — GL. 303.8B — Cr\$ 8.000,00.
Aruand Marones de Araújo — GI. 303.7A — Cr\$ 8.000,00.
Ismar Moreira Cortes — CT-401.12C — Cr\$ 10.000,00.
Humberto Flutuoso — GL 402.1 — Cr\$ 10.000,00.
Wilson Canellas — CT-401.8A — Cr\$ 10.000,00. — *João Gomes Sobrinho*
— Diretor Superintendente Substituto.

PORTARIA DE 18-3-1963

O Diretor-Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco, no uso das atribuições que lhe confere o item XVI do artigo 33 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 29.807, de 25 de julho de 1951, resolve:

Nº 152 — Remover a pedido Cícero Santos CT-402.7, da Residência Agrícola de Propriedade para a Residência Agrícola de Penado. — *João Gomes Sobrinho* — Diretor Superintendente Substituto.

PORTARIA DE 19-3-1963

O Diretor-Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco, no uso das atribuições que lhe confere o item XVI do artigo 33 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 29.807, de 25 de julho de 1951, resolve:

Nº 153 — Considerar para todos os efeitos a Portaria nº 36 de 10 de janeiro de 1962, publicada no *Diário Oficial* de 24 de mesmo mês e ano, ficando assim, alterada a Portaria número 130 de 14-2-53. — *João Gomes Sobrinho* — Diretor Superintendente Substituto.

PORTARIA DE 20-3-1963

O Diretor-Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco, no uso das atribuições que lhe confere o item XVI do artigo 33 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 29.807, de 25 de julho de 1951, resolve:

Nº 154 — De acordo com o disposto no item IV do artigo 145 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, conceder aos servidores abaixo relacionados lotados no Gabinete da Divisão de Administração a partir de 1º de fevereiro do corrente ano as gratificações de representação de Gabinete adiante estipuladas:

Hylmes Dias — AF.201.12A-II — Cr\$ 20.000,00.
Elina F. da C. Ferreira — AF. 202.8A — Cr\$ 15.000,00.
Lulza Caldeira Dias — AF. 204.7A — Cr\$ 20.000,00.
Maria José T. de Carvalho — AF. 503.7A — Cr\$ 20.000,00.
Paulo Alfredo Duarte — AF. 202.8A — Cr\$ 15.000,00.

Aarão Miranda de Souza — CT. 401.12C — Cr\$ 10.000,00.
Antonio Couto de Araújo — Motorista — Cr\$ 10.000,00.

Armando de Souza Araújo — GL. 101.7A — Cr\$ 10.000,00. — *João Gomes Sobrinho* — Diretor Superintendente Substituto.

PORTARIA DE 21-3-1963

O Diretor-Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco, no uso das atribuições que lhe confere o item XVI do artigo 33 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 29.807, de 25 de julho de 1951, resolve:

Nº 155 — Remover a pedido Sebastião Elias da Silva CT-401.3-B, do

Núcleo Colonial de Petrópolis para o Posto Veterinário de Curvelo. — João Gomes Sobrinho — Diretor-Superintendente Substituto.

PORTARIA DE 23-3-1963

O Diretor-Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco, no uso das atribuições que lhe confere o item XVI do artigo 33 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 29.807, de 25 de julho de 1951, resolve:

N.º 156 — Remover o servidor Alcibíades Nunes de Azevedo, Vacinador, do Posto Veterinário de Pirapora para o Posto Veterinário de Curvelo em interesse da administração.

N.º 157 — Remover o servidor Luiz Gonzaga da Silva, AF-202.8A, do 2.º Distrito — Pirapora para o Posto Veterinário de Curvelo em interesse da administração.

N.º 158 — Remover o servidor Gregório Pacheco de Castro, GL-402.1, do 2.º Distrito — Pirapora para o Posto Veterinário de Curvelo em interesse da administração.

N.º 159 — De acordo com o disposto no item IV do artigo 145, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, prorrogar por duas horas diárias a partir de fevereiro do corrente ano, o expediente dos servidores abaixo relacionados, durante 120 dias interpolados:

Oswaldo Rodrigues Mascarenhas — GL-303.7-A.

João Rodrigues Coutinho — GL-303.7A

Gonçalo Fernandes da Silva — GL-402.1. — Eng.º João Gomes Sobrinho, Diretor Superintendente Substituto.

Concessão de Salário-Família

Dilson Pinheiro Barros — a partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 4 (quatro) dependentes.

Francisco Angelin da Costa — a partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

Antônio Gomes da Silva — a partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 7 (sete) dependentes.

Herondino Alkimin Montalvão — a partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 6 (seis) dependentes.

Antônio Justiniano Neto — a partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 4 (quatro) dependentes.

Darcy da Costa Oliveira Vinagre — a partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 4 (quatro) dependentes.

Jorge Meditieri — a partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 2 (dois) dependentes.

Walter Forte — a partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

Yeanni Pereira Polari — A Partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

Claudio José dos Santos — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 9 (nove) dependentes.

Marcos de Almeida — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

João de Abreu Corrêa — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 5 (cinco) dependentes.

Luiz Araújo Filho — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 1 (um) dependente.

Joaquim Pereira da Silva — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 10 (dez) dependentes.

Maurício Lima — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 4 (quatro) dependentes.

Aristocretes Francisco Canabrava — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 7 (sete) dependentes.

Geraldo Palhares Tameirão — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 7 (sete) dependentes.

José Maria da Costa Medrado — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

Olavo Alves de Barros — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 5 (cinco) dependentes.

Manoel Portela dos Santos — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 1 (um) dependente.

Antônio Evangelista dos Reis — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a (um) dependente.

Jamy Fernandes Oliveira — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a (um) dependente.

Horácio Teixeira Portela — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a um (1) dependente.

Jair Provenzano — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

Arken Alves de Campos — a partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 5 (cinco) dependentes.

Miguel Gorchinsky — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

Eucilides Soares dos Santos — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 6 (seis) dependentes.

Conrado dos Santos — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 4 (quatro) dependentes.

Antônio Couto de Araújo — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 2 (dois) dependentes.

Hermelino Joaquim dos Santos — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 6 (seis) dependentes.

Antônio Oswaldo Teixeira de Oliveira — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

José Carlos de Abreu Lima — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a um (1) dependentes.

Waldemar Moreira dos Santos — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 5 (cinco) dependentes.

Joaquim Ramos da Silva — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

Oswaldo Pereira Fernandes — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a um (1) dependentes.

Francesco Piersantelli — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 1 (um) dependente.

José Vitor Teixeira dos Santos — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 2 (dois) dependentes.

Paulo Décio Estrella da Silva — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

João Castro Moreno — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 7 (sete) dependentes.

Waldomiro Rocha Lima — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 4 (quatro) dependentes.

Wandy Freire Barros — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

Arnaldo Coriolano Rosa — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

Antônio Lopes Gouveia — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

Geraldo Francisco dos Santos — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 7 (sete) dependentes.

Amábilio Luiz Ferreira — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

Carlos Ebert — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 2 (dois) dependentes.

José Antônio Salustiano Costa — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 9 (nove) dependentes.

Pedro de Souza Duarte — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 4 (quatro) dependentes.

Francisca Pimentel Loyola — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

Alcídes Roque da Silva — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 5 (cinco) dependentes.

Marcialino Bispo dos Santos — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 7 (sete) dependentes.

Manoel Olímpio dos Santos — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 5 (cinco) dependentes.

Cícero dos Santos — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 6 (seis) dependentes.

Ireneu da Silva Menegas — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 4 (quatro) dependentes.

José Guarany de Oliveira — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 8 (oito) dependentes.

Fernando Maurício Jardim de Miranda — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 2 (dois) dependentes.

Antônio Evangelista dos Reis — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a um (1) dependente.

Sérgio Garcia Doret — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a um (1) dependente.

Augusto Fernandes dos Santos — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a um (1) dependente.

João Francisco dos Santos — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 2 (dois) dependentes.

Luiz Alves da Silva — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a um (1) dependente.

Altivo dos Santos da Silveira — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 2 (dois) dependentes.

Vicente Demiceli — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 4 (quatro) dependentes.

Lindolfo José da Amorin — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

Antônio Pereira Alves — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 5 (cinco) dependentes.

Alvaro Coelho Maia — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 7 (sete) dependentes.

Manoel Biato Filho — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 7 (sete) dependentes.

Miguel Cordeiro da Silva — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

Renato Alexandre Arold — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

Avelino Pereira da Cruz — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 6 (seis) dependentes.

Hernandino Neres — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 6 (seis) dependentes.

Tenysson Souza Oliveira — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

Claudio Roberto Olivé de Souza — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 2 (dois) dependentes.

Esperidião Ferreira de Araújo — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 8 (oito) dependentes.

Teodoro Pereira da Silva — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a um (1) dependente.

Ulisses Vieira dos Anjos — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a um (1) dependente.

Artur Andrade Maria — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 8 (oito) dependentes.

Waldir Leal — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

Cesar Lima Nascimento — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 2 (dois) dependentes.

Semeão Lopes da Silva — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 6 (cinco) dependentes.

Edvard Romano de Mendonça — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

Edinaldo Ponciano de Souza — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 2 (dois) dependentes.

Francisco Canindé da Costa — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 1 (um) dependente.

Abel Veiga Vieira — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 1 (um) dependente.

Marcido Vasconcelos Paiva — A partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 1 (um) dependente.

um (1) dependente, e outro a partir de junho de 1962.

Marco Elycio Coutinho — A partir de 1 de abril de 1962, relativo a um (1) dependente.

Florêncio Barros Gonzaga — A partir de 1 de novembro de 1962, relativo a um (1) dependente.

Oswaldo Pereira Barbosa — A partir de 1 de julho de 1962, relativo a um (1) dependente.

Valdício Barros — A partir de 1 de novembro de 1962, relativo a um (1) dependente.

Diodécio Lino de Farias — A partir de 1 de janeiro de 1963, relativo a um (1) dependente.

Patrício José Rodrigues — A partir de 1 de janeiro de 1963, relativo a um (1) dependente.

Joaquim Lourenço Brandão — A partir de 1 de outubro de 1962, relativo a um (1) dependente.

Domingos Rosa dos Santos — A partir de 1 de dezembro de 1961, relativo a um (1) dependente.

Heronides Wanderley Santiago Ramos — A partir de 1 de dezembro de 1962, relativo a um (1) dependente.

Néftin Barreto Viana — A partir de 1 de março de 1963, relativo a um (1) dependente.

Alcídes Pinto — A partir de 1 de novembro de 1962, relativo a 2 (dois) dependentes.

Nilton Quirino de Souza — a partir de 1º de novembro de 1962, relativo a um (1) dependente.

João Moua — a partir de 1º de outubro de 1961, relativo a 4 (quatro) dependentes.

Antônio Pereira do Nascimento — a partir de 5 de outubro de 1961, relativo a um (1) dependente.

Antônio José dos Santos — a partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 6 (seis) dependentes.

Estevão Rodrigues Couto — a partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 2 (dois) dependentes.

Antônio Joaquim da Mota — a partir de 5 de outubro de 1961, relativo a (dois) dependentes.

Augusto Rosa dos Santos — a partir de 5 de outubro de 1961, e outro de 1º de abril de 1962, relativo a 6 (seis) dependentes.

Aquino Leite do Prado — a partir de 5 de outubro de 1961, e outro de 1º de dezembro de 1962, relativo a 5 (cinco) dependentes.

Domicio Manfredo Costa — a partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 2 (dois) dependentes.

Antônio Gomes Sobrinho — a partir de 5 de outubro de 1961, e outro de 1º de junho de 1962, relativo a 6 (seis) dependentes.

Gregório Lobato Carvalho — a partir de 5 de outubro de 1961, e outro de 1º de dezembro de 1962, relativo a 4 dependentes.

Ademar Café Pampiona — a partir de 5 de outubro de 1961, relativo a um (1) dependente.

Idal Teixeira — a partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 4 (quatro) dependentes.

Benedito Antônio do Nascimento — a partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

Herbet Neves Lopes Lima — a partir de 5 de outubro de 1961, relativo a 3 (três) dependentes.

João Nely de Menezes Regis — a partir de 1º de janeiro de 1963, relativo a um (1) dependente.

Vivaldo Cecílio da Mota — a partir de 1º de janeiro de 1963, relativo a um (1) dependente.

Benício Lagoa — a partir de 1º de dezembro de 1962, relativo a um (1) dependente.

Arnaldo Baretto Pinto — a partir de 1º de novembro de 1962, relativo a um (1) dependente.

Januário Bispo de Menezes — a partir de 1º de junho de 1962, relativo a um (1) dependente.

Guido Freire da Costa — a partir de 1º de janeiro de 1963, relativo a um (1) dependente.

Abílio Justiniano dos Santos — a partir de 1º de janeiro de 1963, relativo a 2 (dois) dependentes.

Geraldo Angelo da Silva — a partir de 1º de agosto de 1962, relativo a um (1) dependente.

Raimundo Farias Filho — a partir de 1º de fevereiro de 1963, relativo a um (1) dependente.

Joaquim Rodrigues de Aquino — a partir de 1º de abril de 1962, relativo a um (1) dependente.

Adauto Barbosa dos Santos — a partir de 1º de agosto de 1960, e outubro de 1º de outubro de 1961, relativo a 2 (dois) dependentes.

Domingos Dias dos Santos — a partir de 1º de dezembro de 1961, relativo a um (1) dependente.

Elias de Castro França — a partir de 1º de agosto de 1962, relativo a 1 (um) dependente.

Deusdêde Ferreira Lima — a partir de 1º de setembro de 1962, relativo a 1 (um) dependente.

Lirio Vieira Magalhães — a partir de 1º de janeiro de 1963, relativo a 1 (um) dependente.

Pedro Santos — a partir de 1º de janeiro de 1963, relativo a 1 (um) dependente.

Pedro Santos — a partir de 1º de janeiro de 1963, relativo a 1 (um) dependente.

Juvenal Vieira Lima — a partir de 1º de fevereiro de 1963, relativo a 1 (um) dependente.

Evaldo Cirne Marques — o partir de 1º de agosto de 1962, relativo a 1 (um) dependente.

Concedido de licença para tratamento de saúde, na forma do artigo 88, item I, da Lei nº 1.711, de 28.10.52.

Ivan Fortes Ruch — 60 dias a partir de 1.2 a 2.4.63;

Delva Alves de Miranda — 30 dias, a partir de 9.1 a 8.2.63;

Nelson Freitas de Jesus — 60 dias, a partir de 17.1 a 18.3.63;

Afonso Rodrigues Pereira — 90 dias, a partir de 9.2 a 9.5.63;

Pedro Bezerra Dantas — 45 dias, a partir de 7.1 a 21.2.63;

Georgina Tinoco Ribeiro — 45 dias, a partir de 15.2 a 1.4.63;

Juanilo Rezende — 20 dias, a partir de 13.2.62 a 2.1.63.

SECRETARIAS DE ESTADO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 25 DE MARÇO DE 1963.

O Ministro da Justiça e Negócios Interiores, de acordo com o Decreto nº 39.134, de 5 de maio de 1956, resolve:

Nº 60-B — Designar, a partir de 18 de setembro de 1962, Hugo Lisboa Dourado para exercer a função de seu Secretário Particular.

O Ministro da Justiça e Negócios Interiores, tendo em vista o que consta do processo 10.341, de 1.959, e usando da atribuição que lhe confere o artigo 163, item II, do Decreto nº 41.095, de 7 de março de 1957, resolve:

Nº 61-B — Promover, de acordo com os artigos 1º e 3º da Lei 3.067, de 22 de dezembro de 1956, à graduação de cabo-de-esquadra, Roland Gonçalves de Carvalho, soldado reformado da Polícia Militar do ex-Distrito Federal, a partir de 21 de agosto de 1962, data do laudo médico.

O Ministro da Justiça e Negócios Interiores, tendo em vista o que consta do processo 13.757, de 1958, e usando da atribuição que lhe confere o artigo 162, item II, do Decreto nº 41.095, de 7 de março de 1957, resolve:

Nº 62-B — Promover, de acordo com os artigos 1º e 3º da Lei 3.067, de 22 de dezembro de 1956, à graduação de 3º sargento, Arim Lima, cabo reformado do Corpo de Bombeiros do ex-Distrito Federal, amparado pelo artigo 303 do Lei 1.316, de 20 de janeiro de 1951, a partir de 28 de dezembro de 1962, data do laudo médico.

O Ministro da Justiça e Negócios Interiores, tendo em vista o que consta do processo 56, de 1958, e usando da atribuição que lhe confere o artigo 162, item II, do Decreto nº 41.095, de 7 de março de 1957 resolve:

Nº 63-B — Promover, de acordo com os artigos 1º e 3º da Lei 3.067, de 22 de dezembro de 1956, à graduação de cabo, Waldyr José de Carvalho, bombeiro do 2º classe reformado do Corpo de Bombeiros do ex-Distrito

Federal, amparado pelo artigo 303 do Lei 1.316, de 20 de janeiro de 1951, a partir de 28 de dezembro de 1962, data do laudo médico. — João Mangabeira.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 18 DE MARÇO DE 1963

O Ministro de Estado das Relações Exteriores resolve, de acordo com o artigo 68 do Regulamento do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 2, de 21 de setembro de 1961, designar Moacyr Albino de Macedo, ocupante do cargo de Motorista, nível 8, do Quadro do Pessoal Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, para exercer suas funções na Embaixada do Brasil em Moscou. — *Hermes Lima.*

O Ministro de Estado das Relações Exteriores resolve, de acordo com o artigo 23, § 5º, da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, combinado com os artigos 7º, item I, e 13, item II, do Regulamento do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 2, de 21 de setembro de 1961, remover, ex officio, no interesse da Administração, Alberto Vasconcellos da Costa e Silva, ocupante do cargo de Segundo Secretário da carreira de Diplomata, do Quadro do Pessoal Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, da Embaixada do Brasil em Lisboa para a Embaixada do Brasil em Caracas e designá-lo para exercer a função de Segundo Secretário.

Brasília, 18 de março de 1963; 142º da Independência e 75º da República. — *Hermes Lima.*

O Ministro de Estado das Relações Exteriores resolve, de acordo com o artigo 74 e parágrafo único do Regula-

mento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 1, de 21 de setembro de 1961, designar Lindolfo Leopoldo Collor, ocupante do cargo de Segundo-Secretário da carreira de Diplomata, do Quadro do Pessoal Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, para exercer a função de Assistente do Chefe da Divisão do Pessoal do mesmo Ministério. — *Hermes Lima.*

O Ministro de Estado das Relações Exteriores resolve, de acordo com o artigo 74 e parágrafo único do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 1, de 21 de setembro de 1961, conceder dispensa a Jayme Villa Lobos, ocupante do cargo de Terceiro-Secretário, da carreira de Diplomata, do Quadro do Pessoal Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, da função de Assistente do Chefe da Divisão do Pessoal do mesmo Ministério. — *Hermes Lima.*

O Ministro de Estado das Relações Exteriores resolve, de acordo com o artigo 23, § 5º, da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, combinado com os artigos 7º, item I, e 13, item II, do Regulamento do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 2, de 21 de setembro de 1961, remover, ex officio, no interesse da Administração, Maud Polly Góes, ocupante do cargo de Terceiro-Secretário, da carreira de Diplomata, do Quadro do Pessoal Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, da Embaixada do Brasil em Paris para a Embaixada do Brasil em Lisboa e designá-la para exercer a função de Terceiro Secretário.

Brasília, 18 de março de 1963; 142º da Independência e 75º da República. — *Hermes Lima.*

O Ministro de Estado das Relações Exteriores resolve tornar sem efeito a portaria publicada no Diário Oficial de 31 de outubro de 1962, que remove, ex officio, no interesse da Administração, Maud Polly Góes, ocupante do cargo de Terceiro-Secretário, da carreira de Diplomata, do Quadro do Pessoal Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, da Embaixada do Brasil em Paris para o Consulado do Brasil em Trieste. — *Hermes Lima.*

O Ministro de Estado das Relações Exteriores resolve, nos termos do artigo 72 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 1, de 21 de setembro de 1961, designar Daniel Martins Brito, ocupante do cargo de Chefe de Portaria, nível 13, para exercer a função gratificada de Auxílios de Portaria FG-6 (Cr\$ 1.560,00 mensais) vaga em virtude da aposentadoria de Altamir Calmon de Almeida. — *Hermes Lima.*

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA DE 22 DE MARÇO DE 1963

O Chefe do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores usando das atribuições que lhe confere o Decreto nº 1.471, de 23 de outubro de 1962, alterado pelo de nº 1.935, em 26 de dezembro de 1962, do Presidente do Conselho de Ministro, resolve declarar que o servidor Roberto Mário Vas de Melo está amparado pelo artigo 19 da Lei nº 2.780, de 12 de julho de 1960, e sendo ser enquadrado no nível 12 da série de Classe de Oficial de Administração do Quadro Suplementar do Ministério das Relações Exteriores. — *Antônio C. Câmara Canto.*

CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

Lei n.º 4.191, de 24-12-1962

DIVULGAÇÃO N.º 888

Preço Cr\$ 100,00

A VENDA:

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 1

Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Recbôlso Postal

Divisão do Pessoal

Despacho

No requerimento de Fernando Castro Filho, Servente, as alarado a conta de verba global, havendo sido dispensado, pede-lhe sejam asseguradas as garantias estabelecidas no parágrafo único do artigo 23 da Lei nº 4.039-62, o Chefe da Divisão do Pessoal exarou o seguinte despacho:

"Nada há que deferir, pois continua no exercício das funções. Quanto ao benefício preconizado no parágrafo único do artigo 23 da Lei nº 4.039-62, aguarde as providências administrativas que estão sendo adotadas."

Em 18.3.63. — *Brauno Botelho Barbosa*.

Lydia Maria Combacau de Miranda e outras, ex-bibliotecária do Quadro de Pessoal deste Ministério, pedem o pagamento de gratificação de nível universitário, de acordo com o Decreto nº 51.624, de 17 de dezembro de 1952, o Chefe da Divisão do Pessoal exarou o seguinte despacho:

"Indeferido, a vista dos pareceres."

Em 12 de março de 1963. — *Brauno Botelho Barbosa*.

Roberto Dueñas Braga, Oficial de Chancelaria, nível 18, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, deste Ministério, pede a concessão de gratificação de nível universitário, o Chefe da Divisão do Pessoal exarou o seguinte despacho:

"Indeferido, de acordo com o parecer."

Em 13 de março de 1963. — *Brauno Botelho Barbosa*.

Gratificação Adicional por Tempo de Serviço

Nos termos do artigo 145, item XI e 146 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

A Cecília Lisboa Figueira de Mello, Oficial de Chancelaria, nível 18, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, na base de 15%, por haver completado 20 anos de serviço público efetivo em 9 de outubro de 1962, a partir de 10 de outubro de 1962.

A Aureliana Alves Moreira, Escriturária, nível 8, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, na base de 15%, por haver completado 20 anos de serviço público efetivo em 27 de dezembro de 1962, a partir de 28 de dezembro de 1962.

Salário-Família

De acordo com o Decreto nº 6.022, de 23 de novembro de 1943 em seu artigo 4º, item VII.

A Fabio José Ribeiro Alvares, Economista, nível 17, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, por sua esposa Vânia de Oliveira Ribeiro Alvares, a partir de janeiro de 1963.

A Paulo Henrique de Paranaguá, Diplomata, nível 18, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, por seu filho Eduardo de Paranaguá, a partir de março de 1963.

A Newton Costa Ribeiro, Servente, GL — 104-5 do Quadro de Pessoal, do Ministério das Relações Exteriores, por sua filha Helerice Mello Ribeiro, a partir de fevereiro de 1963.

Licença para tratamento de Saúde

Nos termos do artigo 88, item I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

A Maria Argentina Furtado, Mecânico de Máquinas, Código A-1.336-8-A do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, 90 (noventa) dias, de 27 de fevereiro a 23 de maio de 1963.

A Fernando de Menezes Campos, Primeiro Secretário, nível 18, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, do Mi-

nistério das Relações Exteriores, 43 (quarenta e três) dias, de 17 de fevereiro a 31 de março de 1963.

A Ema Maria dos Reis Pelli, Escriturária, Código AF-204-7, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, 1 (hum) dias, 15 de fevereiro de 1963.

A Norma Leite de Barros, Escriturária, Código AF-202-10-B, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, 4 (quatro) dias, de 24 a 27 de fevereiro de 1963.

A Alda Maria Graça Rodrigues, Arquivista, Código EC-303-7-A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, 30 (trinta) dias, de 11 de março a 10 de abril de 1963.

A Lúcia Olinto de Oliveira, Oficial de Chancelaria, Código AF-603-17-A, interino do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores, 10 (dez) dias, de 27 de fevereiro a 8 de março de 1963.

A Iracema Otília Berge, Escriturária, Código AF-202-8-A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, 16 (dezesseis) dias, de 7 a 22 de fevereiro de 1963.

A Léa Coloneze Onorino, Oficial de Chancelaria, Código AF-603-17-A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, 12 (doze) dias, de 11 a 22 de fevereiro de 1963.

A Agostinho Carneiro de Azevedo, Porteiro, nível 9 do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, 1 (hum) dia, 18 de fevereiro de 1963.

A Mário Manoel de Oliveira, Porteiro, nível 9, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, 2 (dois) dias, de 14 a 15 de fevereiro de 1963.

Licença para tratamento de saúde em prorrogação

Nos termos do artigo 88, item I, combinado com o artigo 92, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

A Celestial Alves da Silveira, Redator, Código EC-305-16-A, do Quadro de Pessoal — Parte Suplementar, do Ministério das Relações Exteriores, 30 (trinta) dias, de 12 de fevereiro a 13 de março de 1963.

A Nilton Falcão, Porteiro, Código GL-302-9-A, do Quadro de Pessoal — Parte Suplementar, do Ministério das Relações Exteriores, 180 (cento e oitenta) dias, de 15 de fevereiro a 13 de agosto de 1963.

A Léa Coloneze Bonorino, Oficial de Chancelaria, Código AF-603-17-A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, 20 (vinte) dias, de 23 de fevereiro a 14 de março de 1963.

A Martha Chabassus, Escriturário, Código AF-202-8-A, do Quadro de Pessoal — Parte Suplementar, do Ministério das Relações Exteriores, 60 (sessenta) dias, de 17 de fevereiro a 17 de abril de 1963.

Licença de gestante

Nos termos do artigo 107, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

A Maria Amélia Luz Costa, Taquígrafa, Código AF-501-14, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, 4 (quatro) meses, de 4 de março de 4 de julho de 1963.

Licença para trato de interesses Retificação

A Marianna Yolanda Norris, Oficial de Administração, Código AF-201-

14-B, do Quadro de Pessoal — Parte Suplementar, do Ministério das Relações Exteriores, 1 (hum) ano, a partir de 8 de abril de 1963, nos termos do artigo nº 110, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Retificação

Na Revalidação de Licença do Secretário Roberto Chald Pacheco, publicado no *Diário Oficial*, de 15 de março de 1963, acrescenta-se relativo ao decênio de 9 de setembro de 1950 a 9 de setembro de 1960.

MINISTERIO DA FAZENDA

Contadoria Geral da República

Resumo da Folha de Pagamento de Serviços Extraordinários referente ao mês de janeiro e fevereiro de 1963

NOME — Cargo ou Função	Totais por Pagar
	Cr\$
Regina Lucia Reis Duboc — Contador 18-B.....	23.520,00
Ducilia Domingues Faide — Contador 18-B.....	25.200,00
Dario de Matos Fimmentel — Contador 18-B.....	11.200,00
Hela Fanny Kather — Contador 18-B.....	12.880,00
Maria de Medeiros Barbosa de Souza — Contador 18-B....	23.520,00
Jurema de Moraes — Contador 18-B.....	22.400,00
Ada Trotta — Contador 18-B.....	21.840,00
Maria Terezinha Portugal Neves — Contador 18-B.....	16.800,00
Benedita Rodrigues da Silva — Contador 18-B.....	11.200,00
Ivone do Nascimento França — Contador 18-B.....	24.640,00
Mario Stuart — Contador 18-B.....	11.200,00
Maria Magdalena Coelho Martins — Contador 18-B.....	11.200,00
Antonio Ferreira Vianna Bisneto — Contador 18-B.....	25.200,00
Mercês André de Mello — Contador 17-A.....	10.260,00
Deinevaldo Justiniano Gonçalves — Potreiro 11-B.....	3.245,00
Maria Alves de Menezes — Téc. Aux. Mec. 11-B.....	10.325,00
Carmen Alves de Moura — Téc. Aux. Mec. 11-B.....	12.975,00
Maria Neuza Pessoa de Carvalho — Téc. Aux. Mec. 11-B....	12.880,00
Dilermando Carvalho de Oliveira — Téc. Aux. Mec. 11-B....	12.390,00
Agripino Batista da Silva — Téc. Aux. Mec. 11-B.....	13.275,00
Edson Deslandes — Téc. Aux. Mec. 11-B.....	11.505,00
Maria do Céu Nogueira de Sá — Téc. Aux. Mec. 11-B....	13.275,00
Leda Braga — Datilógrafo 9-B.....	5.280,00
Wilson Justo de Carvalho — Téc. Aux. Mec. 9-A.....	8.975,00
Flory Valente de Carvalho Vianna — Téc. Aux. Mec. 9-A....	11.352,00
Lenice Anna Carvalho da Silva — Téc. Aux. Mec. 9-A.....	11.880,00
Solange Maria Escobar Ribeiro — Téc. Aux. Mec. 9-A.....	11.830,00
Ghildes Osorio da Costa Motta — Téc. Aux. Mec. 9-A.....	11.880,00
Eloyza de Siqueira Gomes — Téc. Aux. Mec. 9-A.....	11.880,00
Cacilda Francisca Barbosa da Silva — Téc. Aux. Mec. 9-A....	11.880,00
Domingos Fernandes Peres — Porteiro 9-A.....	10.560,00
Vilma Lina Ribeiro de Amorim — Téc. Aux. Mec. 9-A....	11.880,00
Nelson Justo de Carvalho — Téc. Aux. Mec. 9-A.....	11.880,00
Antonio Francisco Lemos — Téc. Aux. Mec. 9-A.....	11.880,00
Heliana Romeiro — Téc. Aux. Mec. 9-A.....	11.880,00
Lycia Couto Jardim — Téc. Aux. Mec. 9-A.....	11.880,00
Nivalva Brandão Rodrigues da Silva — Téc. Aux. Mec. 9-A....	11.880,00
Antonio Luiz de Abreu — Téc. Aux. Mec. 9-A.....	11.880,00
Maria Madalena Braga de Oliveira — Téc. Aux. Mec. 9-A....	11.880,00
Flavia Lobo Olivieri — Téc. Aux. Mec. 9-A.....	11.616,00
Helio Eduardo Fernandes — Téc. Aux. Mec. 9-A.....	11.088,00
Maria Helena Lopes Diniz Gonçalves — Téc. Aux. Mec. 9-A....	4.752,00
José Carvalho Queiroz — Téc. Aux. Mec. 9-A.....	10.560,00
Sebastião Barbosa — Téc. Aux. Mec. 9-A.....	11.880,00
Jorge Fontana de Moraes — Téc. Aux. Mec. 9-A.....	11.880,00
Ivette Tereza dos Santos Coimbra — Datilógrafo 7-A.....	10.252,00
Adilea Rego Correia — Datilógrafo 7-A.....	9.786,00
Nancy de Araujo — Datilógrafo 7-A.....	10.252,00
Euridice Lins Bezerra — Esc. Datilóg. 7-A.....	4.427,00
Luiz Meda — Servente 5.....	4.040,00
Napoleão Medeiros — Servente 5.....	9.090,00
Francisco Veiga dos Santos — Servente 5.....	8.484,00
Edmir Vieira Lima — Téc. Contab. 15-B.....	14.518,00
Total	664.563,00

Decreto-lei, verba, consignação e subconsignação — Lei nº 4.177, de 11.12.62 — Verba 1.0.00 — Custeio — Consignação 1.1.00 — P. Civil — Subconsignação — 1.1.15 — Gratificação pela prestação de serviços extraordinários. 10.01 — Contadoria Geral da República — D.P.

Disposição legal ou regulamentar que autoriza o pagamento da concessão: Art. 1º, letra "g", do Dec. 5.062, de 27 de dezembro de 1939, e item I, do art. 150, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Confere e importa a presente folha de pagamento em Cr\$ 664.563,00 (seiscentos e sessenta e quatro mil quinhentos e sessenta e três cruzeiros).

Contadoria Geral da República, março de 1963. — Visto: *Lacy de Almeida Vivas*, Chefe do S.P.A. — *Luiz da Luz Soares*, Chefe do S.A.

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

PORTARIA DE 20 DE MARÇO DE 1963

O Procurador-Geral da Fazenda Nacional resolve:

Usando de atribuições que lhe confere o art. 24 do Regimento da Procuradoria-Geral (Dec. nº 39.087, de 30-4-56):

Nº 10 — Designar o Procurador do Ministério da Fazenda, Carlos da Cunha Braga representante desta Procuradoria-Geral em Brasília, atribuindo-lhe os seguintes encargos:

a) informar-se junto ao Supremo Tribunal Federal, ao Tribunal Federal de Recursos e a qualquer Vara da Fazenda Pública, da situação de processos de relevante interesse para a Fazenda Nacional, conforme as recomendações que lhe forem transmitidas, em cada caso, pelo Procurador-Geral para isso articulando-se com a Subprocuradoria-Geral da República e os Srs. Procuradores da República;

b) quaisquer outras incumbências, que lhe forem confiadas pelo Procurador-Geral, no interesse dos serviços do Órgão central e de defesa da Fazenda, para o que manterá entendimentos inclusive com os diversos órgãos ministeriais já sediados em Brasília. — *Marcos Boelho.*

Diretoria das Rendas Internas

CIRCULAR Nº 43, DE 20 DE MARÇO DE 1963

O Diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional, no uso de suas atribuições legais, tendo cumprimentado à determinação do Senhor Ministro contida no processo nº 298.822 de 1962, declara aos Senhores Chefes das repartições subordinadas para seu conhecimento e devidos efeitos que, sob a condição de ministrar assistência gratuita e aplicar suas rendas integralmente no país para os respectivos fins — A Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade de Mesquita com sede em Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro goza de isenção tributária relativamente a:

I — Imposto de Consumo sobre os bens que importar, produzir ou adquirir do fabricante no mercado interno, exclusivamente para uso próprio ou para utilização na distribuição gratuita aos seus assistidos, tendo em vista as suas finalidades;

II — Imposto do selo nos papéis em que for parte, observada a regra de que "havendo mais de um signatário se algum deles gozar de isenção, o ônus do imposto recairá sobre os demais";

III — Imposto único sobre energia elétrica que consumir em seus estabelecimentos;

IV — Imposto de importação sobre os bens que importar.

Para continuar usufruindo esse favor, fica igualmente a referida entidade obrigada a enviar a esta Diretoria, até o dia 31 de janeiro de cada ano, por intermédio da repartição arrecadadora local, os seguintes elementos relativos ao exercício anterior:

a) Demonstração minuciosa do movimento financeiro;

b) relatório em que figurem, quanto ao Imposto de Consumo, além de outros dados esclarecedores, a quantidade, valor, e espécie dos produtos adquiridos, as firmas fornecedoras e seu endereço. — *Augusto Lins e Silva Filho, Diretor.*

(Nº 11.389 — 22-3-63 — Cr\$ 2.346,00).

Superintendência da Moeda e do Crédito

DESPACHOS DO MINISTRO DA FAZENDA

Em 22 de março de 1963

Banco de Cachoeiro de Itapemirim S.A.

Processo nº 1.657-61 — Prorrogação, por mais seis meses, a contar de seu vencimento, do prazo de validade da carta-patente número 6.730, de 30 de janeiro de 1962, que o habilitava a instalar agência em Campos (RJ).

Processo nº 2.670-62 — Transferência para São Gonçalo (RJ), da con-

cessão obtida para instalar filial em Vitória (ES), carta-patente número 6.729, de 30 de janeiro de 1962 — o prorrogação, por mais seis meses, a contar de seu vencimento, do prazo de validade daquele diploma.

Banco da Lavoura e Comércio do Estado de São Paulo S.A.

Processo nº 686-62 — Prorrogação, por mais 6 meses, do prazo de validade da carta-patente número 6.471, de 30 de novembro de 1961, que o habilitava a instalar filial em Porto Feliz (SP).

Processo nº 2.282-62 — Autorização para instalar agência em São Paulo (SP);

Processo nº 2.283-62 — Prorrogação, por mais seis meses, do prazo de validade da carta-patente número 6.466, de 30 de novembro de 1961, que o habilitava a instalar agência em Jacupiranga e transferência dessa concessão para Vicente de Carvalho, cidadão do Estado de São Paulo. — Defiro nos termos dos pareceres da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Banco Andrade Arnaud S.A.

Processo nº 146-63 — Aprovo, nos termos dos pareceres da Superintendência da Moeda e do Crédito, a reforma dos estatutos promovida pelo Banco Andrade Arnaud S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro (RJ), em assembleia geral extraordinária de 30 de novembro de 1962. — Restitua-se o processo àquele órgão, para as providências posteriores.

ARQUIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Repositório de doutrina, decisões administrativas, pareceres, acórdãos dos tribunais judiciais, legislação, acompanhado de índices analítico e alfabético. Publicação trimestral.

N.º 82 — JUNHO DE 1962

Preço: Cr\$ 300,00

A VENDA:

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 1

Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Diretoria de Telégrafos

PORTARIA Nº 81, DE JANEIRO
DE 1963

O Diretor de Telégrafos, em virtude da delegação de poderes que lhe confere a Portaria nº 177, de 2 de março de 1962, publicada no *Diário Oficial* de 15 do mesmo mês, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, atendendo ao que requereu Casimiro Filho (Indústria e Comércio) S. A., permissionária do serviço interior limitado pela Portaria nº 170-MVOP, de 26 de fevereiro de 1962, resolve:

1) Aprovar os locais assinados nas plantas que com esta baixam, devidamente rubricadas pelo Chefe da Segunda Seção da Diretoria de Telégrafos, situados, respectivamente:

Fixa:

a) em sua sede, à Rua Sena Madureira, nº 741-743, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará; e

Móveis:

a) no navio "MIRO";

b) no navio "MIROMAR".

3) Aprovar a documentação constante de diagrama, orçamento e especificações técnicas, também rubricada pelo Chefe da Segunda Seção da Diretoria de Telégrafos, relativas aos transmissores marca Elstromekano, tipo S-149, de 150 watts, para bordo dos navios NATAL e MIRO; SVENSKA, de 70 watts, para bordo do navio MIROMAR; e M. P. PEDERSEN, de 250 watts para a estação costeira. — *Gustavo Bandeira de Mello*.

(Nº 11.408 — 22-3-63 — Cr\$ 1.326,00)

SA — DT

DESPACHO DO DIRETOR

Proc. nº 16.428-63 — A Companhia Rádio Internacional do Brasil (RADIOBRASIL), concessionária de serviço internacional de Telex, pela Portaria nº 258-MVOP de 22-6-60, está autorizada a utilizar três (3) linhas privadas, alugadas a Companhia Telefônica Brasileira, ligando as suas centrais Telex às firmas abaixo mencionadas:

De Janeiro — Estado da Guanabara

- 1 — Banco Auxiliar de Crédito S. A. — Rua Buenos Aires nº 28.
- 2 — Remington Rand do Brasil S. A. — Rua Buenos Aires nº 283 — 5º andar.
- 3 — Representações Atlântica Limitada — Av. Senador Queiroz número 605 — 4º andar — conjunto 410.

As presentes autorizações são a título precário e sobre os aluguéis das linhas, incidem a cota, de 20% a favor deste Departamento, prevista no art. 110, do parágrafo único da Portaria nº 802-MVOP, de 8-12-1961. (*Diário Oficial* de 28-12-61).

PORTARIA Nº 337, DE 6 DE
MARÇO DE 1963

O Diretor de Telégrafos, em virtude da delegação de poderes que lhe confere a Portaria nº 177, de 2 de março de 1962, publicada no *Diário Oficial* de 15 do mesmo mês, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, atendendo ao que requereu a Companhia Rádio Internacional do Brasil, concessionária dos serviços radiotelefônico público internacional, resolve aprovar o diagrama, orçamento e especificações técnicas, que com esta baixam devidamente rubricados pelo Chefe da Segunda Seção da Diretoria de Telégrafos, relativos a uma mesa telefônica de fabricação SESA, modelo 8002A, para o fim que a interessada o instale, por acréscimo, em sua estação de Campina Grande, Pb. — *Gustavo Bandeira de Mello*. (Nº 11.286 — 22-3-63 — Cr\$ 2.040,00)

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 25 DE MARÇO
DE 1963

O Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, resolve:

Nº 131 — Designar, de acordo com os artigos 72 e 73 §§ 1º e 2º da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, o Veterinário TC-1.501-18-B, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura Vicente de Paulo Graça, Diretor 4-C, do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro Sul, para exercer, como substituto automático, o cargo de Diretor Geral do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias, símbolo 2-C, durante os impedimentos legais, eventuais ou temporários do titular, nomeado por decreto de 16 de janeiro de 1963, publicado no *Diário Oficial* da União de 17 de janeiro de 1963.

O Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, resolve:

Nº 132 — Delegar competência ao servidor abaixo mencionado, como se segue:

1º) para requisitar adiantamento e pagamentos à conta dos créditos distribuídos não só ao Tesouro Nacional, como às suas Delegacias Fiscais nos Estados que se mencionam e para onde tiverem sido distribuídos os créditos respectivos de suas repartições;

2º) para realizar coletas de preços e concorrências para aquisição de material ou execução de serviços, julgar e aprovar as mesmas, bem como celebrar contratos para fornecimento de material ou execução de serviços, à conta dos recursos orçamentários próprios;

3º) para requisitar passagens, leitos, poltronas, inclusive em trens de luxo, e transportes em geral nas empresas ferroviárias rodoviárias, marítimas e aéreas do País, quando em objeto de serviço público.

Em todo Território Nacional:

Vicente de Paulo Graça — Veterinário TC-1.001-18-B, Substituto automático do Diretor-Geral do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias. — *José Ermirio de Moraes*.

O Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, resolve:

Nº 133 — Designar, nos termos do Convênio estabelecido entre o Governo Federal e o Instituto Pan-Americano de Geografia e História e tendo

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

em vista o disposto no artigo 37, parágrafo 1º, combinado com o artigo 84 e seus parágrafos, do Regimento do Centro Pan-Americano de Aperfeiçoamento para Pesquisas de Recursos Naturais, aprovado pela Portaria Ministerial nº 800 de 1-9-61 (*Diário Oficial* de 14 de novembro de 1961 — Suplemento), Jorge de Castro — Motorista, para colaborar com o mencionado Centro. — *José Ermirio de Moraes*.

DESPACHO DO MINISTRO

Proc. SC. 2.000-963. — No requerimento em que Avelino B. Pereira pede autorização para ligar um transformador de 30 KVA à linha primária da Estação Experimental de Obita, o Sr. Ministro exarou o seguinte despacho: Indeferido, em face do parecer da Divisão de Obras.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA DE 11 DE MARÇO
DE 1963

O Diretor Geral do Departamento de Administração resolve:

Nº 136 — Designar, de acordo com os artigos 72 e 73, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinados com o artigo 52, inciso II, do Decreto nº 80.618, de 10 de março de 1952, Moacyr Loures Figueiras, ocupante da carreira de Oficial de Administração, Nível 14-B, do Quadro Permanente deste Ministério, Chefe da Seção de Administração do Material (SAM) 5-F, da Divisão do Material, para exercer, como substituto automático, o cargo em comissão de Diretor, Padrão 4-C, da mesma Divisão, durante os impedimentos legais, eventuais ou temporários do respectivo Diretor.

Divisão do Pessoal

ATOS DO DIRETOR

(Concessão de Licença Especial, artigo 116, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952).

Despachos de 1 de fevereiro
de 1963

Maria Theresa Wottmanstetter Barbiéri, Trab. 2, lotado no Serviço

Florestal e com exercício na Seção Administrativa, decênio de 1 de novembro de 1952 a 4 de dezembro de 1962. — SC. 44.487-62.

Despacho de 2 de fevereiro
de 1963

Paulina Dura de Abreu e Silva, Auxiliar de Insp. Sant. Rural, 8, da IR do S.E.T. — decênio de 11 de novembro de 1952 a 12 de janeiro de 1963. SC. 66.566-62.

Despachos de 4 de fevereiro
de 1963

Aurivaldo de Figueiredo Mota da Silva, Fotógrafo 9T, lotado no S.I.A. decênio de 6 de maio de 1952 a 3 de maio de 1962. — SC. 4-508-63.

Despachos de 8 de fevereiro
de 1963

Nereu Moreira da Costa, Ag. Prot. aos Índios 6B, do S.P.I. — decênio de 1 de maio de 1948 a 28 de abril de 1958. — SC. 60.717-62.

Frederico Murinho Braga, Engenheiro Agrônomo, 18-B, do I.E.E.A. — decênio de 12 de dezembro de 1944 a 9 de dezembro de 1954 — SC. 708 de 1963.

Henrique Barros da Silva, Esc. 10, da Divisão do Pessoal — decênio de 14 de janeiro de 1953 a 13 de janeiro de 1963. — SC. 1.643-63.

Maria Augusto de Oliveira, Vet. 18, da Escola Agrotécnica "Nilo Peçanha", sediada em Pinheiral, Estado do Rio de Janeiro — decênio de 7 de junho de 1939 a 7 de julho de 1949. SC. 2.519-63.

Despachos de 12 de fevereiro
de 1963

Oswaldo Estrella de Oliveira, Mecânico de Máquinas, nível 12-B do IRM — Francisco de Souza — decênio de 7 de janeiro de 1953 a 4 de janeiro de 1963. — SC. 5.608-63.

Geraldo Austin, Art. de Manut. 6, lotado na D.D.S.A. — decênio de 30 de maio de 1952 a 27 de junho de 1962. — SC. 21.378-62.

Despachos de 15 de fevereiro
de 1963

José Canuto, Trab. 1, da IRFag., no Ceará — decênio de 1 de janeiro de 1937 a 29 de dezembro de 1946. — SC. 3.257-63.

José Ávila, Aux. Rural 3, IR da D.D.S.A. em Florianópolis — decênio de 25 de maio de 1952 a 19 de setembro de 1962 — SC. 60.262-62.

Elza Maria da Oliveira, Meteorologista 17-A, do S.M. — decênio de 16 de agosto de 1940 a 16 de dezembro de 1959. — SC. 2.602-63.

Geraldo Rodrigues Galvão, tratadista 9, da I.R.F.A. em Minas Gerais — decênio de 1 de janeiro de 1950 a 29 de dezembro de 1959. — SC. 37.251-62.

Waldemar José Maria, Trab. 1, I.R.F.A. no Estado da Guanabara — decênio de 17 de agosto de 1952 a 12 de dezembro de 1962. — SC. 66.307 de 1962.

Murilo Cozzolino Carneiro, Guarda 10-B, da I.R. DIPOA — decênio de 2 de março de 1951 a 28 de fevereiro de 1961. — SC. 67.074-62.

Ramiro Dias da Costa, Trab. 1 do S.A.O. — decênio de 1 de janeiro de 1952 a 20 de janeiro de 1962. — SC. 61.628-62.

Octacílio Flaccoben, Aux. de Insp. Sant. Rural 8, da IR no Rio de Janeiro da DIPOA — decênio de 1 de janeiro de 1953 a 13 de janeiro de 1963. — SC. 61.761-62.

Sylvio Pourchet, Aux. Observ. 6, do IR de Meteorologia — Francisco Souza do S.M. — decênio de 1 de agosto de 1938 a 29 de julho de 1948. — SC. 4.453-63.

Vicente da Silva, Capataz Rural 3, da IRFA em Minas Gerais — decênio de 4 de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1953. — SC. 5.306-63.

João Teixeira Antunes, trab. 1, da Est. Exp. de Passo Fundo — decênio de 1 de junho de 1962 a 29 de maio de 1962. — SC. 4.705-63.

Alexandre Walchenski, trab. 1, da IRFA no Paraná — decênio de 1 de dezembro de 1951 a 4 de dezembro de 1961. — SC. 5.333-63.

Juarez Salema Gomes, Dact. 9, lotado na D.P. — decênio de 23 de dezembro de 1952 a 20 de dezembro de 1962. — SC. 4.434-63.

Arthur Mayer, trab. 1, da IRFA no Paraná — decênio de 1 de dezembro de 1951 a 27 de novembro de 1961. — SC. 5.321-63.

Amáury Amarante Romaguera, Servente 5, do S.N.P.A. — decênio de 2 de janeiro de 1946 a 30 de dezembro de 1953. — SC. 52.310-61.

Despachos de 22 de fevereiro
de 1963

Antônio Casemiro, trab. 1, da Est. de Expurgo de Produtos Vegetais,

DDSV — decênio de 1 de setembro de 1947 a 12 de outubro de 1957. — SC. 5.521-63.

José Thomas Casaretto, Técnico de Laboratório 12, da Escola de Agronomia Eliseu Maciel — decênio de 1 de novembro de 1952 a 27 de janeiro de 1963. — SC. 7.087-63.

João Bezerra Filho, trab. 1, da I.R. F.A. no Rio Grande do Norte — decênio de 1 de janeiro de 1947 a 29 de dezembro de 1956. — SC. 2.521-63.

André Jacob Azim, trab. 1, do Acórd. Florestal com o Estado de Santa Catarina — decênio de 1 de setembro de 1949 a 29 de agosto de 1959. — SC. 6.886-63.

Evangelino Campos, Guarda 10, do PN do RJ — decênio de 20 de novembro de 1952 a 28 de janeiro de 1963. — SC. 66.752-62.

Francisco de Oliveira Lima, trab. 1, da IRFPA em Fortaleza — decênio de 2 de maio de 1952 a 29 de abril de 1962. — SC. 58.685-62.

Pedro Almada, Mot. 10-B, lotado na D.M. — decênio de 1 de setembro de 1951 a 28 de agosto de 1961. — SC. 3.416-63.

João Estevão da Silva, trab. 1, da Est. Exp. de Ourado do I.A.Nt. — decênio de 2 de janeiro de 1944 a 29 de dezembro de 1953. — SC. 2.488 de 1963.

Valdir Vasconcelos Viana, tratorista 9-B, da IRFA em Minas Gerais — decênio de 22 de junho de 1951 a 30 de julho de 1961. — SC. 25.135 de 1962.

Ary de Mattos, Técnico de Lab. 12, lotado na Diretoria do Jardim Botânico — decênio de 15 de setembro de 1944 a 13 de setembro de 1954. — SC. 1.385-63.

José Henrique Sá de Miranda Pinto, Vet. 17-A, da DOP — decênio de 26 de março de 1949 a 19 de dezembro de 1958. — SC. 7.210-63.

Domingos Carvalho da Silva, Ofam. 16-C, da IR — em São Paulo do S. F. — decênio de 1 de dezembro de 1951 a 27 de novembro de 1961. — SC. 17.680-62.

José Fernandes da Silva, Cozinheiro 8-B, do IBEA — decênio de 13 de junho de 1952 a 31 de junho de 1962. — SC. 48.193-62.

Severino Ignacio Soares, trab. 1, do Inst. de Pesquisas e Exp. Agropecuárias do Centro-Sul — decênio de 15 de janeiro de 1963 a 12 de janeiro de 1963. — SC. 5.928-63.

Heitor Placidino da Souza, trab. 1, da Est. Exp. de Água Limpa do I.A.O. em Coronel Pacheco — decênio de 22 de agosto de 1950 a 29 de agosto de 1960. — SC. 6.426-63.

João Brabo de Castro, trab. 1, da IRFPA em Belém-PA. — decênio de 13 de maio de 1948 a 15 de julho de 1958. — SC. 4.086-63.

Alcy Amorim Santos, ofam. 14-B, do S.M. — decênio de 7 de novembro de 1951 a 22 de janeiro de 1962. — SC. 3.422-63.

Luiz Calado de Godoy, Eng. Agrônomo 18-B do I.A.O. — decênio de 20 de julho de 1935 a 16 de julho de 1945. — SC. 4.173-63.

Murilo Oozollino Carneiro, Guarda 10-B, da Insp. Distrital da DIPOA em Juiz de Fora — decênio de 2 de março de 1951 a 26 de fevereiro de 1961. — SC. 1.293-63.

Caetano Francisco, Técnico de Laboratório 14, da Est. de Enologia em Jundiá do S.F. — decênio de 7 de outubro de 1952 a 4 de outubro de 1962. — SC. 3.955-63.

Raimundo Acácio Lopes, trab. 1, da IRFA no Pará — decênio de 1 de janeiro de 1942 a 29 de dezembro de 1951. — SC. 5.591-63.

Maria Ester Falcão de Carvalho, Ofam. 12-A, da IRFA — no Ceará — decênio de 1 de fevereiro de 1934

a 9 de março de 1944. — SC. 4.263 de 1963.

Vitório Palazz, trab. 1, lotado no Posto Agropecuário de Morretas — decênio de 1º de abril de 1939 a 28 de março de 1949. — SC. 4.693-63.

Ari Acinelli, Condutor de Topografia 11-A, da Superintendência de Edifícios e Parques — decênio de 30 de dezembro de 1952 a 27 de dezembro de 1962. — SC. 1.054-63.

Juvino Luiz Tavares, Mot. 12, da D.M. — decênio de 1 de janeiro de 1950 a 2 de janeiro de 1960. — SC. 3.689-63.

Heitor Vieira Fundão, Tênc. Rural 13, do Acórd. de FPV — decênio de 1 de agosto de 1952 a 26 de dezembro de 1962. — SC. 4.379-63.

José Pinto Magalhães, Aux. de Ins. Sanitária e Rural 8, da IR — DSA em Fortaleza — decênio de 1 de janeiro de 1949 a 28 de janeiro de 1959. — SC. 3.698-63.

João Skiba, Aux. Rural 3, da DDSA na IR em Florianópolis — decênio de 1 de dezembro de 1952 a 28 de novembro de 1962. — SC. 3.277-63.

Raul Cordova Ramos, trab. 1, da Faz. de Criação de Lages — decênio de 1 de julho de 1951 a 27 de julho de 1961. — SC. 3.360-63.

João Alexandre da Souza, trab. 1, da IR — FPA em Belém-Pará. — decênio de 27 de maio de 1948 a 24 de maio de 1958. — SC. 4.071-63.

Manoel dos Santos Arruda, trab. 1, do Acórd. de FPA com o Estado de Mato Grosso — decênio de 1 de abril de 1952 a 29 de março de 1962. — SC. 7.506-63.

Francisco Alberto, trab. 1, da IRFA em Mato Grosso — decênio de 7 de outubro de 1952 a 24 de outubro de 1962. — SC. 58.267-62.

Alventino José de Souza, trab. 1, da Escola Nacional de Veterinária — decênio de 28 de maio de 1952 a 25 de maio de 1962. — SC. 29.851-62.

José Leite Pereira, Mot. 8-5, da IRFA — em Pernambuco — decênio de 17 de outubro de 1950 a 13 de outubro de 1960. — SC. 6.050-63.

José Augusto Teixeira, Aux. de Insp. Sanit. e Rural 8, lotado no Acórd. de FPA — decênio de 15 de janeiro de 1948 a 11 de janeiro de 1958. — SC. 21.985-62.

Agnelo Alves Ferreira, trab. 1, da IRFA no Rio Grande do Norte — decênio de 18 de janeiro de 1948 a 10 de janeiro de 1958. — SC. 6.049 de 1963.

Vicente Scurupa, trab. 1, da IR da DDSA em Ponta Grossa — Paraná — decênio de 18 de junho de 1952 a 15 de junho de 1962. — SC. 66.436 de 1962.

João Paulo de Souza, trab. 7, da IRFA — em Goiás — decênio de 4 de maio de 1949 a 1 de maio de 1959. — SC. 6.711-63.

Laila Felipe Leal, Ofam. 12-A, do SEAV — decênio de 18 de abril de 1952 a 4 de outubro de 1962. — SC. 60.954-62.

Lourival Bastos de Menezes, Engenheiro Agrônomo, 18-B, do IBEA — decênio de 15 de junho de 1944 a 12 de junho de 1954. — SC. 5.354-66.

EXPEDIENTE DA DIRETORA

Em 15 de março de 1963

SC. 14.826-59 — Zuleide Soares Cordeiro Ferreira, pedindo reconsideração. — Indefiro o pedido por falta de amparo legal. A readmissão é um favor da administração e não obrigação.

DEPARTAMENTO DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA

PORTARIA DE 13 DE MARÇO DE 1963

O Diretor-Geral do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária resolve:

De acordo com o item IV da Portaria Ministerial 259, de 26 de feve-

reiro de 1957, e nos termos da cláusula terceira do termo do Acórd. firmado aos 13 de novembro de 1952 com o Rio Grande do Norte, para desativamento dos serviços de defesa sanitária animal no referido Estado:

Nº 3 — Designar o Veterinário José Aires Barbosa, em exercício no Serviço do Acórd., para substituto do Executor do mesmo.

Altamir Gonçalves de Azevedo, Diretor-Geral.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 25 DE MARÇO DE 1963

O Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social, no uso das atribuições que lhe confere o regulamento expedido pelo Decreto nº 40.401, de 21 de novembro de 1956, resolve:

Considerando a necessidade de desenvolver os Serviços de Assistência aos Trabalhadores na Região Norte do país;

Considerando que tais Serviços Assistenciais tornam-se prementes para a comunidade de trabalhadores;

Considerando que o levantamento das necessidades daquela comunidade revela a urgência de ação assistencial; Considerando, ainda, que é competência da Comissão do Imposto Sindical ampliar, paulatinamente, dentro dos recursos de que dispõe, a rede de Assistência Social ao trabalhador e sua família;

Nº 110 — a) Criar o Setor Regional da Comissão do Imposto Sindical no Estado do Amazonas;

b) o Diretor-Geral da referida Comissão baixará instruções para execução desta Portaria. — *Altino Affonso*.

Nº 112 — Designar o Bacharel Darcy Paulillo dos Passos, Promotor Público de 2ª Entrância do Estado de São Paulo, para exercer a função de seu Secretário.

Nº 114 — Designar Carlos Matruz, Assistente Técnico, Ref. "75", da Assembleia Legislativa do Estado de S. Paulo, para exercer a função de Subchefe do meu Gabinete.

Nº 116 — Conceder dispensa a Lauro Cruz Mesquita das funções que exerce em seu Gabinete.

Nº 118 — Mandar servir em Brasília, com vantagens estabelecidas no Decreto nº 807, de 30 de março de 1962, Hugo Gueiros Bernardes, Assessor do Trabalho, nível 3-C, deste Ministério, lotado na Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo. — *Altino Affonso*.

DESPACHOS DO MINISTRO

Nº 200.955-62 (D. 15.3.R.) — Atendendo ao que requereu a Associação Profissional da Indústria de Alcais no Estado da Guanabara, no sentido de obter o seu reconhecimento sindical, resolvo reconhecê-la sob a denominação de Sindicato Nacional da Indústria de Alcais, como representante da correspondente categoria econômica integrante do 10º grupo do plano da Confederação Nacional da Indústria, previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, com base territorial nacional. Em 3 de janeiro de 1963. — *Benjamin Eurico Cruz*.

Nº 200.955-62 (D. 15.3.R.) — Em 14 de janeiro de 1963, foi assinada a carta que reconhece como represen-

tante da respectiva categoria econômica, nos termos da legislação em vigor, do Sindicato Nacional da Indústria de Alcais.

Nº 230.658-62 (D. 20.3.R.) Sindicato dos Empregados em Escritórios das Empresas de Transportes Rodoviários do Estado da Guanabara, solicitando aumento de suas mensalidades sociais. Nos termos do parecer da Divisão de Organização e Assistência Sindical e em face da delegação de poderes que me foi conferida pela Portaria nº 47, de 7-2-63, resolvo homologar o ato da assembleia geral extraordinária realizada em 7 de dezembro de 1962, que majorou as mensalidades sociais de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a partir de janeiro p. findo. — Em 13 de março de 1963. *Lúcio Gusmão Lôbo*, Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho.

Nº 110.420-62 (D. 20.3.R.) — De acordo com o parecer da Divisão de Organização e Assistência Sindical e usando da atribuição que me foi conferida pela Portaria nº 47-63, de 11 de fevereiro de 1963, publicada no Diário Oficial de 11-2-63, homologo a reforma estatutária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Manaus, aprovada na assembleia geral realizada em 24-8-61, com a exclusão da emenda proposta ao art. 8º letra b, cujo texto poderá ser conservado. — Em 13 de março de 1963. — *Lúcio Gusmão Lôbo*, Diretor-Geral do D.N.T.

Nº 154.246-62 (D. 20.3.R.) — Interessado: Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais de Flores da Cunha. (RS). — Nos termos do parecer do Departamento Nacional do Trabalho, defiro o pedido para o fim de reconhecer o postulante, sob a denominação de "Sindicato dos Pequenos Produtores Autônomos, de Flores da Cunha", no Estado do Rio Grande do Sul, como entidade sindical de 1º grau, representativa do 4º grupo-pequenos produtores autônomos — do plano da Confederação Nacional da Agricultura — do quadro de atividades e profissões anexo à Portaria Ministerial nº 209-A, de 25.6.62, com sede e base territorial no município de Flores da Cunha, aprovados os respectivos estatutos com as emendas a que se refere o Departamento Nacional do Trabalho. — Em 28 de novembro de 1962. *João Pinheiro Neto*.

Nº 154.246-62 (D. 20.3.R.) — Em 28 de novembro de 1962, foi assinada a carta que reconhece como representante da respectiva categoria, nos termos da legislação em vigor, do Sindicato dos Pequenos Produtores Autônomos de Flores da Cunha.

Nº 178.129-62 (D. 20.3.R.) — Atendendo ao que requereu a Associação Profissional da Indústria da Extração de Fibras Vegetais e do Descaroçamento do Algodão, no Estado do Paraná, no sentido de obter o seu reconhecimento sindical, resolvo reconhecê-la sob a denominação de Sindicato da Indústria da Extração de Fi-

bras Vegetais e do Descarocamento do Algodão, no Estado do Paraná, como representante da categoria econômica integrante do 5º grupo do plano da Confederação Nacional da Indústria — prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, com base territorial no Estado do Paraná, aprovados os seus estatutos, com as alterações propostas pelo Departamento Nacional do Trabalho. — Em 14 de janeiro de 1963. *Benjamin Eurico Cruz.*

Nº 178.129-62 (D. 20.3.R) — Em 14 de janeiro de 1963, foi assinada a carta que reconhece como representante na respectiva categoria econômica, nos termos da legislação em vigor, do Sindicato da Indústria da Extração de Fibras Vegetais e do Descarocamento do Algodão, no Estado do Paraná.

Nº 215.859-62 (D. 20.3.R) Parecer: O Sr. Reuter José de Santana, v.m. recorrer do despacho da Diretoria do Sindicato dos Arrumadores no Estado de Pernambuco, que excluiu do Quadro de Associados, 2. Ouvido o Sindicato, o mesmo pronunciou-se através de brilhante peça, que no entanto, infelizmente nada esclarece quanto a questão do direito e da justiça. 3. No arrazoado de defesa, o Sindicato, além de invocar Emmanuel Kant, informa que consoante o art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho, prescreve em dois anos o direito de pleitear a reparação, o que, no nosso entender também, não cabe no caso, pois havendo matéria própria que regula a matéria — Estatutos do Sindicato — e não prevendo estes estatutos o tempo de prescrição, entendemos ser temporária o presente recurso. 4. Como não foi possível ao recorrido fazer prova hábil do processo e métodos utilizados pela Diretoria na aplicação da penalidade do recorrente, somos de opinião que seja dado provimento ao presente recurso, com a readmissão do Sr. Reuter José de Santana, nos quadros associativos deste Sindicato. — A consideração superior. S.O.R.S. — Em 16.1.1963. — Parecer: O Sindicato errou ao não conceder ao recorrente o direito de prévia defesa, antes de lhe ser aplicada a eliminação do quadro social. Todavia, tendo ocorrido essa eliminação há mais de dois anos, a meu ver está prescrita. O direito de pleitear contra qualquer lesão de direito assegurado na legislação trabalhista consolidada, não tem prazo indefinido para ser exercido. A Consolidação das Leis do Trabalho, em seu art. 11, dispõe: "Não havendo disposição especial em contrário, nesta Consolidação, prescreve em dois anos o direito de pleitear a reparação de qualquer ato infringente de dispositivo nela contido". Assim, parece-me prescrita o direito do recorrente de pleitear a anulação do ato da Diretoria do Sindicato que o eliminou do seu quadro. Principalmente, se considerarmos ser a entidade dessas que distribuem serviço e tem limitado o seu quadro social. Dêse modo, entendendo que, para reingressar no Sindicato, deverá o requerente habilitar-se perante a assembleia geral e aguardar a oportunidade de vaga no quadro social. A consideração do Sr. Diretor. — Em 15 de fevereiro de 1963. *Moacyr V. Silva.* Chefe da Seção de Organização e Registro Sindical. — Despacho: Nos termos da delegação de competência que em foi conferida pelo Sr. Ministro, através da Portaria Ministerial nº 47, de 11 de fevereiro de 1963, indefiro o requerimento de fls. 2, por extemporâneo. — Em 5 de março de 1963. *Lúcio Gusmão Lôbo, Diretor-Geral do D.N.T.*

trução Mármores e Granitos, de Ponta Grossa, no sentido de obter o seu reconhecimento sindical, resolve reconhecer a sob a denominação de Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, de Olaria, Cimento, Cal e Gesso de Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento Armado, de Cerâmica para Construção e de Mármores e Granito de Ponta Grossa, como integrante do 3º grupo do plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, com base territorial no município de Ponta Grossa no Estado do Paraná, aprovados os seus estatutos, com as emendas propostas pelo Departamento Nacional do Trabalho. — Em 12 de dezembro de 1962. *Benjamin Eurico Cruz.*

Nº 130.119-62 (D. 20.3.R) — Em 9 de dezembro de 1962, foi assinada a carta que reconhece como representante de respectiva categoria profissional, nos termos da legislação em vigor, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Olaria, Cimento, Cal e Gesso de Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento Armado, de Cerâmica para Construção e de Mármores e Granitos de Ponta Grossa.

Nº 112.108-62 (D. 20.3.R) — Interessados: Sindicato dos Operários Estivadores de Porto Velho. — Usando atribuições que me foram conferidas através a Portaria nº 405, de 26.12.62, e nos termos do parecer da Divisão de Organização e Assistência Sindical resolve deferir o pedido de extensão da base territorial do Sindicato postulante a todo território federal de Rondônia e homologar a reforma estatutária pleiteada, com as alterações propostas "ex-officio" a fls. 22/22v. Encaminha-se o presente à aludida Divisão, a fim de ser confeccionada a nova carta sindical que será

expedida ao sindicato interessado. — Em 9 de janeiro de 1963. *Justiano J. Silva.* — Diretor-Geral do D.N.T.

Nº 187.338-60 (D. 20.3.R) — Atendendo ao que requereu a Associação Profissional dos Operadores e Empregados em Empresas Exibidoras Cinematográficas, de Manaus, no sentido de obter a sua investidura sindical, nos termos do parecer do Departamento Nacional do Trabalho, resolve reconhecer a postulante sob a denominação de Sindicato dos Operadores e Empregados em Empresas Exibidoras Cinematográficas, de Manaus, como representante das respectivas categorias profissionais integrantes do 2º Grupo do Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura, previsto no quadro de atividades e profissões a que se refere o art. 577, da Consolidação das Leis do Trabalho, com base territorial no município de Manaus, Estado do Amazonas, aprovados os seus estatutos com as emendas propostas pelo Departamento Nacional do Trabalho. — Em 12 de dezembro de 1962. — *Benjamin Eurico Cruz.*

Nº 187.338-60 — Em 12 de dezembro de 1962, foi assinada a carta que reconhece como representante da respectiva categoria profissional, nos termos da legislação em vigor, do Sindicato dos Operadores e Empregados em Empresas Exibidoras Cinematográficas, de Manaus.

Nº 151.283-61 (D. 20.3.R) — Atendendo ao que requereu a Associação Profissional dos Carreiros, de Belém, no sentido de obter a sua investidura sindical, nos termos do parecer do Departamento Nacional do Trabalho, resolve reconhecer a postulante sob a denominação de Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos a Tração Animal de Belém, como representante da respectiva categoria econômica, integrante do 2º grupo do plano da Confederação Nacional de Transporte

Terrestres, previsto no quadro de atividades e profissões a que se refere o art. 577, da Consolidação das Leis do Trabalho, com base territorial no município de Belém, Estado do Pará, aprovados os seus estatutos. — Em 12 de dezembro de 1962. *Benjamin Eurico Cruz.*

Nº 151.283-61 — Em 12 de dezembro de 1962, foi assinada a carta que reconhece como representante da respectiva categoria econômica, nos termos da legislação em vigor, do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos a Tração Animal, de Belém.

COMISSÃO TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO SINDICAL

PORTARIAS DE 22 DE MARÇO DE 1963

O Presidente da Comissão Técnica de Orientação Sindical, de conformidade com o disposto no Decreto nº 47.959, de 26 de março de 1960, resolve:

Nº P-30 — Conceder dispensa ao Oficial de Administração, Nível 12.A, do Quadro do Pessoal da Comissão Técnica de Orientação Sindical, Edson de Araújo Pereira da função de Assistente do Presidente da referida Comissão.

Nº P-31 — Conceder dispensa ao Escrivão, nível 8.A do Quadro do Pessoal da Comissão Técnica de Orientação Sindical José Gabriel de Almeida da função de Assistente do Secretário Geral da referida Comissão.

Nº P-32 — Conceder dispensa à datadora, Nível 16.A do Quadro da Comissão Técnica de Orientação Sindical, Enilda de Rezende da função de Secretária do Presidente da referida Comissão.

Nº P-33 — Designar a Escrivã, classe B, nível 10, do Quadro do Pessoal da Comissão Técnica de Orientação Sindical, Zelina Belizário da Silva, para exercer a função Gratificada, Símbolo-7-F, de Assistente do Presidente da referida Comissão.

Nº P-34 — Designar a Oficial de Administração, classe A, Nível 14, do Quadro do Pessoal da Comissão Técnica de Orientação Sindical, Izaura de Goes Trindade, para exercer a função de Assistente do Secretário Geral, símbolo 19-F, desta Comissão.

Nº 35 — Designar Wny Sangiorgi Rangel para exercer a função de sua Secretária.

Júlio César do Prado Leite.

CONSELHO SUPERIOR DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

SÚMULA DOS JULGAMENTOS DA PRIMEIRA TURMA

Sessão de 26-3-61

MTIC 224.486-68

Origem: Estado da Guanabara
Assunto: Benefício incapacidade
Recorrente: Sebastião Leopoldo de Castro

Recorrido: IAPI
Relator: Nério Battendieri
Decisão: Negou-se provimento ao recurso, unanimemente, por falta de amparo legal, de acordo com os pareceres técnicos constantes do processo.

Sessão de 7-11-61

MTIC 233.392-80

Origem: Estado da Guanabara
Assunto: Benefício incapacidade
Recorrente: Alfredo Pereira da Rosa

COLEÇÃO DAS LEIS DO ESTADO DA GUANABARA 1962

VOL. III

Leis e Decretos de setembro a dezembro

DIVULGAÇÃO N.º 887

Preço: Cr\$ 600,00

A VENDA:

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 1

Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Recorrido: IAPI
Relator: Mário Mesquita Cabral

Decisão: Deu-se provimento ao recurso, unanimemente, para conceder o benefício de acordo com o parecer da Procuradoria do Trabalho.

Sessão de 10-11-61

MTIC 111.946-55

Origem: Americana — SP
Assunto: Benefício incapacidade.
Recorrente: Terezinha Cilloto
Recorrido: IAPI
Relator: Mário Mesquita Cabral
Decisão: Negou-se provimento ao recurso, unanimemente, por falta de amparo legal, de acordo com os pareceres técnicos constantes no processo.

Sessão de 14-11-61

MTIC 124.334-53

Origem: Estado da Guanabara
Assunto: Benefício incapacidade
Recorrente: Diamantina Moreira de Souza
Recorrido: IAPI
Relator: Mário Mesquita Cabral
Decisão: Deu-se provimento ao recurso, unanimemente, para restabelecer a aposentadoria, em caráter definitivo, em cujo gozo se encontrava a segurada há mais de cinco (5) anos, de acordo com a jurisprudência deste Conselho, as decisões do Supremo Tribunal Federal e o parecer da Procuradoria do Trabalho.

MTIC 125.525-55

Origem: Cachoeira — BA
Assunto: Benefício incapacidade
Recorrente: Galdina Silva
Recorrido: IAPI
Relator: João Airton dos Santos
Decisão: Negou-se provimento ao recurso, unanimemente, de acordo com os pareceres técnicos no processo.

MTIC 231.431-54

Origem: Juiz de Fora — SP
Assunto: Benefício incapacidade
Recorrente: Maria Folgosi
Recorrido: IAPI
Relator: João Airton dos Santos
Decisão: Deu-se provimento ao recurso, por unanimidade, para determinar o restabelecimento da aposentadoria em caráter definitivo, de acordo com a jurisprudência mansa e pacífica deste Conselho.

Sessão de 15-11-61

MTIC 148.010-55

Origem: Caxias do Sul — RS
Assunto: Benefício incapacidade
Recorrente: Josefina Pereira
Recorrido: IAPI
Relator: João Airton dos Santos
Decisão: Negou-se provimento ao recurso, unanimemente, de acordo com os pareceres técnicos que instruíram os autos.

Sessão de 17-11-61

MTIC 205.340-54

Origem: Belo Horizonte — MG
Assunto: Benefício incapacidade
Recorrente: Maria Esteves Paixões
Recorrido: IAPI
Relator: Mário Mesquita Cabral
Decisão: Deu-se provimento ao recurso, por unanimidade, para determinar a retroação do benefício como pleiteada, ou seja, a partir de 13 de março de 1951 até a ocorrência do óbito: 2 de abril de 1953.

MTIC 184.058-51

Origem: Sorocaba — SP
Assunto: Benefício incapacidade
Recorrente: Mercedes Pedron
Recorrido: IAPI
Relator: João Airton dos Santos
Decisão: Negou-se provimento ao recurso, unanimemente, de acordo

com os pareceres técnicos no processo.

MTIC 167.179-57

Origem: Belém — PA
Assunto: Benefício incapacidade
Recorrente: Albino Pereira de Lima
Recorrido: IAPI

Relator: João Airton dos Santos
Decisão: Negou-se provimento ao recurso, unanimemente, de acordo com os pareceres técnicos nos autos.

MTIC 145.421-46

Origem: Campinas — SP
Assunto: Aposentadoria por invalidez para Astrogildo Camilo Fernandes
Recorrente: Cia. Mogiana de Estradas de Ferro
Recorrido: ex-CAFPESP

Relator: João Airton dos Santos
Decisão: Tomou conhecimento do processo, por unanimidade, para, de acordo com o documento de fls. 44, considerar o recurso prejudicado por falta de objeto.

MTIC 165.249-57

Origem: Cai — RS
Assunto: Benefício incapacidade
Recorrente: Maria Mercedes dos Santos
Recorrido: IAPI
Relator: João Airton dos Santos
Decisão: Negou-se provimento ao recurso, unanimemente, de acordo com os pareceres técnicos do processo.

MTIC 165.175-54

Origem: São João del Rei — MG
Assunto: Aposentadoria
Recorrente: Maria Rosa das Mercês
Recorrido: IAPI

Relator: João Airton dos Santos
Decisão: Negou-se provimento ao recurso, unanimemente, de acordo com os pareceres técnicos no processo.

MTIC 166.669-57

Origem: Niterói — RJ
Assunto: Benefício incapacidade
Recorrente: Hédia Lourenço de Melo
Recorrido: IAPI
Relator: João Airton dos Santos
Decisão: Negou-se provimento ao recurso, unanimemente, de acordo com os pareceres técnicos nos autos.

Sessão de 4-12-61

MTIC 164.193-55

Origem: Cai — RS
Assunto: Benefício incapacidade
Recorrente: Conceição Edida Costa
Recorrido: IAPI

Relator: José de Brito Freire Sobrinho
Decisão: Negou-se provimento ao recurso, unanimemente, de acordo com os pareceres técnicos constantes dos autos.

Sessão de 6-12-61

MTIC 147.931-60

Origem: Estado da Guanabara
Assunto: Benefício incapacidade
Recorrente: Nilo de Almeida
Recorrido: IAPI

Relator: José de Brito Freire Sobrinho
Decisão: Negou-se provimento ao recurso, unanimemente, por falta de amparo legal, de acordo com os pareceres técnicos no processo.

MTIC 196.222-56

Origem: Santos — SP
Recorrente: Alzira de Jesus dos Santos
Recorrido: IAPETEC
Relator: José de Brito Freire Sobrinho
Decisão: Deu-se provimento ao recurso, unanimemente, de acordo com o parecer da Procuradoria de Minis-

tério Público do Trabalho, constante de fls. 51-62 dos autos.

MTIC 200.406-40

Origem: Belo Horizonte — MG
Assunto: Benefício incapacidade
Recorrente: Francelino Pedro Fildencio

Recorrido: IAPI
Relator: José de Brito Freire Sobrinho
Decisão: Negou-se provimento ao recurso, unanimemente, por falta de amparo legal, de acordo com os pareceres técnicos nos autos.

SESSÃO DE 13-12-61

MTIC — 199.288-54

Origem: São Paulo — SP
Assunto: Benefício incapacidade
Recorrente: Margarida Bolligmano
Recorrido: IAPI
Relator: José de Brito Freire Sobrinho

Decisão: Negou-se provimento ao recurso, unanimemente, por falta de amparo legal, de acordo com os pareceres técnicos dos autos.

MTIC — 937.830-31

Origem: Recife — PE
Assunto: Auxílio — enfermidade
Recorrente: Severino Mariano Barbosa
Recorrido: IAPI
Relator: José de Brito Freire Sobrinho

Decisão: Negou-se provimento ao recurso, unanimemente, por falta de amparo legal, de acordo com os pareceres técnicos dos autos.

Na conformidade do art. 460, do Regulamento Geral da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1940, a data da publicação das decisões das Turmas do Conselho Superior da Previdência Social, no Diário Oficial, marca o início do prazo de 30 (trinta) dias para a revisão, por parte do Excmo. Sr. Ministro, das referidas decisões.

Em face do que estabelece a Portaria Ministerial nº 71, publicada no Diário Oficial de 16 de março de 1962, os pedidos de revisão dirigidos ao Sr. Ministro, poderão ser apresentados diretamente ao Presidente do Conselho Superior da Previdência Social, por intermédio de sua Secretaria, independentemente da publicação das decisões das Turmas, podendo, ainda, os interessados ter vista dos respectivos processos no mencionado órgão, localizado no 9º andar do Palácio do Trabalho, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. — Antônio de Menezes Serôdio — Chefe do Serviço de Administração — CSFS.

Súmula dos Julgamentos da Segunda Turma

SESSÃO DE 16-1-62

MTIC — 104.918-59

Origem: Bauri — SP
Assunto: Reembolso despesas médicas

Recorrente: João Arlindo da Cruz
Recorrido: ex-CAFPESP
Relator: Simão Patrício de Almeida

Decisão: Deu-se provimento ao recurso, unanimemente, de acordo com o parecer da Procuradoria do Ministério Público do Trabalho.

MTIC — 150.964-55

Origem: Nova Lima — MG
Assunto: Aposentadoria
Recorrente: Augusto Mendes Magalhães

Recorrido: IAPETEC
Relator: Jorge Coelho Monteiro
Decisão: Deu-se provimento ao recurso, unanimemente, de acordo com o parecer da Procuradoria do Ministério Público do Trabalho.

Sessão de 1-2-62

MTIC — 193.632-58

Origem: Rio — GB
Assunto: Revisão cálculo de aposentadoria
Recorrente: Francisco Batista do Nascimento

Recorrido: IAPM
Relator: Tarquínio Colatino Baimha
Decisão: Negou-se provimento ao recurso, unanimemente, de acordo com o parecer da Procuradoria do Ministério Público do Trabalho.

SESSÃO DE 5-2-62

MTIC — 106.433-59

Origem: Porto Alegre — RS
Assunto: Pensão beneficiários José R. Bohm
Recorrente: IAPM
Recorrido: Conselho Fiscal
Relator: Simão Patrício de Almeida

Decisão: Deu-se provimento ao recurso, unanimemente, de acordo com o parecer da Procuradoria do Ministério Público do Trabalho.

MTIC — 117.851-58

Origem: Santos — SP
Assunto: Pensão
Recorrente: Lino Otá Jardon
Recorrido: IAPETEC
Relator: Simão Patrício de Almeida
Decisão: Deu-se provimento ao recurso, unanimemente, de acordo com o parecer da Procuradoria cujos termos adota.

MTIC — 186.057-57

Origem: Botucatu — SP
Assunto: Inscrição beneficiário Waldomiro S. Cury
Recorrente: IAPB
Recorrido: Conselho Fiscal
Relator: Tarquínio Colatino Baimha
Decisão: Negou-se provimento ao recurso do Instituto, unanimemente, para manter a resolução recorrida.

MTIC — 137.134-57

Origem: Aracaju — SE
Assunto: Inscrição beneficiário Tarclio B. Dantas
Recorrente: IAPB
Recorrido: Conselho Fiscal
Relator: Tarquínio Colatino Baimha
Decisão: Negou-se provimento ao recurso do Presidente do Instituto, unanimemente, para manter a resolução recorrida.

MTIC — 194.219-57

Origem: São Leopoldo — RS
Assunto: Inscrição beneficiário Lido Konze
Recorrente: IAPB
Recorrido: Conselho Fiscal
Relator: Simão Patrício de Almeida

Decisão: Negou-se provimento ao recurso, unanimemente, para manter a resolução recorrida.

MTIC — 194.258-57

Origem: Fortaleza — CE
Assunto: Pedido de inscrição
Relator: Tarquínio Colatino Baimha
Recorrido: IAPB
Relator: Tarquínio Colatino Baimha

Decisão: Negou-se provimento ao recurso da Instituição, unanimemente, para manter a resolução recorrida.

MTIC — 203.509-58

Origem: São Paulo — SP
Assunto: Pensão para Maria Lazzarini de Oliveira
Recorrente: Presidente ex-C.A.P.F.E.S.P.
Recorrido: Conselho Deliberativo
Relator: Simão Patrício de Almeida

Decisão: Negou-se provimento ao recurso do Presidente da Instituição, unanimemente, de acordo com o parecer da Procuradoria do Ministério

Público do Trabalho, constante dos autos.

SESSÃO DE 6/2/62

MTIC — 169.084-58

Origem: São Luiz Gonzaga — RS.
Assunto: Inscrição beneficiária He-
lio B. Caetano.
Recorrente: IAPB.
Recorrido: Conselho Fiscal.
Relator: Tarquínio Colatino Bai-
nha.

Decisão: Negou-se provimento ao
recurso da Instituição, unanimemente,
para manter a resolução recorrida.

MTIC — 177.839-58

Origem: Rio — GB.
Assunto: Pensão.
Recorrente: Clarisse Augusta da
Costa Guerra.
Recorrido: IAPM.
Relator: Simão Patrício de Almei-
da.

Decisão: Negou-se provimento ao
recurso, unanimemente, de acordo com
o parecer da Procuradoria do Minis-
tério Público do Trabalho.

MTIC — 182.673-53

Origem: Rio — GB.
Assunto: Aposentadoria.
Recorrente: Francisco Kologe.
Recorrido: ex-C.A.P.F.E.S.P.
Relator: Simão Patrício de Almei-
da.

Decisão: Negou-se provimento ao re-
curso, unanimemente, para manter a
resolução recorrida.

MTIC — 169.086-58

Origem: Pompéia — SP.
Assunto: Pedido de inscrição.
Recorrente: Antonio Jordão Filho.
Recorrido: IAPB.

Relator: Tarquínio Colatino Bai-
nha.
Decisão: Negou-se provimento ao re-
curso, unanimemente, para manter a
resolução recorrida.

MTIC — 214.855-57

Origem: Curitiba — PR.
Assunto: Inscrição beneficiária He-
lio Fernandes.
Recorrente: IAPB.
Recorrido: Conselho Fiscal.
Relator: Tarquínio Colatino Bai-
nha.

Decisão: Negou-se provimento ao re-
curso, unanimemente, para confirmar
a decisão recorrida.

MTIC — 217.939-57

Origem: Pelotas — RS.
Assunto: Inscrição beneficiária Jo-
sé J. B. Maurício.
Recorrente: IAPB.

Recorrido: Conselho Fiscal.
Relator: Tarquínio Colatino Bai-
nha.

Decisão: Negou-se provimento ao re-
curso, do Presidente do Instituto, unâ-
nimemente, para manter a resolução
recorrida.

SESSÃO DE 7/2/1962

MTPS — 115.379-61

Origem: Rio — GB.
Assunto: Pensão para Maria Cae-
tano de Moura.
Recorrente: IAPM.
Recorrido: Conselho Fiscal.
Relator: Simão Patrício de Almei-
da.

Decisão: Negou-se provimento ao re-
curso, do Presidente da Instituição,
unanimemente, para manter a decisão
recorrida, nos termos da Procuradoria
do Ministério Público do Trabalho.

SESSÃO DE 8/2/62

MTIC — 101.553-60

Origem: Belo Horizonte — MG.
Assunto: Recombolso despesas médi-
cas.
Recorrente: Wilson Gomes.
Recorrido: ex-C.A.P.F.E.S.P.

Relator: Jorge Coelho Monteiro.
Decisão: Deu-se provimento ao re-
curso, unanimemente, para conceder
o reembolso total das despesas.

MTIC — 208.505-58

Origem: São Paulo — SP.
Assunto: Aposentadoria.
Recorrente: Everaldo Lopes.
Recorrido: ex-C.A.P.F.E.S.P.
Relator: Tarquínio Colatino Bai-
nha.

Decisão: Negou-se provimento ao re-
curso, unanimemente, de acordo com
o parecer da Procuradoria do Minis-
tério Público do Trabalho.

Na conformidade do art. 460, da Re-
gulamento Geral da Previdência Socia-
l, aprovado pelo Decreto número
48.939-A, de 19 de setembro de 1960, a
data da publicação das decisões das
Turmas do Conselho Superior da Previ-
dência Social, no *Diário Oficial*, marca
o início do prazo de 30 (trinta) dias
para a revisão, por parte do
Exmo. Sr. Ministro, das referidas de-
cisões.

Em face do que estabelece a Porta-
ria Ministerial nº 71, publicada no
Diário Oficial de 16 de março de 1962,
os pedidos do Ministro, poderão ser
apresentados diretamente ao Presiden-
te do Conselho Superior da Previdên-
cia Social, por intermédio de sua Se-
cretaria, independentemente da publi-
cação das decisões das Turmas, po-
nendo, ainda, os interessados ter vi-
sta dos respectivos processos no man-
dado órgão, localizado no 9º andar
do Palácio do Trabalho, na cidade do
Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.
— Antonio de Menezes Serodio —
Chefe do Serviço de Administração.

SESSÃO DE 6/11/61

MTIC — 189.793-57

Origem: Santa Cruz do Sul — RS.
Assunto: Benefício Incapacidade.
Recorrente: Alvina da Silva Schenk.
Recorrido: IAPI.

Relator: Mário Mesquita Cabral.
Decisão: Negou-se provimento ao re-
curso, unanimemente, por falta de
amparo legal, de acordo com os pa-
receres técnicos dos autos.

MTIC — 174.827-59

Origem: E. Guanabara — GB.
Assunto: Benefício Incapacidade.
Recorrente: Nadir Leal dos Santos.
Recorrido: IAPI.

Relator: Mário Mesquita Cabral.
Decisão: Negou-se provimento ao re-
curso, unanimemente, para manter a
decisão recorrida, de acordo com os
pareceres técnicos dos autos.

SESSÃO DE 8/11/61

MTIC — 150.030-53

Origem: Recife — PE.
Assunto: Benefício Incapacidade.
Recorrente: Lauro Caroba.
Recorrido: IAPI.

Relator: Mário Mesquita Cabral.
Decisão: Negou-se provimento ao re-
curso, unanimemente, de acordo com
os pareceres técnicos nos autos.

MTIC — 124.010-58

Origem: São Paulo — SP.
Assunto: Auxílio doença.
Recorrente: Joaquim Ramos.
Recorrido: IAPC.

Relator: Mário Mesquita Cabral.
Decisão: Negou-se provimento ao re-
curso, unanimemente, de acordo com
os pareceres técnicos nos autos.

MTIC 109.830-51

Origem: Juiz de Fora — MG.
Assunto: Auxílio doença.
Recorrente: Pedro Lage Fº.
Recorrido: ex-CAP dos Ferrovários
da Central do Brasil.

Relator: Mário Mesquita Cabral.
Decisão: Negou-se provimento ao
recurso, unanimemente, por falta de
amparo legal, de acordo com os pa-
receres técnicos constantes dos autos.

MTIC 158.779-55

Origem: Belém — PA.
Assunto: Benefício Incapacidade.
Recorrente: Jerônima Severina Reis.
Recorrido: IAPI.
Relator: Mário Mesquita Cabral.
Decisão: Negou-se provimento ao
recurso, unanimemente, por falta de
amparo legal, de acordo com os pa-
receres técnicos nos autos.

Sessão de 10-11-61

MTIC 118.970-55

Origem: Tangara — SC.
Assunto: Benefício Incapacidade.
Recorrente: Sebastião Correia Couto.
Recorrido: IAPI.
Relator: Mário Mesquita Cabral.
Decisão: Negou-se provimento ao
recurso, unanimemente, em face do
que opina a Divisão Jurídica do Ins-
tituto e dos pareceres da Consultoria
Médica e Procuradoria do Ministério
Público do Trabalho.

Sessão de 14-11-61

MTIC 231.650-52

Origem: Guanabara — GB.
Assunto: Benefício Incapacidade.
Recorrente: Fernando Sabino dos
Santos.
Recorrido: IAPI.
Relator: Mário Mesquita Cabral.

Decisão: Negou-se provimento ao
recurso, unanimemente, de acordo com
os pareceres técnicos nos autos e as
informações prestadas pela Instituição.

MTIC 154.322-54

Origem: Belo Horizonte — MG.
Assunto: Auxílio doença.
Recorrente: Sebastiana Cândida
Scio.
Recorrido: IAPI.

Relator: Mário Mesquita Cabral.
Decisão: Negou-se provimento ao
recurso, unanimemente, para manter
a decisão recorrida, de acordo com os
pareceres técnicos no processo.

Sessão de 16-11-61

MTIC 124.609-57

Origem: Salto — BA.
Assunto: Benefício por Incapacidade
Recorrente: Celestina Casali Chezzi.
Recorrido: IAPI.
Relator: Mário Mesquita Cabral.

Decisão: Negou-se provimento ao
recurso, unanimemente, por falta de
amparo legal, de acordo com os pa-
receres técnicos que instruíram o pro-
cesso.

MTIC 101.320-55

Origem: Aracaju — SE.
Assunto: Benefício por Incapacidade
Recorrente: Marinete Santos.
Recorrido: IAPI.
Relator: Mário Mesquita Cabral.

Decisão: Negou-se provimento ao
recurso, unanimemente, por falta de
amparo legal, de acordo com os pa-
receres técnicos no processo.

MTIC 111.343-55

Origem: Salvador — BA.
Assunto: Benefício por Incapacidade
Recorrente: Maria Jesus da Silva.
Recorrido: IAPI.
Relator: Mário Mesquita Cabral.

Decisão: Negou-se provimento ao
recurso, unanimemente, por falta de
amparo legal, de acordo com os pa-
receres técnicos que instruíram o pro-
cesso.

Sessão de 17-11-61

MTIC 125.987-54

Origem: Paulo Frontin — RJ.
Assunto: Benefício por Incapacidade
Recorrente: Annuciata Quilici.
Recorrido: IAPI.

Relator: Mário Mesquita Cabral.
Decisão: Negou-se provimento ao
recurso, unanimemente, por falta de
amparo legal, de acordo com os pa-
receres técnicos nos autos.

Sessão de 20-11-61

MTIC 250.930-54

Origem: Novo Hamburgo — RS.
Assunto: Benefício por Incapacidade
Recorrente: Amélia Nunes Cardoso.
Recorrido: IAPI.

Relator: Mário Mesquita Cabral.
Decisão: Negou-se provimento ao
recurso, unanimemente, por falta de
amparo legal, de acordo com os pa-
receres técnicos nos autos.

Sessão de 5-12-61

MTIC 215.460-53

Origem: Ubatuba — MG.
Assunto: Auxílio doença.
Recorrente: José Homem da Costa.
Recorrido: IAPC.

Relator: João Ayrton dos Santos.
Decisão: Deu-se provimento ao re-
curso do segurado, unanimemente, pa-
ra conceder-lhe o benefício no período
de 7 de maio de 1953 a 31 de agosto
de 1953, de acordo com o parecer da
Consultoria Médica.

Sessão de 11-12-61

MTIC 155.139-56

Origem: Ipaçu — SP.
Assunto: Aposentadoria por inveni-
dez.

Recorrente: Benedito Henrique dos
Santos.
Recorrido: ex-CAP dos Ferrovários
e Empregados em Serviços Públicos.

Relator: João Ayrton dos Santos.
Decisão: Deu-se provimento ao re-
curso, unanimemente, para determi-
nar o restabelecimento do benefício,
de acordo com o parecer da Procura-
doria do Trabalho.

Sessão de 8-1-62

MTIC 111.941-60

Origem: Guanabara — GB.
Assunto: Revisão de cálculos de apo-
sentadoria para João Alves da Silva
Lima.

Recorrente: Presidente do IAPM.
Recorrido: Conselho Fiscal do IAPM
Relator: João Ayrton dos Santos.

Decisão: Negou-se provimento ao
recurso, do Presidente da Instituição,
unanimemente, para manter a decisão
do Conselho Fiscal.

Sessão de 9-4-62

MTIC 105.461-61

Origem: Guanabara — GB.
Assunto: Benefício por Incapacidade
Recorrente: Jacy Antônio de Oli-
veira.

Recorrido: IAPI.
Relator: José Britto Freire Sº.

Decisão: Negou-se provimento ao
recurso, unanimemente, por falta de
amparo legal, de acordo com os pa-
receres técnicos dos autos.

Sessão de 7-6-62

MTIC 131.939-61

Origem: Nova Iguaçu — RJ.
Assunto: Benefício por Incapacidade
Recorrente: Waldemar Torres da
Silva.

Recorrido: IAPI.
Relator: João Ayrton dos Santos.
Decisão: Negou-se provimento ao
recurso, unanimemente, de acordo com
os pareceres emitidos no processo.

Na conformidade do art. 460, do
Regulamento Geral da Previdência Socia-
l, aprovado pelo Decreto 48.939-A,
de 19 de setembro de 1960, a data da
publicação das decisões das Turmas
do Conselho Superior da Previdência
Social, no *Diário Oficial*, marca o in-
ício do prazo de 30 (trinta) dias para
a revisão, por parte do Exmo. Sr.
Ministro, das referidas decisões.
Em face do que estabelece a Porta-
ria Ministerial nº 71, publicada no

Diário Oficial de 16 de março de 1962, os pedidos de revisão dirigidos ao Sr. Ministro, poderão ser apresentados diretamente ao Presidente do Conselho Superior da Previdência Social, por intermédio de sua Secretaria, independentemente da publicação das decisões das Turmas, podendo, ainda, os interessados ter vista dos respectivos processos no mencionado órgão, localizado no 9º andar do Palácio do Trabalho, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. — *Antônio de Menezes Serodino*, Chefe do Serviço de Administração.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA DE 20 DE MARÇO DE 1963

O Diretor Geral do Departamento de Administração, no uso das suas atribuições legais, resolve:

Nº 302 — Tornar sem efeito a Portaria DA Nº 6, de 11 de janeiro de 1963, publicada no Boletim do Pessoal nº 1, de 15 do mesmo mês e ano, que removeu "ex-offício" Agostinho Juste, Inspetor do Trabalho, deste Ministério, da Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Paraná para a Delegacia do Trabalho Marítimo no porto de Paranaguá, no mesmo Estado. — *Pedro Homero Burlamaqui* — Diretor Geral.

PORTARIAS DE 25 DE MARÇO DE 1963

O Diretor Geral do Departamento de Administração, usando da atribuição que lhe confere o art. 20, alínea "b", do Decreto nº 33.635 de 21 de agosto de 1953, com a redação que lhe foi dada pelo de nº 33.747 de 4 de setembro de 1953, resolve:

Nº 302-A — Remover, "ex-offício", no interesse da administração, de acordo com o art. 56 item I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinado com o art. 18, item II, do Decreto nº 33.635, de 21 de agosto de 1953, Waldir da Rocha Carvalho — Auxiliar de Portaria — Código GL — 303-7-A, deste Ministério, da Administração do Palácio do Trabalho deste Departamento para o Departamento Nacional do Trabalho.

Nº 303 — Remover, a pedido, de acordo com o art. 53, item I da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinado com o art. 18 item I do Decreto nº 33.635, de 21 de agosto de 1953, João Ribeiro de Souza, Inspetor do Trabalho, deste Ministério da Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Piauí, para a Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro.

Nº 304 — Remover, a pedido, de acordo com os arts. 53, item I e 115, §§ 1º e 2º da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinado com o art. 18 item I do Decreto nº 33.635, de 21 de agosto de 1953, Zila Deluena Garçindo de Sá, Escrevente-Dactilógrafa — Código P 902-7-A — deste Ministério, da Delegacia Regional do Trabalho no Estado de Goiás, para a Delegacia Regional do Trabalho no Estado da Paraíba.

Nº 305 — Remover a pedido, de acordo com o art. 53, item I da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, combinado com o art. 18 item I, do Decreto nº 33.635 de 21 de agosto de 1953, Zoltra Memória Sidou Escriturária, Código AT — 202 — 10-B deste Ministério, da Delegacia Regional do Trabalho no Estado de São Paulo, para a Delegacia Regional do Trabalho no Estado de Ceará. — *Pedro Homero Burlamaqui*.

Divisão do Pessoal

PORTARIA DE 13 DE MARÇO DE 1963

O Diretor da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração, resolve:

Nº 18 — Designar de acordo com o art. 223 da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, o Oficial de Administração classe B — Nível 14 — Lourival Munis Paes deste Ministério para defensor, "ex-offício" de Lenita Plo-niezinski da Cunha de Eça que responde a processo de abandono de função. — *Manoel Ferras*.

DESPACHOS

Em 28 de fevereiro de 1963

Jefferson Dutra de Sá — Escriturário — Nível 8 — 15% a partir de 14 de janeiro, de 1963 — (MTIC — 204.680-57).

Em 1 de março de 1963

Eva Rodrigues da Silva Mello — Enfermeira — Nível 17 — 15% a partir de 29 de dezembro de 1962. (MTIC — 103.504-63).

Em 11 de março de 1963

José Pereira Sobrinho — Escriturário — Nível 10 — 15% em retificação a partir de 2 de outubro de 1960. — (MTPS — 148.266-62).

Mucy Gandia de Menezes — Escriturário — Nível 10 — 15% em retificação a partir de 16 de março de 1961. (MTPS — 214.773-61).

Rogério Gonçalves Guimarães, Inspetor do Trabalho — 25% em retificação, a partir de 1 de dezembro de 1959. — (MTPS — 163.200-60).

DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO

Serviço de Identificação Profissional

DESPACHO DO DIRETOR GERAL

Em 6 de fevereiro de 1963

MTPS. 144.925-62 — Efigênia Maria Madeira. — Deixo de conhecer do recurso por ter sido interposto fora do prazo legal.

Publique-se e restitua-se à D.R.T., em Minas Gerais.

Em 4 de março de 1963

MTPS. 202.125-62 — Elza de Oliveira Elias. — Industrial Sueca Ltda. — Como parece ao S.I.P.

Nego provimento ao recurso interposto, a fim de manter a decisão que impôs a multa.

Publique-se e restitua-se à D.R.T. em Minas Gerais.

DESPACHO DO DIRETOR DO S.I.P.

Em 21 de fevereiro de 1963

MTPS. 102.141-63 — Gabriel de Oliveira Filho — Considerando que a reclamada não atendeu à notificação que lhe foi dirigida nos termos do art. 37 da C.L.T., a fim de anotar a carteira profissional do reclamante, que lhe foi apresentada para o cumprimento das exigências contidas no artigo 29 do referido diploma legal, ou prestar os devidos esclarecimentos:

Considerando que o não comparecimento da reclamada determinou a lavratura do termo de ausência, de acordo com o parágrafo único do artigo 37 da C.L.T., tornando-se a re-

clamada revel e confessa, sobre os termos da reclamação feita:

Resolvo impor à Ind. e Com. de Calçado Lucchetti a multa de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) previsto no art. 54 da C.L.T., por infração do art. 29 determino sejam feitas "ex-offício" as anotações devidas na carteira profissional consoante o que expressamente dispõe o parágrafo único do art. 37 da lei citada:

Publique-se e prossiga-se.

MTPS 110.255-63 — Aurélio Chagas — Churrasqueiro — Tijuca — Idem. MTPS. 147.657-62 — Sindicato do Trab. em Emp. Comerciais de Minérios e Combustíveis Minerais do Rio de Janeiro.

— Idem.

MTPS. 108.775-63 — Maria Guimarães — Considerando que a reclamada não atendeu à notificação que lhe foi dirigida nos termos do artigo 37 da C.L.T., a fim de devolver a carteira profissional ao reclamante, devidamente anotada nos termos do art. 29 do referido diploma legal;

Considerando que o não comparecimento da reclamada determinou a lavratura do termo de ausência de acordo com o parágrafo único do artigo 37 da C.L.T., tornando-se a reclamada revel e confessa sobre os termos da reclamação feita;

Resolvo impôr à firma Café e Bar Irmãos do Campo a multa de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) previsto no art. 54 por infração do art. 53 da CLT e determino seja expedido na forma do § 2º do art. 21 da lei citada, novo documento, que será anotado.

Publique-se e prossiga-se.

Em 5 de março de 1963

MTPS. 110.261-63 — Sandoval Lopes Ferreira. — Considerando que a reclamada não atendeu à notificação que lhe foi dirigida nos termos do art. 31 da C.L.T., a fim de anotar a carteira profissional da reclamada, que lhe foi apresentada para o cumprimento das exigências contidas no art. 29 do referido diploma legal, ou prestar os devidos esclarecimentos:

Considerando que o não comparecimento da reclamada determinou a lavratura do termo de ausência, de acordo com o parágrafo único do artigo 37 da C.L.T., tornando-se a reclamada revel e confessa sobre os termos da reclamação feita:

Resolvo impôr a Antônio Gonçalves de Carvalho, a multa de Cr\$ 600,00 (cruzeiros), previsto no art. 54 da C.L.T., por infração do art. 29, determino sejam feitas "ex-offício" as anotações devidas na carteira profissional do reclamante consoante o que expressamente dispõe o parágrafo único do art. 37 da lei citada.

Publique-se e prossiga-se.

MTPS. 112.255-63 — Rubens da Silva Ferraz — Artes Gráficas Americana S.A.

— Idem.

MTPS. 108.783-63 — Marino Cabanelas Perez. — Emp. Brasileira de Revestimento e Alvenaria Ltda. "Ebral".

— Idem.

MTPS. 110.263-63 — Hildo Gomes da Silva.

Ind. e Com. de Calç. Lucchetti.

— Idem.

MTPS. 112.552-63 — Manoel Salomon.

A Predileta Móveis Tapeçaria Ltda.

— Idem.

Em 6 de março de 1963

MTPS. 110.264-63 — Severino Bernardino da Silva — Considerando que a reclamada não atendeu à notificação que lhe foi dirigida nos termos do art. 37 da C.L.T., a fim de devolver a carteira profissional ao reclamante, devidamente anotada nos

termos do art. 29 do referido diploma legal;

Considerando que o não comparecimento da reclamada determinou a lavratura do termo de ausência, de acordo com o parágrafo único do artigo 37 da C.L.T., tornando-se a reclamada revel e confessa sobre os termos da reclamação feita:

Resolvo impôr a Manoel Marques a multa de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) previsto no art. 54 por infração do art. 53 da C.L.T. e determino seja expedido na forma do parágrafo 2º do art. 21 da Lei citada, novo documento, que será anotado.

Publique-se e prossiga-se.

MTPS 112.252-63 — Alzira Emerick da Silva — Celis Cabaleriro — Idem.

MTPS 108.781-63 — Ivan Pedro da Costa — Fábrica de Colchões de Mola Paraíso — Idem.

Processos deferidos

Registros de Professores:

M.T.P.S.

Nº 113.017-63 — Yaga Joana de Amaral.

Nº 112.198-63 — Laura Maria Nunes Costa.

Nº 115.615-63 — Rosa Maria Soares Pinheiro.

Nº 114.945-63 — Maria Philomena Monteiro Carneiro da Cunha.

Nº 114.519-63 — Carlos Barbosa Portugal.

Nº 114.961-62 — Irene Pereira Benfim.

Nº 117.232-63 — Ernani Costa.

Nº 117.260-63 — José Roberto da Silva.

Nº 118.802-63 — Dirceu Braga Pereira.

Nº 112.372-63 — Maria Theresia Vianna.

Nº 117.299-63 — Iydia Vilca Lopes.

Nº 117.824-63 — Iza Porto de Abreu Novais.

Nº 118.327-63 — Marilena Gonçalves Fritos.

Nº 117.274-63 — Maria Amélia Morgado Rodrigues.

Nº 117.233-63 — Antônio Thadeu Santos Filho.

Nº 117.168-63 — Ivany Moreira Prado.

Nº 118.753-63 — Maria José Ferreira Pinto.

Nº 118.675-63 — Dora Moussatché.

Nº 118.632-63 — Marly Natal Alves.

Nº 117.234-63 — Suely Antunes Brasil.

Nº 116.496-63 — Iva José Santos Mello.

Nº 115.132-63 — Heloiza Helena Santa Clara de Castro.

Nº 111.657-63 — Jorge de Freitas Baptista.

Nº 109.330-63 — Ruth do Fozário Teixeira.

Nº 100.048-63 — Maria Teresa Rodrigues.

Nº 118.828-63 — Wanda Wilhena Santos.

Registros de Corretores

M.T.P.S.

Nº 112.343-63 — José Amaury da Costa.

Nº 112.347-63 — José Rubens Delivenci.

Nº 112.413-63 — Ernesto Porreca.

Nº 112.414-63 — José Thomas Pinto Motta.

Nº 117.204-63 — José Pinto.

Nº 113.915-63 — Gilson Bastos.

Registros de Jornalistas

M.T.P.S.

Nº 113.437-63 — Iza Theresinha Herygato.

Nº 103.032-63 — Cândi Raimundo Pires.

Nº 107.481-63 — Hugo Nunes Rezende.
Nº 231.124-63 — Evandro Azeida D'Andrade.
Nº 113.470-63 — Isaura Patrício da Silva.

Processos de Estagiário de Jornalismo

MTPS. 219.332-63 — Miguel Baptista Vieira.

Processos indeferidos de registro de jornalistas

MTPS. 145.904-62 — Vicente Rodarte.

MTPS. 138.013-62 — Dalva Afonso da Silva.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

PORTARIA DE 7 DE MARÇO DE 1963

O Diretor-Geral do Departamento Nacional da Previdência Social, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 339 do Regulamento Geral da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960, e art. 16, item I, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 51.087, de 31 de julho de 1961, e tendo em vista a Resolução nº 63, de 16 de janeiro de 1963, resolve:

Nº 81 — Designar Abílio Frias de Medeiros, Procurador do Serviço de Assistência Médica e Domiciliar de Urgência, Augusto Pedro Pereira Balthazar, Contador do I.A.P. dos Ferrovários e Empregados em Serviços Públicos, e Caetano Fernandes de Souza Cherem, Contador do Quadro Permanente deste Ministério para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Inquérito que procederá às apurações de irregularidades apontadas no processo MITC 196.585-57, no I.A.P. dos Empregados em Transportes e Cargas, ficando essa Instituição obrigada a conceder aos membros da Comissão todos os elementos necessários ao desempenho de sua missão. — *Dante Pellacani, Diretor-Geral.*

PORTARIA DE 8 DE MARÇO DE 1963

O Diretor-Geral do Departamento Nacional da Previdência Social, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 339 do Regulamento Geral da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960, e art. 16, item I, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 51.087, de 31 de julho de 1961, e tendo em vista a Resolução do Conselho Diretor nº 2.387, de 14 de dezembro de 1962, resolve:

Nº 82 — Designar Desiderio Tibirica Beszedits, Leova Bernstein, Inspetor de Trabalho e Assistente Jurídico do Quadro Permanente deste Ministério, respectivamente, e Paulo Solano Carmelo da Cunha, Oficial de Administração do I.A.P. dos Bancários, para, sob a presidência do primeiro constituírem Comissão de Sindicância que, no prazo de 30 (trinta) dias, procederá ao I.A.P. dos Industriários às apurações indicadas no item 2 (dois) da mencionada Resolução, ficando o referido Instituto obrigado a fornecer aos membros da Comissão ora designados todos os elementos necessários ao desempenho de sua missão. — *Dante Pellacani.*

PORTARIAS DE 12 DE MARÇO DE 1963

O Diretor-Geral do Departamento Nacional da Previdência Social, no uso das atribuições que lhe confere o art.

428 do Regulamento Geral da Previdência Social aprovado pelo Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº MTPS 221.918-62, resolve:

Nº 83 — Fixar a data de 2 de abril de 1963, para a realização de nova eleição para membros efetivo e suplente da categoria profissional da Junta de Julgamento e Revisão do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, no Estado de Goiás, com mandato até 5 de setembro de 1964, na forma das instruções expedidas pelo Ato Normativo nº 6, aprovado pela Resolução nº 1.880, de 5 de setembro de 1962, do Conselho Diretor.

O Diretor-Geral do Departamento Nacional da Previdência Social, no uso de suas atribuições, resolve:

Nº 84 — Designar José Hamílcar de Freitas do IAP dos Comerciantes, para secretário o Grupo de Trabalho instituído pela Portaria DNPS-58 de 13 de fevereiro do corrente ano. — *Dante Pellacani.*

PORTARIA DE 14 DE MARÇO DE 1963

O Diretor-Geral do Departamento Nacional da Previdência Social, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 339 do Regulamento Geral da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960, e 17, item IV do Regulamento Geral do Departamento Nacional da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 51.087, de 31 de julho de 1961, resolve:

Nº 85 — Designar o Inspetor de Previdência Evandro Lobão dos Santos, do Quadro Permanente deste Ministério, para, no prazo de 10 (dez) dias, proceder a inspeção de órgãos da Previdência Social localizados no Estado do Rio Grande do Sul. — *Dante Pellacani, Diretor-Geral.*

CONSELHO DIRETOR

Sessão de 21-9-62

MTPS 100.304-61 — Resolução número 1.939-62 — Autuação pelo não recolhimento de quota de previdência, por serviços de mineração. Requerente: Indústria e Comércio de Minério S.A. — ICOMI. Requerido: Departamento Nacional da Previdência Social. Relator: Conselheiro José Luciano de Nóbrega Filho. O Conselho Diretor, por unanimidade, considerando que o entendimento que prevaleceu, não só decorrente de manifestação do Poder Judiciário, mas também constante do parecer do Doutor Consultor-Geral da República, exarado no processo PR-1.890-60, e o expresso no Decreto número 50.189, de 28 de janeiro de 1961, cujos termos vêm de ser confirmados pelo Sr. Presidente do Conselho de Ministros — autoridade a quem compete o exercício do poder regulamentar ao proferir o despacho de fls. 47, que põe fim ao reexame da matéria; considerando que, à luz desse citado Decreto nº 50.189, foi afastada a incidência da "quota de previdência" sobre os "valores das faturas de vendas de minério extraído e sobre quaisquer serviços prestados por empresas que explorem a indústria extrativa de mineração", uma vez que revoga o disposto na alínea b do item I do artigo 227 do Regulamento Geral da Previdência Social; considerando os termos do parecer da Assessoria Jurídica, de fls. 20-24, mencionado no despacho de fls. 47; resolve cancelar o auto de infração de fls. 4, lavrado contra a empresa Indústria e Comércio de Minérios S.A. — ICOMI. Ausente o Conselheiro Segismundo Cerqueira. — *Norma Paupério Fragozo, Chefe da Secretaria.*

SERVIÇO ATUARIAL

Conselho Atuarial

RESOLUÇÃO Nº 78, DE 21 DE FEVEREIRO DE 1963

O Conselho Atuarial, examinando o processo MTPS 153.909-62 em que o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovários e Empregados em Serviços Públicos solicita normas para cálculo das reservas médias de seus segurados, no exercício de 1960-61,

Resolve responder a consulta nos termos do parecer do relator, salientando, entretanto, que não mais se justifica, na atual conjuntura, o cálculo da reserva média, e que o próprio saldo porventura apurado em balanço é fictício, por ter sido determinado incluindo-se contribuições não realizadas. — *Carlos Augusto Leal Jourdan (Presidente).* — *Renato de Castro. (Relator)*

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PORTARIAS DE 18 DE MARÇO DE 1963

O Procurador-Geral da Justiça do Trabalho, usando da atribuição que lhe

confere o art. 23, item VII, do Decreto nº 42.022, de 8 de novembro de 1967, resolve:

Nº 19 — Conceder, na forma do artigo 74, letra a, da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, combinado com o art. 1º do Decreto nº 50.562, de 8 de maio de 1961, a gratificação especial de nível universitário, ao Substituto de Procurador-Adjunto da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, Aroldo Faria de Lannes, na base de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os respectivos vencimentos, a partir de 31 de dezembro de 1962, nos períodos de convocação e enquanto durar a mesma. Registre-se e publique-se.

Nº 20 — Conceder, na forma do artigo 74, letra a, da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, combinado com o art. 1º do Decreto nº 50.562, de 8 de maio de 1961, a gratificação especial de nível universitário, ao Substituto de Procurador do Trabalho Ad. junto da 1ª Região, com sede no Estado da Guanabara, Roland Cavalcanti de Albuquerque Corblier, na base de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os respectivos vencimentos, a partir de 1º de março de 1963, nos períodos de convocação e enquanto durar a mesma. Registre-se e publique-se.

Luís Augusto de Rego Monteiro, Procurador-Geral.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO MINISTRO

RELAÇÃO Nº 11

Expediente do Ministro

Requerimentos:

Em 20 de março de 1963.

Acácio D'Albuquerque e Castro — Capitão Intendente, servindo na Diretoria de Intendência da Aeronáutica e Nelson Taveira — Capitão Aviador, servindo na Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica, ambos solicitando anulação de punição. — Indeferido, por falta de amparo legal. A Diretoria do Pessoal da Aeronáutica. — (Processo nº 4-188-63 — 1-12.025-63).

Dorcelino Belvindo da Costa — 1º Ten Esp Av., servindo no Destacamento de Base Aérea de Belo Horizonte, solicitando promoção ao posto de Capitão, com fundamento no artigo 1º da Lei 1.252, de 2 de dezembro de 1952. — Indeferido, por falta de amparo legal. A Diretoria do Pessoal da Aeronáutica. — (Proc. nº 30-3-113-63).

Pedro Patrício Ferreira — 2º Tenente R-R (IG-MU), solicitando promoção ao posto de Primeiro-Tenente da Reserva Remunerada. — Indeferido, por falta de amparo legal. A Diretoria do Pessoal da Aeronáutica. — (Proc. nº 20-3-267-63).

Waldemar Dantas Costa — SO-Q-AT-VI, adido ao Quartel General do Comando de Transporte Aéreo, Walter de Almeida Lima — IS-Q-AT-SH, servindo na Base Aérea dos Afonsos e Edson Pereira — 2S-Q-EF, servindo no Hospital de Aeronáutica do Galeão, solicitando matrículas de suas filhas menores Alice da Silva Costa, Abiani de Almeida Lima e Ivani de Almeida, Vilma Pereira e Perilliana Pereira, respectivamente, na Fundação Osório. — Deferido. Sejam relacionadas para matrícula, no ano de 1964, aguardando vaga. A Diretoria do Pessoal da Aeronáutica. — (Processo, números 60-01-185-63 — 60-2-192-63 — 60-4-246-63).

Wilson Castilhos Vaz de Mendonça — 1S-Q-AV, Oldenir Haor Verges Bordin — 1S-Q-AT-TG, Theodoro Braga — 1S-Q-AV, Abdão Luiz Barata — 1S-Q-AT-CP, Antonio Pereira dos Santos — 2S-Q-AT-TT, Alilton Angelo Binaquetti Pollador — 2S-Q-AT-SH e Odair Pereira Lima — 2S-Q-AT-TT, todos servindo na Escola de Oficial, Especialistas e de Infantaria de Guarda, solicitando matrícula na E.O.E.G., por terem sido considerados excedentes à matrícula naquela Escola, em 1962. — Indeferido, à vista do Parecer da Diretoria do Ensino da Aeronáutica. A Diretoria do Ensino da Aeronáutica. — (Processos na 2-7-255-63 — 2-7-252-63 — 2-7-251-63 — 2-7-243-63 — 2-7-254-63 — 2-7-257-63 e 2-7-259-63).

Jerônimo Fernandes Maia — 3S-Q-EA-ES, servindo no Quartel General do Comando Aerostático Terrestre, solicitando permissão para gozar férias regulamentares relativas ao ano de 1962, na República do Paraguai. — Concedido. A Diretoria do Pessoal da Aeronáutica. — (Proc. 61-1-54-63).

Reynaldo Villa Nova Chagas — reservista, solicitando reconsideração do despacho exarado no seu requerimento datado de 4 junho 62, em que solicitou Inquérito Sanitário de Origem. — Arquivado. Mantenho o despacho anterior. A Diretoria do Pessoal da Aeronáutica. — (Proc. 00-04-3910-63).

Marinha da Silva Martins — filha do falecido 1º Sargento (Q-AV) — Mario Ramiro da Silva, solicitando retificação da Portaria nº 1.057, de 7 novembro 61, pela qual o extinto foi considerado promovido aquela graduação, para os fins de ser o mesmo considerado transferido para a reserva remunerada. — Indeferido, por falta de amparo legal. A Diretoria do Pessoal da Aeronáutica. — (Processo nº 00-01-203-63-RJ).

Caixa de Pedúlio dos Militares Beneficente — (CAPEMI) — solicitando autorização para que os descontos de seus associados que exercem atividades nas diversas Unidades Administrativas do Ministério da Aeronáutica, sejam efetuados na forma de consignação. — Deferido, apenas para men-

salidade social e sob consagração." — (Proc. nº 08-02-2083-63).

Em 21 de março de 1963

Irnoí Pimentel Ramos — 1º Ten Av Ext Engº, servindo no Centro Técnico de Aeronáutica, solicitando gratificação de serviço aéreo, sob a condição de completar as provas aéreas estabelecidas pelo Estado-Maior da Aeronáutica. — Indeferido, por falta de amparo legal. — (Processo número 08-03-1611-63).

Celso Lemos de Araújo — 2S-Q-AT-IT, servindo na Base Aérea do Recife, solicitando homologação do ato que lhe concedeu, em caráter provisório, abono militar, na forma do artigo 72 da Lei 1.316, de 20 jan 61, alegando e comprovando sua condição de artilheiro de artilharia. — Homologo o ato de 10 abr 61 do Comandante da Base Aérea do Recife, concedendo ao requerente o abono militar previsto no art. 72 da Lei 1.316, de 20 jan 61. — (Processo nº 00-04-451-63).

Otávio José de Araújo — 2S-Q-AT-GV (VH), servindo no Serviço de Rotas do Quartel General da 3ª Zona Aérea, solicitando homologação do ato que lhe concedeu, em caráter provisório, o abono militar de que trata o art. 72 da Lei 1.316, de 20-1-61, alegando e comprovando sua condição de artilheiro de artilharia. — Homologo o ato de 31 jul 62 do Comandante da 3ª Zona Aérea, concedendo ao requerente o abono militar previsto no art. 72 da Lei nº 1.316, de 20 jan 61 — (Proc. 08-08-676-63).

Wilson Reis, Gilberto Teixeira, Manoel Pinto Rezende e Ascânio Romano — todos ex-servidores do Ministério da Aeronáutica, solicitando readmissão no serviço público, com fundamento no Decreto-Legislativo nº 18, de 18 de dezembro de 1961. — Arquivo-se. O Decreto Legislativo nº 18-61, de acôr-

do com o Parecer E-7, de 15 de março de 1962, da Consultoria Geral da República, não se aplica ao caso. A Diretoria do Pessoal da Aeronáutica. — (Processos nºs 03-03-290-63 — 03-03-264-63 — 00-04-921-63 — 03-03-198-63).

Antônio Pereira Borges — pai do S2 reformado — José Pereira Borges, solicitando a concessão de pensão que supõe haver sido deixada por seu filho. — Indeferido, por falta de amparo legal. — (Proc. 00-04-5361-63).

Dilza Moura de Santana — ex-funcionária do Ministério da Aeronáutica, solicitando reversão ao serviço ativo. — Indeferido, à vista do Parecer da Junta Regular de Saúde do Hospital de Zona Aérea do Recife. — A Diretoria do Pessoal da Aeronáutica. — (Processo nº 00-04-4701-63).

Mário Martins — ex-servidor do Ministério da Aeronáutica, solicitando readmissão no serviço público. — Indeferido, à vista do parecer da Diretoria do Pessoal da Aeronáutica. A Diretoria do Pessoal da Aeronáutica. — (Processo nº 03-03-271-63).

Aristomenes Silva — ex-servidor do Ministério da Aeronáutica, solicitando readmissão no serviço público. — Indeferido à vista do Parecer emitido pelo DASP no Processo número DP-5845-62 (Ofício nº 1.786, de 29 de outubro de 1962). A Diretoria do Pessoal da Aeronáutica. — (Processo número 00-04-3531-63).

José Vicente da Cruz — alegando condição de ex-servidor do Núcleo de Parques da Aeronáutica de Lagoa Santa, solicitando readmissão no serviço público. — Arquivo-se, à vista do Parecer da Diretoria do Pessoal da Aeronáutica. A Diretoria do Pessoal da Aeronáutica. — (Processo número 00-04-3693-63). — Hartman Radt Gohn — Cap Av Secretário do Gabinete.

Usando da atribuição que lhe confere o artigo 119 do Decreto número 49.974-A, de 21-1-61, revigorado pelo de nº 106, de 31-10-61 e tendo em vista o que consta do processo número 49.445-62, deste Ministério:

Nº GB-237 — Conceder na forma do

disposto nos artigos 113 parágrafo único e 116 do Decreto nº 49.974-A, de 21-1-61, a gratificação de tempo integral de 75% do vencimento, ao Médico Sanitarista, lotado na Circunscrição Paraíba, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, a seguir indicado:

NOME	Nível	Importância
João de Farias Pimentel Filho ...	17-A	34.650,00

Paulo Pinheiro Chagas

PORTARIA DE 22 DE MARÇO DE 1963

O Ministro de Estado da Saúde resolve:

Usando das atribuições que lhe confere o art. 264 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, aprovado pelo Decreto nº 15.783, de 8 de novembro de 1922;

Nº GB-251 — Delegar competência, até ulterior deliberação, ao Dr. Antônio Prudente Meirelles Morais, ocupante do cargo de Diretor, em comissão, Símbolo 3-C, do Serviço Nacional de Câncer do Departamento Nacional de Saúde, para requisitar passagens e transportes (terrestres, marítimos, fluviais e aéreos), à conta das dotações próprias, concedidas àquele Serviço.

A presente delegação de competência prevalecerá para o substituto eventual do Diretor acima referido. — Paulo Pinheiro Chagas.

PORTARIAS DE 23 DE MARÇO DE 1963

O Ministro de Estado da Saúde, resolve:

Usando das atribuições que lhe confere o art. 264, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, aprovado pelo Decreto nº 15.783, de 8 de novembro de 1922;

Nº GB-252 — Delegar competência, até ulterior deliberação, a Arlindo Eloy Vieira de Vasconcelos, ocupante do cargo de nível 17-A, da série de classes de Médico Sanitarista, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal deste Ministério, que exerce a função gratificada, símbolo 2-F, de Inspetor de Saúde do Porto (Recife-Estado de Pernambuco), do Serviço de Saúde dos Portos, para:

a) requisitar pagamentos de pessoal e material, assim como, adiantamentos à conta dos créditos distribuídos à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Pernambuco;

b) realizar concorrências administrativas e coletas de preços.

A presente delegação de competência prevalecerá para o substituto eventual do Inspetor acima referido.

O Ministro de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições, resolve:

Nº GB-253 — Excluir, a pedido, a

Redatora, nível 17-B, Sarah Marques, da Comissão instituída pela Portaria CB nº 207, de 4-3-63.

Resolva, outrossim, designar para

integrar a mesma Comissão, o Doutor Francisco Badaró Júnior, Diretor Geral do Departamento Nacional da Criança.

Nº GB-253-A — Designar Evandro

Meredia de Sá, Oficial de Administra-

ção, nível 16-C, para exercer as funções de Oficial de seu Gabinete, no Estado da Guanabara.

Nº 45-Br — Autorizar o Oficial de seu Gabinete, Roberto Soares Lopes, para viajar no corrente ano, no percurso Brasília — Belo Horizonte — Rio, em atendimento de assuntos de interesse do Gabinete independentemente de outras formalidades. — Paulo Pinheiro Chagas.

Apostila

O Ministro de Estado da Saúde no uso de suas atribuições;

Resolve declarar que o nome da servidora a que se refere a presente portaria é Carmen Dolores da Silva Oliveira, Matrícula nº 1.651.032 e não como consta da mesma.

Em 15 de março de 1963. — Paulo Pinheiro Chagas.

EXPEDIENTE DO MINISTRO DA SAÚDE

Proc. nº 4 977-63 — Apostila em 15-3-63 — Lavrada na Portaria número 197-63, de Dolores da Silva Oliveira, escrevente-dactilógrafa, nível 7.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR EM 18-3-63

S. C. 21.048-60 — Antônio Alves, do M. S., solicitando contagem em dobro de seu tempo prestado à antiga Campanha da Febre Amarela, no período de 14.7.28 a 15.1.37. — Indefiro o pedido de contagem em dobro de tempo de serviço, nos termos do parecer da D.P.

S.C. 34.057-61 — Antônio Pereira de Faria, do M.S., solicitando contagem em dobro de seu tempo de serviço prestado à extinta Inspetoria dos Serviços de Profilaxia, no período de agosto de 1908 a setembro de 1911. — Indefiro o pedido de contagem de tempo de serviço, nos termos do parecer da D.P.

Wellington Brandão Júnior.

Divisão do Pessoal

DESPACHOS DO DIRETOR

EC 23.190-61 — ENDM — Reajuste de atribuição funcional de João Julio Leitão. — De acôrdo. Providencie-se de conformidade com o disposto no item 8, da Instrução nº 63.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GABINETE DO MINISTRO

(x) PORTARIA DE 11 DE FEVEREIRO DE 1963

O Ministro de Estado da Saúde, no exercício de suas atribuições, resolve: De acôrdo com o que lhe confere o artigo 248, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, aprovado pelo Decreto nº 15.783, de 8 de novembro de 1922.

Nº 193-GB — Delegar competência, até ulterior deliberação, a Mário de Oliveira Ferreira, ocupante do cargo de nível 18-B, da série de classes de Médico Sanitarista, Superintendente da Campanha de Controle da Erradicação da Malária, para:

a) requisitar passagens e transportes (terrestres, marítimos, fluviais e aéreos), nos limites das dotações orçamentárias próprias, concedidas àquele Campanha;

b) movimentar recursos depositados no Banco do Brasil S.A., em nome da Campanha de Controle da Erradicação da Malária — M.S.

A presente delegação de competência prevalecerá para o substituto eventual do Superintendente acima referido. — Paulo Pinheiro Chagas.

(x) Republicado por ter saído com incorreções no D.O. de 27-2-63.

NOME	Nível	Importância
Aramis Barroso de Lima	17-A	34.650,00

PORTARIA DE 19 DE MARÇO DE 1963

O Ministro de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições, resolve:

Nº GB-233 — Designar Getúlio Lima Júnior, Agregado do Quadro de Pessoal deste Ministério, de acôrdo com o artigo 60 da Lei nº 3.780-60, para ser representante junto a Comissão Organizadora da XIV Conferência Internacional da Família, a reunir-se no Rio de Janeiro de 21 a 27 de julho do corrente ano. — Paulo Pinheiro Chagas.

PORTARIAS DE 21 DE MARÇO DE 1963

O Ministro de Estado da Saúde resolve:

Usando da atribuição que lhe confere o art. 119 do Decreto número 49.974-A, de 21-1-61, revigorado pelo de nº 106, de 31-10-61 e tendo em vista o que consta do processo número 55.662-62, deste Ministério:

Nº GB-236 — Conceder na forma do disposto nos artigos 113 parágrafo único e 116 do Decreto nº 49.974-A, de 21-1-61, a gratificação de tempo integral de 75% do vencimento, ao Biologista, lotado na Delegacia Federal de Saúde da 6ª Região, do Departamento Nacional de Saúde, a seguir indicado:

fla. 46. — *Ulysses de Azeredo Coutinho*.

EC 5.433-63 — Apostilas em 19.3.63 — Lavrada na Portaria de nº 1.741-59 de Edith Inez dos Santos, Auxiliar Hospitalar.

A servidora a quem se refere a presente Portaria passou a assinar-se Edith Inez dos Santos Oliveira em virtude de haver contraído casamento, conforme provou com documento hábil.

Proc. nº 5.433-63.

DP, em 19.3.63.

SC 5.232-63 — Apostila em 11.3.63 — Lavrada na Portaria Declaratória de nº 522-61, de Maria Izaura de Siqueira Rodrigues, auxiliar de administração.

O servidor a quem se refere a presente Portaria chama-se Maria Izaura de Siqueira Rodrigues e não como está declarado.

Proc. nº 5.232-63. — D. P., em 19.3.63.

S. C. 1.550-63 — Apostila em 19.3.63, lavrada na Portaria declaratória de nº 4.024-63, Ozório Leite, trabalhador.

O servidor a quem se refere a presente Portaria chama-se Ozório Leite e não como está declarado.

Proc. nº 1.550-63. — D. P., em 19.3.63.

S. C. 2.261-63 — Apostila em 19.3.63, lavrada na Portaria de número 399-60, Heliacy Lima Barros, enfermeira.

A servidora a quem se refere a presente Portaria, passou a assinar-se Heliacy Lima Barros Bastos, em virtude de haver contraído casamento, conforme provou com documento hábil.

Proc. nº 2.261-63 — D. P., em 19.3.63.

S. C. 2.729-63 — Apostila em 19.3.63, lavrada na Portaria de número 907-59, de Maridja Vasconcelos, Visitadora.

A servidora a quem se refere a presente Portaria passou a assinar-se Maridja Vasconcelos de Araújo, em virtude de haver contraído casamento, conforme provou com documento hábil.

Proc. nº 2.729-63 — D. P., em 19.3.63.

S. C. 4.163-63 — Apostila em 19.3.63, lavrada na Portaria de número 53-59, de Jency Redinha Pinheiro da Silva, Auxiliar de Escrita.

A servidora a quem se refere a presente Portaria passou a assinar-se Jency Redinha Pinheiro da Silva Cunha, em virtude de haver contraído casamento, conforme provou com documento hábil.

Proc. nº 4.163-63 — D. P., em 19.3.63.

S. C. 4.708-63 — Apostila em 20.3.63, lavrada na Portaria de número 170-45, de Adelerno Alves de Souza, trabalhador.

O servidor a quem se refere a presente Portaria chama-se Adelerno Alves de Souza, e não como está declarado.

Proc. nº 4.708-63 — D. P., em 20.3.63.

S. C. 25.400-61 — Apostilas em 19.3.63, lavrada na Portaria de número 504-60, de Terezinha Batista de Mendonça, Auxiliar de Pesquisa.

A servidora a quem se refere a presente Portaria passou a assinar-se Terezinha Batista Simões, em virtude de haver contraído casamento, conforme provou com documento hábil.

Proc. nº 25.400-61 — DP., em 19.3.63.

Apostila: O servidor a quem se refere a presente Portaria é equiparado ao funcionário efetivo, para todos os efeitos, a partir de 9 de dezembro de 1956 ex-vi do disposto no artigo 1º da Lei nº 2.284, de 9 de agosto de 1954 tendo em vista o parecer do P.A.S.P. emanado no processo número 21.416-56 publicado no D. O. de 18.6.1960.

Proc. nº 25.400-61 — D. P., em 19.3.1963.

PORTARIAS DE 19 DE MARÇO DE 1963

O Diretor da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração, resolve:

Usando da atribuição que lhe confere o art. 8º do Decreto 50.562, de 8 de maio de 1961, alterado pelo de nº 51.264, de 17 de dezembro de 1962:

Nº 64 — Conceder, na forma do Decreto 50.562, de 1961, que regulamentou o art. 74 da Lei 3.780, de 12 de julho de 1960 alterado pelo de nº 51.624, de 1962, a gratificação especial de nível universitário ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Criança, a seguir indicado:

Nome e cargo: Francisco Badaró Júnior, Diretor Geral do Departamento Nacional da Criança 2-C.

Porcentagem: 25%.

Importância: Cr\$ 20.300,00.

Data da vigência: 28.2.63.

O pagamento da gratificação ora concedida far-se-á de acordo com o disposto nos artigos 6º e 7º do Decreto 50.562, de 1961.

O Diretor da Divisão do Pessoal do Ministério da Saúde resolve:

De acordo com o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 3º do Decreto número 45.360, de 28 de janeiro de 1959, que regulamentou a Lei nº 3.483, de 8 de dezembro de 1958:

Nº 60 — Expedir a presente portaria a Renato Austragésio de Paula Pessoa, matrícula nº 1.002.296, admitido como Guarda Itinerante, a título precário, em 1º de junho de 1955, com a retribuição de Cr\$ 2.400,00 à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos, passado a perceber Cr\$ 3.800,00, de acordo com o Decreto

nº 39.017, de 11 de abril de 1956, cuja classificação figura nas Tabelas do Departamento Nacional de Endemias Rurais, Combate ao Tracoma, relativas aos exercícios de 1956 a 1959, publicadas, respectivamente, nos *Diários Oficiais* de 10.7.56, 26.6.57, 24.7.58 e 20.3.59, na forma do art. 17, da Lei nº 1.765, de 18 de dezembro de 1952, para o fim de declará-lo equiparado ao extranumerário - mensalista da União, de conformidade com o art. 1º da Lei nº 3.483, acima referida, a partir de 31 de maio de 1960 e, conseqüentemente, equiparado ao funcionário efetivo, para todos os efeitos, a partir da mesma data, "e-vi" do disposto no art. 1º da Lei nº 2.284, de 9 de agosto de 1954.

Nº 61 — Expedir a presente portaria a Vicente Barbosa, matrícula número 1.520.036, Admitido como Dedetizador, a título precário, em 16 de fevereiro de 1955, com a retribuição de Cr\$ 2.400,00, à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos, passando a perceber Cr\$ 3.800,00, de acordo com o Decreto nº 39.017, de 11 de abril de 1956, cuja classificação figura nas Tabelas do Departamento Nacional de Endemias Rurais, Combate à Malária, relativas aos exercícios de 1956 a 1959, publicadas, respectivamente, nos *Diários Oficiais* de 10.7.56, 26.6.57, 24.7.58 e 20.3.59, na forma do art. 17, da Lei nº 1.765, de 18 de dezembro de 1952, para o fim de declará-lo equiparado ao extranumerário-mensalista da União, de conformidade com o art. 1º da Lei nº 3.483, acima referida, a partir de 31 de janeiro de 1960 e conseqüentemente, equiparado ao funcionário efetivo, para todos os efeitos, a partir da mesma data, ex-vi do disposto no art. 1º da Lei nº 2.284, de 9 de agosto de 1954.

Nº 62 — Expedir a presente portaria a José Caetano Ribeiro, matrícula nº 1.884.875, admitido como Dedetizador, a título precário, em 1º de março de 1955, com a retribuição de

Cr\$ 2.220,00, à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos, passando a perceber Cr\$ 3.108,00, de acordo com o Decreto número 39.017, de 11 de abril de 1956, cuja classificação figura nas Tabelas do Departamento Nacional de Endemias Rurais, Combate à Esquistossomose, relativas aos exercícios de 1956 a 1959, publicadas, respectivamente, nos *Diários Oficiais* de 19.7.56, 26.6.57, 24.7.58, e 20.3.59, na forma do art. 17, da Lei nº 1.765, de 18 de dezembro de 1952 para o fim de declará-lo equiparado ao extranumerário-mensalista da União, de conformidade com o art. 1º da Lei nº 3.483, acima referida, a partir de 31 de dezembro de 1959 e conseqüentemente, equiparado ao funcionário efetivo, para todos os efeitos, a partir da mesma data ex-vi do disposto no art. 1º da Lei nº 2.284, de 9 de agosto de 1954.

Nº 63 — Expedir a presente portaria a Maria da Luz Pereira, matrícula nº 1.534.023, Admitida como Dedetizador, a título precário, em 4 de maio de 1955, com a retribuição de Cr\$ 1.440,00, à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos, passando a perceber Cr\$ 2.200,00, de acordo com o Decreto nº 39.017, de 11 de abril de 1956, cuja classificação figura nas Tabelas do Departamento Nacional de Endemias Rurais, Combate à Malária, relativas aos exercícios de 1956 a 1959, publicadas, respectivamente, nos *Diários Oficiais* de 10.7.56, 26.6.57, 24.7.58 e 20.3.59, na forma do art. 17, da Lei nº 1.765, de 18 de dezembro de 1952, para o fim de declará-la equiparada ao extranumerário-mensalista da União, de conformidade com o art. 1º da Lei nº 3.483, acima referida, a partir de 3 de maio de 1960 e, conseqüentemente, equiparada ao funcionário efetivo, para todos os efeitos, a partir da mesma data, ex-vi do disposto no art. 1º da Lei nº 2.284, de 9 de agosto de 1954. — *Ulysses de Azeredo Coutinho* — Diretor.

Resumo do fôlha de pagamento de Auxílio-Doença nº 111, referente ao exercício de 1962 — "Restos a Pagar".
Repatrição — Divisão do Pessoal.
Arnóbio Barreto Ramalho — Escrivente datilógrafo, nível 7 —
Cr\$ 21.000,00.

Lei nº 3.994, de 9.12.61 Anexo 4.20
Verba 1.0.00 — Custeio.
Conservação 1.1.00 — Pessoal civil
Subconservação 1.1.06 — Auxílio-Doença.

Unidade 05:05.02(1) — Divisão do Pessoal (Encargos Gerais).

Disposições legais ou regulamentares que autorizam o pagamento: — Art. 143, da Lei nº 1.711, de 28.10.52 e art. 1º do decreto 33.634, de 21.8.53, publicado no D.O. de 26.8.53.

Período do Licença: 14.8.61 a 14 de agosto de 1962.

Empenho nº 465, de 6.12.62.

Processo nº 47.442-62.

Resumo da fôlha de pagamento de Auxílio-Doença nº 109, referente ao exercício de 1961 — "Restos a Pagar".

Repatrição — Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Nome — Cargo — Total a Pagar

Claudionor de Oliveira Santos — Guarda Sanitário nível 5 — Cr\$ 13.000,00.

Lei nº 3.834, de 10-12-60 — Anexo 4.20.

Verba 1.0.00 — Custeio.

Conservação 1.1.00 — Pessoal Civil.

Subconservação 1.1.06 — Auxílio-Doença.

Unidade 09 — Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Disposições legais ou regulamentares que autorizam o pagamento: Artigo 143, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 e art. 1º do Decreto nº 33.634, de 21-8-53 publicado no *Diário Oficial* de 26-8-53.

Período da licença — De 3-2-60 a 3-3-61.

CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES

Lei n.º 4.117 - de 27-8-62

DIVULGAÇÃO Nº 832

PREÇO: Cr\$ 70,00

A VENDA:

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 1

Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal.

Empenho n.º 294, de 20-12-61.
Proc. n.º 39.363-62.
Resumo da folha de pagamento de Auxílio-doença n.º 107, referente ao exercício de 1961 — "Restos a Pagar".
Repartição — Departamento Nacional de Endemias Rurais.
Nome — Cargo — Total a Pagar
Manoel Pinto Sampaio — Artifice de Manutenção nível 6 — Cr\$
14.000,00.
Lei n.º 3.834, de 10-12-60 — Anexo 4.20.
Verba 1.0.00 — Custeio.
Consignação 1.1.00 — Pessoal civil.
Subconsignação 1.1.08 — Auxílio-doença.
Unidade 09 — Departamento Nacional de Endemias Rurais.
Disposições legais ou regulamentares que autorizam o pagamento: Art. 143, da Lei n.º 1.711 de 28 de outubro de 1952 e art. 1.º do Decreto n.º 33.634, de 21-8-53, publicado no *Diário Oficial* de 26-8-53.
Período da licença — De 8-4-66 a 8-4-61.
Empenho n.º 294, de 20-12-61.
Proc. n.º 25.446-62.
Resumo da folha de pagamento de Auxílio-doença n.º 110, referente ao exercício de 1960 — "Restos a Pagar".
Repartição — Departamento Nacional de Endemias Rurais.
Nome — Cargo — Total a Pagar
José Maria da Luz — Guarda Sanitário, nível 5 — Cr\$ 8.000,00.
Lei n.º 3.682, de 7-2-59 — Anexo 4.19.
Verba 1.0.00 — Custeio.
Consignação 1.1.00 — Pessoal civil.
Subconsignação 1.1.08 — Auxílio-doença.
Unidade 09 — Departamento Nacional de Endemias Rurais.
Disposições legais ou regulamentares que autorizam o pagamento: Artigo 143, da Lei n.º 1.711 de 28 de outubro de 1952 e art. 1.º do Decreto n.º 33.634 de 21-8-53, publicado no *Diário Oficial* de 26-8-53.
Período de licença — De 15-10-59 a 15-10-60.
Empenho n.º 475, de 27-12-60.
Proc. n.º 50.607-60.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA

PORTARIA DE 14 DE MARÇO DE 1963

O chefe do Serviço de Administração do Departamento Nacional da Criança, resolve:

Usando da atribuição que lhe confere o item IV do artigo 36, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 26.690, de 23 de maio de 1949, e, de conformidade com os artigos 93.839, 839 e 884, do Regulamento do Código de Contabilidade da União;

N.º 1 — Designar Hilda Pereira, ocupante do cargo de nível 8-A, da série de classes de Escrevente da Parte Permanente do Quadro de Pessoal deste Ministério, Thelmo Carvalho e José Luiz Carvalho de Almeida, ambos ocupantes do cargo de nível 7, da classe de Escrevente Dactilógrafo da Parte Permanente, do Quadro de Pessoal deste Ministério, lotados neste Departamento para sob a presidência do primeiro, procederem a Tomada de Contas durante o exercício de 1962, dos bens e valores entregues à guarda de Waldemar Pães, ocupante do cargo de nível 16-C da série de classes do Almoxarife da Parte Permanente do Quadro de Pes-

soal deste Ministério, lotado neste Departamento, responsável pelo material existente no Almoxarifado da Seção de Material deste Serviço. — (a) J. L. Castanheira.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA DE 8 DE MARÇO DE 1963

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Saúde, resolve:

No uso da atribuição que lhe confere o art. 18, letra "o", do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 8.674, de 4 de fevereiro de 1942,

N.º 28 — Conceder dispensa a Maria Izabel Maulaz da Silva, ocupante do cargo de nível 12-A, da série de classes de Oficial de Administração, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde, lotada no Serviço de Administração deste Departamento, da função gratificada, de Secretária do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Saúde, símbolo 9-F, a que se refere o Decreto n.º 49.593, de 27 de dezembro de 1960 — Dr. Adelmo de Mendonça e Silva, Diretor-Geral.

Serviço Nacional de Lepra

PORTARIAS DE 28 DE FEVEREIRO DE 1963

O Diretor do Serviço Nacional de Lepra, do Departamento Nacional de Saúde, resolve:

Tendo em vista o que preceitua o art. 2º, do Decreto-lei n.º 9.177, de 15 de abril de 1946.

N.º 48 — Conceder a gratificação especial a que se refere o item V do art. 145 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Aninha Paulina, ocupante do cargo de nível 7, da classe única de Escrevente Dactilógrafo, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal deste Ministério, matrícula n.º 2.114.005, fixando-a em 30% do respectivo vencimento, por ter exercício em leprosário.

N.º 49 — Conceder a gratificação especial a que se refere o item V do art. 145, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952 a Dirce Angelica de Moraes, ocupante do cargo de nível 7, da classe única de Escrevente Dactilógrafo da Parte Permanente do Quadro de Pessoal deste Ministério, matrícula n.º 2.114.007, fixando-a em 30% do respectivo vencimento, por ter exercício em leprosário.

N.º 50 — Conceder a gratificação especial a que se refere o item V do art. 145 da Lei n.º 1.711 de 28 de outubro de 1952, a Evando de Oliveira Bial, ocupante do cargo de nível 7 da classe única de Escrevente Dactilógrafo da Parte Permanente do Quadro de Pessoal deste Ministério, matrícula n.º 2.114.011, fixando-a em 30% do respectivo vencimento, por ter exercício em leprosário.

N.º 51 — Conceder a gratificação especial a que se refere o item V do art. 145 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Eiméa Costa, ocupante do cargo de nível 7 da classe única de Escrevente Dactilógrafo, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal deste Ministério, matrícula número 2.114.013, fixando-a em 30% do respectivo vencimento, por ter exercício em leprosário.

N.º 52 — Conceder a gratificação especial a que se refere o item V do art. 145 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Floracy Brito, ocupante do cargo de nível 7 da classe única de Escrevente Dactilógrafo, da Parte Permanente do Quadro de

Pessoal deste Ministério, matrícula n.º 2.114.014, fixando-a em 30% do respectivo vencimento, por ter exercício em leprosário.

N.º 53 — Conceder a gratificação especial a que se refere o item V do art. 145 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Glória de Almeida Trindade, ocupante do cargo de nível 7 da classe única de Escrevente Dactilógrafo, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal deste Ministério, matrícula n.º 2.114.016, fixando-a em 30% do respectivo vencimento, por ter exercício em leprosário.

N.º 57 — Conceder a gratificação especial a que se refere o item V do artigo 145 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, Liene Afonso, ocupante do cargo de nível 7 da classe única de Escrevente Dactilógrafo, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal deste Ministério, matrícula n.º 2.114.033, fixando-a em 30% do respectivo vencimento, por ter exercício em leprosário.

N.º 58 — Conceder a gratificação especial a que se refere o item V do artigo 145 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Maria Madalena Ribeiro, ocupante do cargo de nível 7 da classe única de Escrevente Dactilógrafo, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal deste Ministério, matrícula n.º 2.114.033, fixando-a em 30% do respectivo vencimento, por ter exercício em leprosário.

N.º 59 — Conceder a gratificação especial a que se refere o item V do artigo 145 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Maria Thereza Soares da Silva, ocupante do cargo de nível 7 da classe única de Escrevente Dactilógrafo, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal deste Ministério, matrícula n.º 2.114.034, fixando-a em 30% do respectivo vencimento, por ter exercício em leprosário.

N.º 60 — Conceder a gratificação especial a que se refere o item V do artigo 145 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Maria Dolores Rego Barros Vasconcelos — ocupante do cargo de nível 7 da classe única de Escrevente Dactilógrafo, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal deste Ministério, matrícula n.º 2.114.038, fixando-a em 30% do respectivo vencimento, por ter exercício em leprosário.

N.º 61 — Conceder a gratificação especial a que se refere o item V do artigo 145 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Maria Aracélica Fraga Lima, ocupante do cargo de nível 7 da classe única de Escrevente Dactilógrafo, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal deste Ministério, matrícula n.º 2.114.039, fixando-a em 30% do respectivo vencimento, por ter exercício em leprosário.

N.º 63 — Conceder a gratificação especial a que se refere o item V do artigo 145 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Zilda Leite da Silva, ocupante do cargo de nível 7 da classe única de Escrevente Dactilógrafo, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal deste Ministério, matrícula n.º 2.114.046, fixando-a em 30% do respectivo vencimento, por ter exercício em leprosário.

N.º 64 — Conceder a gratificação especial a que se refere o item V do artigo 145 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Adenor Rocha, ocupante do cargo de nível 8-A, da série de classes de Escrevente de Motores e Combustão, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal deste Ministério, matrícula número 2.114.047, fixando-a em 30% do respectivo vencimento, por ter exercício em leprosário. — Dr. Eudécio Gonçalves Castelo Branco — Diretor do SNT.

PORTARIAS DE 18 DE MARÇO DE 1963

O Diretor do Serviço Nacional de Tuberculose do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, usando de suas atribuições, resolve:

N.º 82 — Conceder dispensa ao Médico Sanitarista nível 18-B, Dr. Alfredo Sanitarista, nível 18-B, Dr. Alfredo John Sefton, da função gratificada (2-F) de Chefe da Seção de Organização e Controle (S.N.T. — S.N.T.), para a qual foi designado pela Portaria n.º 415, de 30 de outubro de 1956 publicada no BP-131, de 12 de novembro de 1956.

O Diretor do Serviço Nacional de Tuberculose do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, resolve:

Usando da atribuição que lhe confere o art. 12, item III, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 37.152, de 7 de abril de 1955, e de acordo com o artigo 5º do mesmo Regulamento:

N.º 83 — Designar o Médico Sanitarista nível 18-B, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do M.S., Dr. Waldemar Bessa, para exercer a função gratificada (2-F) de Chefe da Seção de Organização e Controle (D.N.S. — S.N.T.), em vaga decorrente da dispensa de Alfred John Sefton. — Dr. Mário Ivo B. Fittipaldi — Diretor.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ENDEMIAS RURAIS

PORTARIAS DE 11 DE MARÇO DE 1963

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Endemias Rurais resolve:

Usando das atribuições que lhe confere o item 3º, do art. 20, do Regulamento do mesmo Departamento, aprovado pelo Decreto n.º 40.870, de 7 de fevereiro de 1957:

N.º 42 — Conceder dispensa ao servidor Carlos Eugênio Pôrto, ocupante do cargo de nível 18-B, da série de classes de Médico Sanitarista, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde, da função gratificada, símbolo 2-F, de Chefe de Circunscrição (Paraíba), deste Departamento.

N.º 43 — Designar Hercílio Rodrigues, ocupante do cargo de nível 17-A, da série de classes de Médico, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde, ora no exercício da Função Gratificada, símbolo 3-F, de Chefe de Setor de Circunscrição (Paraíba), deste Departamento, para responder pelo expediente da referida Circunscrição. — Carlos Modesto de Souza, Diretor-Geral.

Retificação

No expediente publicado no D. O. n.º 48, de 12-3-63:

S.C. 54.879-62

Pág. 2.645, 2ª e 3ª colunas.
Onde se lê: (Resumo da folha de pagamento de gratificação por serviços extraordinários n.º 26)

João Gonçalves, mat. 1.674.829 — Trabalhador, nível 1 — 3.360,00
João Gonçalves, mat. 1.674.829 — Trabalhador, nível 1 — 3.360,00
Leia-se: Egídio de Biase, matrícula 2.033.374 — Trabalhador, nível 1 — 3.360,00
João Gonçalves, mat. 1.674.829 — Trabalhador, nível 1 — 3.360,00
S.C. 56.361-62

Onde se lê: (Resumo da folha de pagamento de Auxílio-doença n.º 100)
Unidade 06.05.02 — Divisão do Pessoal (Encargos Gerais)

Leia-se: Unidade 05.05.02 — Divisão do Pessoal (Encargos Gerais)
S.C. 6.245-63
Pág. 2.646, 3ª coluna.

Onde se lê: Aprovo o ato de designação de Maria Batista dos Santos, Garçano...

Leia-se: Aprovo o ato de designação de Maria Baptista dos Santos, Garçano...

S.C. 1.274-63

Pág. 2.647, 2ª coluna.

Onde se lê: (Port. nº 2, do SNL)

... da Lei 1.711, de 28 de outubro de 1945, a Orlando Paes Leme de Menezes...

Leia-se: ... da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Orlando Paes Leme de Menezes...

S.C. 1.271-63
Onde se lê: (Port. nº 5, do SNL)
... da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Reynaldo Ladezenski...
Leia-se: ... da Lei nº 1.711, de 28

de outubro de 1952, a Reynaldo Ladezenski...

S.C. 41.501-63
Pág. 2.648, 4ª coluna.
Onde se lê: (Retificação) Mary da Paula Rosa, Auxiliar Hospital
Leia-se: Mary de Paula Rosa, Auxiliar Hospitalar.

Secretaria da Presidência

EXPEDIENTE DO MINISTRO-PRESIDENTE

Em 22 de março de 1963

Despachos:

Concedendo, com fundamento no artigo 27, da Lei nº 1.711-52, prorrogação, por trinta (30) dias, do prazo para a posse de Gilberto Alves Ribeiro no cargo de símbolo TC-9 da carreira de Escriturário. — (Processo 10.670-63).

Autorizando, com fundamento no art. 138, Item I, da Lei nº 1.711-52,

TRIBUNAL DE CONTAS

a concessão do salário-família aos seguintes servidores:

Christovam Francisco das Chagas, Auxiliar de Conservação, símbolo TC-12, por seu filho, Christovam Chagas Filho, a partir de janeiro último (Proc. 10.447-62);

Daltenira Souza de Amorim, Oficial Instrutivo, símbolo TC-5, por seu filho Marcelo Souza de Amorim, a partir de janeiro último (Proc. 8.544-65);

Paulo Roberto dos Santos Coelho, Escriturário, símbolo TC-9 (interino),

por sua filha Mônica Aranha dos Santos Coelho, a partir de março corrente (Proc. 10.446-63);

Justificando, com fundamento no artigo 123 da Lei nº 1.711-52, as faltas dadas ao serviço pelos seguintes servidores:

Circe de Moraes, Escriturária, símbolo TC-9, no dia 4 de fevereiro último (Proc. 11.936-63);

Nettie Saldanha da Silva Dantas, Auxiliar Administrativo, símbolo TC-6,

no dia 13 de fevereiro último (Processo 11.454-63);

Concedendo, com fundamento no artigo 2º da Lei nº 3.829-60 e artigo 171, da Resolução nº 37-62, da Câmara dos Deputados, majoração de 10% de gratificação adicional ao Oficial Instrutivo, símbolo TC-4, Italo da Silva Costa, a partir de 25 de fevereiro último (Proc. 9.659-63);

Homologando, nos termos do artigo 97 da Lei nº 1.711-52, a licença concedida à Auxiliar Administrativo, símbolo TC-7, Cremilda Magalhães Ribeiro, no período de 10 de janeiro a 10 de março de 1963 (Proc. 9.055-63);

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

PORTARIA Nº 19 DE 20 DE MARÇO DE 1963

O Presidente do Conselho Nacional de Economia, usando das atribuições que lhe confere o art. 30, inciso VII, do Regimento Interno e nos termos do art. 73, § 2º da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, resolve designar o Oficial de Administração nível 13-A, deste Conselho, Fernanda Maria Pinto Mourão de Souza, para substituir a Chefe da Seção do Material, enquanto durar o impedimento da referida Chefe que se encontra afastada do cargo por motivo de doença.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

comprovada. — Antônio Horácio Pereira, Portaria nº 20, de 21 de março de 1963

REAJUSTA VENCIMENTOS DOS CONSELHEIROS

O Presidente do Conselho Nacional de Economia, no uso de suas atribuições e tendo em vista deliberação do plenário, em reunião desta data,

— considerando que os membros do Conselho Nacional de Economia recebem, mensalmente, ex-vi-legis, quantia igual à percebida pelos ministros do Tribunal de Contas;

— considerando que o referido Tribunal houve por bem incorporar aos

vencimentos de seus titulares acréscimo percentual determinado em lei, sem discriminação de vantagens de qualquer natureza, em face de pronunciamento da mais alta instância judiciária do país;

— considerando que, desse modo, cabe ao Conselho Nacional de Economia adotar idêntica atitude, para que se mantenha a unidade remuneratória prescrita na lei nº 2.695, de 24 de dezembro de 1955;

Resolve:

a) — O acréscimo de quarenta e quatro por cento (44%) prescrito no

artigo 9º da lei nº 3.825, de 23 de novembro de 1960 a que se reporta a portaria nº 101, de 13 de dezembro de 1962, deste Conselho, fica, para todos os efeitos, incorporado aos vencimentos de seus membros na forma do reajuste procedido pelo Tribunal de Contas, por portaria nº 58, de 14 de março corrente, em consonância com decisão do Supremo Tribunal Federal, tomada em sessão administrativa de 12 do mesmo mês.

b) — Fica o Serviço de Administração autorizado a tomar as providências necessárias ao cumprimento do presente ato. — Rio de Janeiro 21 de março de 1963 — Antônio Horácio Pereira, Presidente

OBRAS COMPLETAS DE RUI BARBOSA

VOL. XX. 1893 — TOMO V — TRABALHOS JURIDICOS

Preço: Cr\$ 250,00

VOL. XXXIII. 1896 — TOMO II — IMPOSTOS
INTERESTADUAIS

Preço: Cr\$ 200,00

A VENDA:

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 11

Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Rembolso Postal

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

Departamento Administrativo
do Serviço PúblicoDivisão de Seleção
e Aperfeiçoamento

EDITAL DSA-182

Concurso para provimento de cargos da classe "A" da série de classes de Técnico de Contabilidade dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, dos Industriários, dos Bancários, dos Ferroviários e Empregados em Serviço Público e do Serviço de Alimentação da Previdência Social.

C-473

Faço público, para conhecimento dos interessados, que ficam excluídos do Edital DSA-116 de 11.2.63, os candidatos abaixo relacionados cujas inscrições foram canceladas pelo Edital DSA-169, de 14.3.63, em virtude de não terem apresentado registro do Conselho Regional de Contabilidade.

Estado do Paraná

Inscrição — Nome

69. Lourival Messias Furtado.
- Estado do Rio Grande do Sul
97. Carlos Ernani Kolb.
95. Elmir Vicente Inoglio.
201. Ruy Remy Rocha.
199. Ernesto Neber Rossa.
36. Ataúlfo Soares da Silva.
- Rio de Janeiro, em 20 de março de 1963. — Adnar Salgado — Chefe da Seção de Provas.

EDITAL DSA-183

Concurso para provimento de cargos da classe "A" da série de classes de Dactilógrafo do Serviço Público Federal.

C-501

Faço público, para conhecimento dos interessados, que foram aprovadas as seguintes inscrições:

1. Ormeizindo Ville de Lima.
2. M^{te} da Conceição Pereira Barros.
3. Walter Alves Rodrigues.
4. Genário Pereira.
5. Tomás Gonçalves Villarinho.
6. Raimundo Santana de Carvalho.
7. Emmanuel Pinheiro Moreira.
8. Getúlio Salazar Borges de Almeida.
9. Nilza Kenupp de Souza.
10. Helo dos Santos Machado.
11. Dorival Silva.
12. Oliveira Rodrigues dos Santos.
13. Laudelino Aires Neto.
14. Eduardo de Lima Rodrigues.
15. Maria das Dóres Vasconcelos Souza.
16. Nelson Borges Miranda.
17. Nativa Nascimento de Oliveira.
18. Azamira Silva.
19. Antônio Carlos de Almeida.
20. Luiz Ernesto Costa Barbosa Gomes.
21. Amaury Antônio da Silva Correia.
22. Maria Aparecida de Carvalho Bastos.
23. José Paulo dos Santos Girão.
24. Jair dos Santos Menezes.
25. Manoel Evaristo da Silva.
26. Vanildo Gonçalves Miranda.
27. Walter da Silva Villela.
28. Arcelino Antônio da Silveira.
29. Raimundo Nonato Ferreira Costa.
30. Maria Ednice Rocke.
31. Samuel Guimarães Perpetua.
32. Luiz Gonzaga do Nascimento.
33. Aldo Mário Simonassi.
34. Hulda Gomes Figueiredo.

EDITAIS E AVISOS

35. Maria Helena Valério.
36. Fausto de Souza Ribeiro.
37. Therezinha Godoni Costa.
38. Mória das Graças Lopes de Assis.
39. Delivar de Souza e Silva.
40. Daniel José de Santana.
41. Jair de Novalis Martins.
42. Eric Pereira e Faria.
43. Renato e Souza Torres.
44. Francisco e Assis Conceição.
45. Raimunda Bezerra de Oliveira.
46. Altair da Silva Leão.
47. Rubens Mendes Passos.
48. Neyde Maria Barbosa.
49. Antônio Emídio Andrade.
50. Raimundo Costa Costa Santos.
51. Antônio Lima de Medeiros.
52. João Ferreira Messias.
53. Francisca de A. Feitosa dos Santos.
54. Antônio Lopes Batista.
55. José Henrique Rodrigues Nava.
56. Domingos dos Santos.
57. Nely Ribeiro Wernek.
58. Pedro Barros de Alencar.
59. João Irineu Galleti.
60. Vivaldo de Santanna.
61. José Agamenon Uchôa de Carvalho.
62. Norbenio Carneiro de França.
63. Aloisio Garcia.
64. Maria José de Justo Pinho.
65. Vanair Rodrigues de Carvalho.
66. Lygia Neves.
67. Argeu Pelanda.
68. Jeremias Pinheiro Moreira.
69. Cevaldino Ferreira de Santana.
70. Dtoniz da Cruz Braga.
71. Pedro Itary Braga Chaves.
72. José Antônio Soares Santana.
73. Raimundo Nonato Feitosa dos Santos.
74. Paulo Silva da Cruz.
75. Amílcar Pereira Penedo.
76. Antônio Francisco Xavier.
77. José Barbosa.
78. Nelson B. tencourt Xavier.
79. Dalva Pereira Marques.
80. Dora Vianna Prazeres.
81. Moacir Natercio Pereira.
82. Terezinha de Jesus Brito Santos.
83. Francisco Antônio de Araújo.
84. José Teotônio do Nascimento.
85. Antônio Coelho Ferreira.
86. Edda Vettoir.
87. Petronio Batista França.
88. Moacir Fernandes da Silva.
89. Hely Siqueira.
90. José Julio Ribeiro Sobrinho.
91. Antônio Walter Alexandre Bié.
92. Francisco Carvalho da Costa.
93. Didimo Otaviano de Arruda.
94. Onias de Castro Passos.
95. Moyses Brasileiro da Silva.
96. Seraphim Villela de Carvalho.
97. Isaura do Nascimento Filho.
98. Antônio Carneiro de Deus.
99. Adauto Machado Braga.
100. Antônio Alves Lopes.
101. Elton Araújo Moraes.
102. Zibélia Gomes Passarinho.
103. Venâncio Flores de Meo.
104. José Pereira dos Santos.
105. Maria do Socorro Pereira de Araújo.
106. José Pinto Costa.
107. Altair de Souza Lopes.
108. Enedina Coelho Portugal Martins.
109. Neliton Leal da Costa.
110. Maria da Penha Lima.
111. Antônio Ribeiro dos Santos.
112. Raul Barbosa da Silva.
113. José Wilson Barbosa Jr.
114. Carlos Nalevaiko.
115. Lygia Veloso Freire.
116. Ronaldo Ansani Moura.
117. Adelino Jaime de Faria.
118. Milton Ferreira.
119. Saleto Couto Quintão.
120. Lourival da Conceição.
121. Waldir Gomes da Silva.
122. Raimundo Marques da Silva.
123. Olavo de Souza.
124. Silas Marques da Silva.
125. Deodécio Francisco de Vasconcelos.
126. Manoel Vilar dos Santos.
127. Vago.
128. Orlinda Moura Ferreira Vasconcelos.
129. Francisco Tarcísio Guimarães.
130. Idelbrando David de Souza.
131. Dionizio Tomaz da Silva.
132. Nilza Ribeiro dos Santos.
133. Irani Mendonça da Silva.
134. Tracy Coutinho de Andrade.
135. José Ferreira.
137. Maria Lila de Souza Continho.
138. Benedita Ferreira Barros.
139. Maria Aniceto Gomes.
140. Marly Nogueira Cobra.
141. Mariza Nogueira Cobra.
142. Antônio Galvão Ferreira.
143. Terezinha de Oliveira Fontes.
144. Gilberto de Moura Costa.
145. Lourival da Silva Reis.
146. Geraldo Santiago de Almeida.
147. Edmundo Reulino de Souza.
148. Lourival Ezequiel Pereira.
149. Tarcizo Rodrigues Campos.
150. Paraguassu Góis.
151. Amilton Rodrigues de Souza.
152. Luiz Carlos de Lira.
153. Jacy Barbosa.
154. Wademar José da Silva.
155. Geraldo Magela de Oliveira Marra.
158. Maria Ferreira.
157. Manoel Pereira da Silva.
158. Jamacy Paulino Lima.
159. José Ribeiro Araújo.
160. Raimundo Alves Araújo.
161. Roberto Vitor Pires.
162. Fernando Flores.
163. Stelita Moraes da Silva.
164. Antônio Honorato Ribeiro.
165. Eduardo A. Alves Freire.
166. Ary da Silva Ferreira.
167. José Nemizio Machado.
168. Ruduval do Espírito Santo Ribeiro.
169. Jocelino de Souza Ribeiro.
170. Elias Miranda Filho.
171. Javes Castro Prestes.
172. Eucário Godinho Filho.
173. Murilo Magalhães Coimbra.
174. Edina Paiva Felício.
175. Paulo Moraes Maito.
176. Maria Helena Monteiro de Oliveira.
177. Djalma Teophilo Bezerra.
178. Nilson Cunha Pimentel.
179. José Carlos Neiva de Carvalho.
180. Antônio Dias Soares.
181. José Pessoa Filho.
182. Mauro Nogueira Cobra.
183. José Maurício Filho.
184. Arlindo Souza Cavalcante.
185. Dalton Ernesto de Oliveira.
186. Veralucia Lima Fernandes Silva.
187. Adão Pereira de Vasconcelos.
188. Bernadete Mota Pereira.
189. Alaide Gomes Ferreira.
190. Lindalvo Batista de Lyra.
191. Wilson Oliveira.
192. Nazir Martins de Sá.
193. Vicente de Melo Araújo.
194. Lolde Ferreira de Abreu.
195. Paulo Ferreira de Abreu.
196. Alvaro Batista Filho.
197. Daniel José Pires.
198. Adelino Martins da Silva.
199. Gastão Borges.
200. Carmen Magalhães.
201. Leila Pantoja M. homens.
202. Avelino José de Magalhães.
203. Walter Gomes.
204. Adelino Paixão de Pinho.
205. Euripedes de Freitas.
206. Antônio Alves dos Santos Neto.
207. Residência Francisco de P. Neto.
208. Mário Antunes de Souza.
209. Iraydes Lima.
210. Ruth Fonseca Rodrigues.
211. Dirceu Gonzaga Ramos P. t. t.
212. Antônio Norival Brito Rabelo.
213. Corbiniceno Dias Lopes.
214. Humberto Marques Brandão.
215. Francisco das Chagas Villarinho.
216. José Penário de Lima.

217. Waldir Ferreira dos Santos.
218. Donato Cândido de Souza.
219. Léa de Freitas.
220. Terezinha Vasconcelos dos Santos.
221. Fábio Teixeira Alves.
222. Eugénia Ena Camella Sinho.
223. José Italo de Araújo.
224. Tereza Souza Macena.
225. José Augusto da Assumpção.
226. Shirley de Almeida.
227. Geraldo Ribeiro de Assis.
228. Antônio Caetano de Souza.
229. Herondras Reis Cinto.
230. Zelita Araújo Santana.
231. Enio Correia Conijo.
232. Luiz Salvador de Souza Brito.
233. Marcos Costa.
234. José P. de Andrade.
235. Idalla Oliveira de Carvalho.
236. Edilberto Bandeira da Silva.
237. Mário Gomes do Amaral.
238. Ivone Fernandes Guerra.
239. Augusta Amelia Abranches.
240. Cecília dos Santos.
241. José Antônio de Faria Vilaça.
242. Renaut Vieira de Souza.
243. Benedito Fernandes Jr.
244. Jeová Costa Amorim.
245. Milton dos Santos.
246. Bruno Pereira de Araújo.
247. Almir de Souza Correia.
248. Tereza Feras Leda.
249. José Pessoa Pinto.
250. Neiva Magalhães.
251. Irene Ordine Lopes.
252. Ariete Alves Moreira.
253. Maria Aux. Diniz A. dos Santos.
254. Maria José Moysés Ramos.
255. José Augusto Nunes.
256. José Alonso Souto.
257. Vago.
258. Lindaura dos Santos Silva.
259. Denice Ferreira de Souza Pedroza.
260. Benedito Ribeiro Gonçalves.
261. Ovidio da Anunciação Barreto.
262. Josué de Souza e Silva.
263. Jomar Medeiros Cunha.
264. José Soares de Siqueira.
265. Joaquim Rodrigues.
266. Iranyldes Dourado Sampaio.
267. Vago.
268. João Carlos de França.
269. José Alves Feitosa.
270. Mercês Rodrigues da Silva.
271. Evaristo Neto Abadio.
272. Iracema Carvalho de Aguiar.
273. Remy Tirapelli.
274. Toninho José do Nascimento.
275. Bento Barbosa dos Reis.
276. Gilda Cella Gadelha.
277. Mário Furioso.
278. João Ferreira Barros.
279. Delí Silva.
280. Maria Luiza Brito.
281. Edvaldo Teixeira de Souza.
282. Maurillo de Santana Filho.
283. Neusa da Silva Pessoa.
284. Rossini Alves dos Santos.
285. José Rios Filho.
286. Maria Raimunda da Cruz.
287. Aládia Ferreira de Carvalho.
288. Paulo Cesar Gonçalves.
289. Razo Kawashita.
290. Nivaldo Costa e Silva.
291. Henrique Barbacena Xavier.
292. João Alves da Silva.
293. Benemar Siqueira.
294. Antônio Rodrigues de Souza.
295. Felix Alves da Costa.
296. Linaldo Brasileiro e Silva.
297. Luiz Gonzaga Oliveira.
298. Raimundo de Menezes Vianna.
299. Valdir Marques Domado.
300. Estela Pereira dos Santos.
301. Mary Lucy Pereira.
302. Carlos Adalberto Estuqui.
303. Ivanilde Cavalcante Barros.
304. Clearton Antônio Carvalho.
305. Antônio Pereira dos Santos.
306. Maria da Cruz Ferreira Guedes.
307. Antônio Ferreira Cortes.
308. R. nzi Mizuno.
309. Arisio Souza.
310. Ida Braule Pinto.
311. Arnaldo de A. Braule Pinto.
312. Leopoldo Ferreira Barbosa.
313. Agenor Germano Pereira.

314. Maria Emília Soares de Oliveira
315. João Soares dos Santos.
316. Edina Duarte Marcondes.
317. Eva Alves Camacho.
318. Ionyse Fernandes Guerra.
319. Maria de Jesus Pereira de Oliveira.
320. Wladimir Alves de Oliveira.
321. Ademir Ramos.
322. José Francisco Dutra Neto.
323. Eudes Reinaldo de Araújo.
324. Marlon Ferreira Ramos.
325. Marinase Vieira Dantas.
326. Aírissê Guimarães Arantes.
327. Miguel Ferreira Leite
328. Leontina Araújo dos Santos.
329. Hildebrando de Luna.
330. Guiomar Campelo Nunes.
331. João Felipe de Araújo.
332. Pedro Carvalho Vilanova
333. Jaime Fessas.
334. Acacirinho Braga de São José.
335. Paulo Caxola Leite.
336. Heliô Gomes de Oliveira.
337. Carmen Do ores de Jesus.
338. Alípio de Assis Ribeiro.
339. Manoel Bernardino da Costa.
340. Alberto Afonso Lustosa da Costa.
341. Francisco de Souza e Silva.
342. Guido Helene Dutra.
343. Alexandre Nunes Rodrigues.
344. Silvia Leida Silva.
345. Dione da Cunha e Silva.
346. Benevenuto Nunes Filho.
347. Maria da Paz Fortuna.
348. Pedro Fortunato Filho.
349. Newton Sebastião Borges.
350. Tiago Ribeiro dos Santos.
351. Ivo da Silva Maciel.
352. Carlos Ribeiro Borges.
353. Rubens Carlos da Silva.
354. Ruth Teixeira Cunha.
355. Terezinha de Jesus Carvalho.
356. José Horácio dos Santos.
357. Luzia Rache Simão Leite
358. José da Silva.
359. Virginia Esteves Dias.
360. Evaldo Soares da Silva.
361. Perolina Oliveira Damasceno.
362. Sidney Cortv Tubarão.
363. Zaira Aberto Calil.
364. Raimundo Ferreira Corrêa.
365. José Antônio Gonçalves.
366. Francisco das Chagas Souza.
367. Maria Nunes Mesquita.
368. Antônio Gregório da Silva.
369. Arlindo Gomes Rabelo.
370. Maurício Alves.
371. Maria José Monteiro.
372. Lazaro Pereira Andrade.
373. Aylton Ludorico Borges.
374. Odilon Ferreira de Araújo.
375. Fausto Fanzer Maia.
376. Alberto Alves de Santana.
377. Raimunda Coelho Ribeiro.
378. Filinto Deusdeth Ribeiro.
379. Niberto Das Vilela.
380. Joany Pereira da Matta.
381. Euripedes Natal Clemente.
382. Heloisa Helena Martins Coragem.
383. Luiz Gaudino.
384. Aido da C. Monteiro.
385. Rinaldo da Costa Lucena.
386. Iraci da Costa Lucena
387. Elias Barbosa de Souza.
388. Elino Alves de Moraes.
389. Antônio da Silva Pinto.
390. José Cardoso da Conceição.
391. Glaucete Corrêa Maia.
392. Gilbert da Silva Macedo.
393. Maria Tereza Cohen Bezerra.
394. Paulo Roberto da Costa.
395. Francisco Martins de Souza.
396. Maria Inês de Lana Tôrres.
397. Narcizo Benevenuto Rocha.
398. Masayuki Lásaki.
399. Everardo Campos.
400. Maria José Pirangy Soares.
401. Pedro Jovito Ferreira.
402. Roberto de Souza.
403. Alcivaldo Rodrigues dos Santos.
404. Alcyda de Souza Barreto.
405. João Ferreira Lima.
406. Eunice Garcia.
407. Dália Mateus Tinoco Baccih.
408. João Batista Marques dos Santos.
409. Francisco Félix de Araújo.
410. Etelvino Lins.
411. Luiz Carlos Alimandro.
412. Antônio Alves de Oliveira.
413. Miguel Gomes Filho.
414. Rita Bonfim Gomes.
415. Maria Nazareth Canuto.
416. Angelina Aparecida Leite Avani.
417. Osvaldo Espindola da Silva.
418. Jair Bozzani.
419. Walter Rodrigues de Lima.
420. Francisco Laes Ricate Serra.
421. Cezar Manoel Luz.
422. Gilson Moyses Santos.
423. Samur Lemos da Motta.
424. Ciestino Kanenober Kusano.
425. Ruy de Souza.
426. Juracy da Costa Benício.
427. Carlos Chagas Lacerda.
428. Neuza Maria Barbosa.
429. Manoel de Andrade.
430. Adair de Paula Vamores.
431. Lindinalva Magalhães Souza.
432. José Walter Calguero
433. Oswaldo Antunes da Silva
434. Antônio Gomes D. Neto.
435. Vago.
436. Gabriel P. de Negreiros
437. Maria Vilma de A. Rodrigues.
438. Juracy Lourenço de Eulides.
439. João Raimundo de Oliveira Lulla.
440. Ceila Santos.
441. José Elias Moreira.
442. Iracy de Brito Gonçalves.
443. Marly Teixeira Castelo Branco.
444. Abel Teixeira Castelo Branco.
445. David Tinoco Correia.
446. Jairo Campos Cardoso.
447. José Gonçalves Nepomuceno.
448. José Reinaldo Canuto.
449. Moacyr Rodrigues dos Santos.
450. Adaleno Jacintho de Souza.
451. Sebastião Nunes Ferreira.
452. Ary Chaves Franco.
453. Sebastião Rios Correia.
454. Arnando Ferro Mesquita.
455. Valderino Pôrto Guimarães.
456. Ruy Ribeiro de Araújo.
457. Florize Rodrigues de Lima.
458. Joaquim Araújo.
459. José Cardoso de Jesus
460. Ezo de Luna Mattos.
461. Gercini Lina de Jesus.
462. Jair Gonçalves da Cunha
463. Maria de Lourdes de Macedo.
464. Cleusa Rochepont de Almeida.
465. Vago.
466. Luiz Silva Lima.
467. Marcos Joarez da Silva Bento.
468. Anloisa Piedade de Faria.
469. Janice da Silva Pinto.
470. Marina Bueno Gomes.
471. Julia Alves de Amorim.
472. Lourival Machado Rezendo.
473. José de Souza Mendanha.
474. Nitamar Ribeiro Públio.
475. José Ulian Neto.
476. Nivaldo Alves de Freitas.
477. Ivonildes Teixeira de Souza.
478. Lucy Stolle.
479. Waldemar Alves do Nascimento.
480. Maria de Nazaré dos Reis Nunes.
481. Terezinha de Jesus dos Reis Nunes.
482. Guilhermina Ferreira de Oliveira.
483. Adirson Messias Lima.
484. De'son de Souza e Silva.
485. Luiz Carlos Barros Bitencourt.
486. Sebastião Alves Vilas Boas.
487. Sebastião A. de Souza.
488. Luiz Alberto de Lima Rocha.
489. Maria Moreira Pereira.
490. Luzia Paniago de Moraes.
491. José Mário de Souza Veiga.
492. Christóvão Lechado Clans.
493. Maria Janice Barreto
494. Geraldo de Paula Emery.
495. Jesunita Marion Gomes.
496. Toiko Kai Mizuno.
497. Maria do Rosário Brito.
498. Raimundo Oliveira Brito.
499. Raimunda Maria de Oliveira.
500. Valdeon Ferreira Santana.
501. Delcídes Machado Lima.
502. Manoel de Souza Neto.
503. João Pinto Neto.
504. Gohan Leite Barbosa.
505. Raimundo Pereira Silva.
506. Luiz Carlos Beerra da Motta
507. José Cândido de Souza Neto.
508. Geraldo Crispino de Souza.
509. Vivaldo Lopes de Oliveira.
510. Luiz Lucas Pereira.
511. João Ribeiro de Moraes.
512. Enivan da Rocha Lima
513. Juruma Castro Garcia Redondo.
514. Gori Lauro Honesho.
515. Nair de Almeida Rodrigues.
516. Dulacia Mariana da Silva.
517. Roncy Ferreira Correa.
518. Nilmar Lima.
519. Antonio Batista Pires.
520. João Francisco da Silva.
521. Arly Edith Oliveira.
522. Hermenegildo Rodrigues de Lima.
523. Senna da Clória Rodrigues.
524. Maria Aparecida Gomes.
525. Cleide Holanda da Costa.
526. Maria Rodrigues Avelino.
527. Lidio Carlos da Silva.
528. Marcos Pereira.
529. Lizete Maria Coelho Galvão.
530. Vago.
531. Antônio Norberto Carvalho Silva.
532. Benigna Coucheta Tiveron.
533. Antonio Barbosa Rodrigues.
534. Marlene de Azevedo Ribeiro.
535. Gláucys Carvalho Pinto
536. Germano do Nascimento.
537. José Luciano Leitão de Lavor.
538. Clécia Lima.
539. Aurelina Sagado da Rocha.
540. Raimundo Lopes.
541. Maria Albertina Moura de Andrade.
542. Darcy Barbosa de Oliveira.
543. Waldemar Machado Netto.
544. Ilson de Barros.
545. Wilson Pereira Barbosa.
546. Marcial Pereira de Oliveira.
547. Maria Salustiana dos Santos.
548. Maria Elisia Ribeiro da Silva.
549. Wilmar das Chagas França.
550. Manoel Raimundo de Castro.
551. Lenilda Bezerra de Andrade.
552. Maria Alice de Oliveira Novais.
553. Hildete Girão Mota da Silva.
554. Irene Barbosa Tôrres.
555. Ceilde Peixoto Tavares.
556. João Loureiro Filho
557. Aida Vieira.
558. Vago.
559. Ernani Avila de Paula.
560. Vago.
561. Antônio Varela Neto.
562. Jessé Tavares da Silva.
563. Maria de Lourdes Santos.
564. Maria Luiza Saldanha Gomes.
565. João Batista de Paula.
566. José Menezes.
567. Heleno Mendonça Reis.
568. Felisbino Alves dos Santos.
569. Victor de Oliveira Silva.
570. Lambertina Ricarte Serra.
571. Maria de Lourdes Lins dos Santos.
572. Edvalda Cerqueira de Souza.
573. Domício Bento Gonçalves.
574. Manoel Crisostomo Teixeira.
575. Ernesto Santoro.
576. Gerson Rosa da Silva.
577. Elza da Silva Araújo.
578. Marly de Souza Oliveira.
579. Marinho Alves de Oliveira.
580. Rita Ferreira de Souza.
581. Clarinda Rondon.
582. José Camilo dos Santos.
583. Darcy José Ribeiro.
584. Maria Leite Cavalcante.
585. Jeremias C. de Godoy Neto.
586. Ernestino de Souza Rolin.
587. Luiz S. Dutra.
588. Adoterivo Santiago.
589. Jadir Pinto da Silva.
590. Walcely de Souza Simão.
591. José Ribeiro Lobato Filho.
592. Heliô Rezino Fernandes.
593. José Ribamar Pereira Lima.
594. Vanor Pereira dos Santos.
595. Maria Alva Teixeira.
596. Sidney de Almeida.
597. Uderdan Meireles.
598. Anfrísio Fernandes Rodrigues.
599. Rubens Nunes.
600. Moacyr Lemos Machado.
601. Maria Steia Milhome Bessa.
602. Onório Justiniano Teixeira.
603. Moacir de Arruda Menezes.
604. Rudenico Rangel.
605. Sonia Neves Moura.
606. Guaracy Balsalobu.
607. Eudes Marques.
608. Marchão Otávio.
609. Francisco Gomes Macedo.
610. Iva do Pinto de Oliveira.
611. José Gonçalves de Lacerda.
612. João Batista B. do Nascimento
613. Mário Teles de Albuquerque.
614. Mariano dos Reis Silva
615. Oswaldo Teixeira de Mello.
616. Francisco José dos Reis.
617. João Donisio Santos.
618. Aderico Augusto Ribeiro de Souza.
619. Ivanildo Caivo.
620. João Severino Filho.
621. Helvio Ferraz Léda.
622. Adclande Lopes de Holanda Cavalcante.
623. Nely Ferreira Guimarães de Oliveira.
624. Abner Ferreira Nogueira.
625. Arlindo de Souza.
626. Raimunda Marly Dutra e Silva.
627. Marlon Silva Araújo.
628. Rodrigo da Costa Brandenburger.
629. Ildes Maria de Aguiar Barbosa Leite.
630. Maria de Lourdes Lopes
631. Paulino Ferreira Cunha.
632. Edgard Benvido.
633. Maria Helena Machado Vasconcelos.
634. Maria de Fátima Pereira Ribeiro.
635. Dulcimar Rodrigues M. Ribeiro.
636. Ramão Tomassim.
637. Wilton Soares de Oliveira.
638. Narciso Ferreira dos Santos.
639. Walter Marinho da Mota.
640. Paulo José Cardoso.
641. Erivaldo Lopes Casado.
642. Adonilda Santos Ferreira.
643. Jaime Manohiuno da Silveira.
644. Aylé Salassé Figueiros Quintas.
645. Antônio Luiz de Oliveira.
646. Emidk Torquato Souza.
647. Roberto Alves
648. José Antônio de Lima.
649. Jesus de Matos Medeiros.
650. Maria do Socorro Pereira de Oliveira.
651. Paulo Xavier Fernandes.
652. Ricardino Monteiro do Nascimento.
653. Antônio Marciano da Silva.
654. Agenor Antônio Silvestre.
655. José Maria Araújo Dantas.
656. Gercino Elias do Nascimento.
657. Hurandir Mesquita Motta.
658. Adriano Francisco Oliveira.
659. Jasset de Abreu do Nascimento.
660. Antônio Bezerra de Oliveira.
661. Iracema Cerca de Freitas.
662. Adivar Gonçalves Oliveira.
663. Maria Aparecida Chaves.
664. José Anatolio F. Ribeiro.
665. Marides Terezinha Lisboa.
666. Dulcinéa Pereira da Silva.
667. Almira de Paula.
668. Pedro Henrique Lourenço.
669. José de Arimathéa Teles Barcelos.
670. José Furtado Alves de Souza.
671. Iris Paranhos Costa.
672. Ivani Cristino de Souza.
673. Jurena Arona Wilami
674. Antônio de Souza Santos.
675. Izael Andrade de Freitas.
676. Waldelino José de Oliveira.
677. Maria Noemia Lacerda
678. Francisco de Assis Medeiros.
679. Leduina Alves de Oliveira.
680. Arcendino Alves Pereira.
681. Raimundo Carvalho Luz.
682. Maria do Carmo Machado.
683. Nyselia Altair Nogueira Oliveira.
684. Gumercindo Valentim.
685. Paulo Afonso de Oliveira.
686. José Maria Gomes.
687. Josadok Pereira de Oliveira.
688. Maria José da S. Barbosa.
689. Antônio Alves Pereira.

690. Elton Edmundo Polveiro.
 691. Nerey Barbosa de Castro.
 692. Luiz Geraldo Almeida e Silva.
 693. Américo Pedro Bianchini.
 694. Iva Maria de Andrade.
 695. Sávio de Castro Moraes.
 696. Raimundo Fernandes Campos.
 697. José Assis Simões Utsch.
 698. Waldimir Isaac Neto.
 699. Juracy Alves dos Santos.
 700. Bruno Pedro Rosch.
 701. Renato Fonseca.
 702. Manoel Lopes de Albuquerque Filho.
 703. José Daldegan Neto.
 704. João Martins Ferro Gomes.
 705. Margarida Moreira de Oliveira Pinto.
 706. Maurício Ribeiro Viana.
 707. Elenides Arruda Veloso.
 708. Maria da Silva Ferreira.
 709. Alexandre Sahim Cachus.
 710. Baltazar Amorim da Silva.
 711. Edmilson Fragoso Veras.
 712. Maria da Natividade Dias Moura.
 713. Magda Varandas Figueiredo.
 714. Neide D. das Vilela.
 715. José Bezerra de Arruda.
 716. Aldenor Alves Santana.
 717. Luiz de Souza Moura.
 718. José Cróstomo dos Santos.
 719. José Alves da Silva.
 720. José Rodrigues Machado.
 721. Carlos Fernandes de Toledo.
 722. Evaristo E. da Silva.
 723. Mercedes Maria de Souza.
 724. Zélia Catarina Domingues.
 725. Ione Vilela de Oliveira.
 726. Luna Felipe dos Reis.
 727. Pedro de Oliveira Monteiro.
 728. João Ferreira da Silva.
 729. Maurício Pereira de Castro.
 730. Geraldo José Coelho Galvão.
 731. Jairo Stellito Loureiro.
 732. Alberto Burgetti de Almeida.
 733. Maria Antônia da Cruz.
 734. Eneas Ferreira dos Santos.
 735. Jorge Canuto Borges.
 736. Heronides Manicoba.
 738. Lara Fernandes Martins.
 739. Maria Madalena Mendes.
 740. José Lair da Cunha.
 741. Terezinha de Jesus Ramos Figueiredo.
 742. Maria Helena L. Pereira.
 743. Arlete A. Sallone.
 744. Alfredo Pereira da Rocha Filho.
 745. Deiza Maria Chaves Lopes.
 746. Deusdet Gomes de Oliveira.
 747. Lucinir Miranda da Silva.
 748. Luiz Ramos Ponto.
 749. Minervina da Silva.
 750. Eny Nunes.
 751. Maria de A. Moreira Lima.
 752. Maria de Jesus Souza.
 753. Oridia Caquim.
 754. Nelly de Souza.
 755. Joshiaki Jamassaki.
 756. Vago.
 757. Leda Esch Furtado.
 758. Paulo Moreira Furtado.
 759. Wilma Ramos.
 760. José Mário do Monte.
 761. Pedro Silas.
 762. Maria de Lourdes da Silva.
 763. Felipe George Bertges.
 764. Jorge Neves de Lima.
 765. Vago.
 766. Vago.
 767. Gerson Souza Lima.
 768. Maria Honley Dantas Lucena.
 769. Antônio Maria Tarqui.
 770. José Martins de Carvalho.
 771. José R. Valadão.
 772. Antônia Araújo Freitas.
 773. Alba Sarmiento Machado.
 774. Bento Inácio Cardoso Filho.
 775. Vago.
 776. Onofre Felipe Damasceno.
 777. Jandira Nazareth Rodrigues Lima.
 778. Jorge Benigno dos Santos.
 779. Geny Soares Coelho.
 780. Silvio Fernando.
 781. Fernando Lopes de Souza.
 782. Maria Elisa Bernardes.
 783. Flamarion Data.
 784. Ana Gomes Fernandes.
 785. Leonor Macedo Paes.

786. Maria Macedo Guimarães de Castro.
 787. Adalio Lisboa Almeida.
 788. Waldivinda Faria Costa.
 789. Aldimiro Pereira da Costa.
 790. Francisco das Chagas Babelo.
 791. Nelson Eleuterio.
 792. Raimundo Luciano Pereira Oliveira.
 793. Sebastião Fernandes de Souza.
 794. Arlindo Junqueira.
 795. Antônio Valdir Romiz.
 796. C'ea Bouças.
 797. Tereza Neuma de Souza.
 798. José dos Reis Modesto.
 799. Vago.
 800. Leonidas Rodrigues Braga.
 801. Francisco do Carmo Rocha.
 802. Arivaldo Fernandes de Santana.
 803. Vago.
 804. Maria Alice Magalhães.
 805. Dionísio Antônio da Cruz.
 806. Ana Rosa Simplicio.
 807. Geey Soares Martins.
 808. Celio de Mattos Pinho Guedes.
 809. Antônio Martins Filho.
 810. Augusto Carlos Carvalho A. Lobo.
 811. Lucinda de Souza Medeiros.
 812. Jacimar Damasceno Tórres.
 813. Raimundo Soares de Carvalho.
 814. Afrânio dos Reis de Souza.
 815. Alia Felício Tobias.
 816. Ramor Gomes.
 817. Douglas Carvalho Merechla.
 818. Arthur Almansor Duarte de Oliveira.
 819. Maria Clemente de Oliveira.
 820. Idílio Loss.
 821. Lea Macedo Ruas.
 822. Adão José Filho.
 823. Sebastião José dos Reis.
 824. Manoel Guedes.
 825. Conceição Alves Fonseca.
 826. Donacy Felizardo dos Santos.
 827. Elyett Vilela de Castro.
 828. Glenadyr Sotelo Maior Pereira.
 829. Hildo Geraldo Magalhães.
 830. Jandira Pena.
 831. Joaquim Ribeiro do Carmo.
 832. Leal Gomes da Costa.
 833. Marcus Fernandes.
 834. Maria Dirce Alves da Fonseca.
 835. Maria Lucia Correia Chovigv.
 836. Mauricio Lacerda de Castro Ribeiro.
 837. Vago.
 838. Paulo da Paixão Santos.
 839. Pedro de Paulo Freitas.
 840. Selmo Soares Lameira.
 841. Sulamita Prado Bueno.
 842. Timoteo José da Silva.
 843. Walmor José Sastori.
 844. Violeta Costa Ribeiro.
 Rio de Janeiro — GB., em 21 de março de 1963 — Antônio da Silva Cunha — Chefe da Seção de Informações e Inscrições.

EDITAL — DSA-184

Concurso para provimento de cargos da classe singular de "Servente" dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Carros, dos Ferrovias e Empregados em Serviços Públicos, dos Industriários e dos Marítimos.

C-430

Faço público para conhecimento dos interessados, que de acordo com o despacho exarado no processo número 50.544-63, a candidata — Maria de Lourdes Gomes Pereira, inscrita sob o nº 1.070 no Estado do Maranhão, teve seu nome retificado para — Maria de Lourdes Pereira Silva.

Rio de Janeiro, 21 de março de 1963. — Antônio da Silva Cunha — Chefe da Seção de Informações e Inscrições.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Diretoria de Intendência

Depósito de Subsistência do Rio de Janeiro

TORREFAÇÃO DE CAFÉ

Concorrência para venda de sacos vazios

1. Avisamos aos interessados que se encontram à venda, no Depósito de Subsistência do Rio de Janeiro — Ministério da Marinha — Arsenal Velho, 2.000 (dois mil) sacos vazios de café em grão cru.

2. A abertura das propostas será feita, às 10,30 horas do dia 11 de abril do corrente ano, na presença dos concorrentes; o resultado será apurado no momento, estando sua efetivação sujeita a aprovação do Encarregado do Depósito de Subsistência do Rio de Janeiro, que julgará da conveniência do preço vencedor oferecido.

3. A mercadoria deverá ser examinada no dia 8 de abril das 9,00 às 11,00 horas, a fim de que os interessados sejam cientificados do estado em que se encontra.

4. Tão logo seja aprovada a concorrência, será o vencedor notificado devendo a partir de então e no prazo de 48 horas retirar o todo o lote de sacos, mediante o pagamento integral. — Sérgio Rodrigues Canele, 1º Tenente (IM), Encarregado do Armazém de Mantimentos e Torrefação de Café

Dias: 27 a 29-3-1963.

Nº 11.229 — 20-3-63 — Cr\$ 3.060,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Conselho de Política Aduaneira

EDITAL Nº 225

De acordo com a letra "d" do artigo 90 do Decreto-lei nº 300, de 24 de fevereiro de 1938, torna público que a Indústria Elétrica Brown Boveri S. A., estabelecida à Estrada de Itu, 7.618, Osasco, São Paulo — SP, pelo Processo nº 278.685-62 — (SRS 5062-62), solicita registro de similar para os seguintes produtos de sua fabricação:

1 — Alternador síncrono, trifásico, para tensão até 25 kv, rotações até 1.200 RPM, de 50 e 60 cps e até a potência aparente de 160.000 KVA.

2 — Transformadores de medida de corrente e potencial com perdas até 400 VA 50-60 cps para linhas de 69 KV até 400 KV entre fases.

3 — Forno elétrico de indução até 23 toneladas de capacidade de carga, de frequência industrial, de cadinho de material refratário, tipo basculante de comando hidráulico a moto-bomba, de transformador para as tensões do processo metalúrgico de espiras de indução refrigerada a água, com equipamento para correção de fator de potência e quadro de comando.

4 — Forno elétrico de fusão a arco, até 150 toneladas de capacidade de carga, tipo basculante, de controle automático do arco eletromecânico ou eletrohidráulico, de abóboda giratória, de comutação do lado de alta em estrutura-triângulo em vários "taps" de 6 ou mais tensões do lado de baixa do transformador, com quadro de comando.

5 — Forno elétrico de redução, de electrodos submersos na carga, até 15.000 KVA, parte mecânica com ou sem recolhimento de gases, de transformador especial, de regulação automática dos electrodos, sob encomenda para cada tipo de material a ser ob-

tido a cada mistura de minério, calcário e carvão, com quadro de comando.

6 — Transformadores para instalação ao tempo, em banho de óleo, monofásico e trifásico, cada um até 120.000 KVA e ambos para tensão até 450 KV entre fases.

Qualquer contestação ao pretendido registro deverá ser dirigida ao Conselho de Política Aduaneira, diretamente, em registro postal (Ministério da Fazenda, 10º andar, sala 1.038), ou através do Protocolo Geral do Ministério (Guichê nº 4), dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da primeira publicação deste Edital no Diário Oficial.

Rio, 12 de março de 1963. — O/

Ferreira Neves, Secretário-Executivo.

(Dias: 27 e 29-3 e 1-4-63).

Nº 756 — 25-3-63 — Cr\$ 3.120,00.

EDITAL Nº 226

De acordo com a letra "d" do artigo 90 do Decreto-lei nº 300, de 24 de fevereiro de 1938, torna público que Trivellato S.A. — Engenharia, Indústria e Comércio, estabelecida à rua João Rudge nº 232 — São Paulo (SP), pelo Processo nº 255.051-62 — (SRS 5063-62), solicita registro de similar para os seguintes produtos de sua fabricação:

1 — Reboques e cami-reboques rodoviários;

2 — Transportador rebocável, do tipo "carryall" (semi-reboque carregado); rodoviário;

3 — Carroçarias montadas sobre chassis, constituindo veículos motorizados rodoviários, para o transporte de carga;

4 — Caminhões para coleta de lixo;

5 — Caminhões basculantes;

6 — Carroçarias para veículos rodoviários;

7 — Veículos rodoviários especializados, com guincho, para socorro de outros veículos ou para outros serviços;

8 — Veículo auxiliar ("Dolly"), intermediário ou traseiro, com capacidade até 100 (cem) toneladas, equipado com dispositivo especial (5ª roda, mesa giratória ou berge), para ser utilizado como elemento auxiliar dianteiro do "carryall" ou como suporte traseiro de carga transportada;

9 — Quinta roda, para cavalo-mecânico (caminhão-trator), com capacidade até 150 toneladas;

10 — Furgões elevatórios ("Hi-Lift"), montados ou não sobre chassis, adequados para transbordo de carga de aviões;

11 — Tubulações de aço, soldadas, para adutoras (sucção e recalque), usinas hidroelétricas (túneis de desvio, linhas de carga, caracões, etc.) e outras aplicações, com espessura de parede até 2" (duas polegadas);

12 — Reservatórios ou tanques, construídos em aço soldado, dotados ou não de isolamento térmico ou sistema de aquecimento, estacionários ou para veículos;

13 — Tanques, de alumínio ou de aço inoxidável, para baixa ou alta pressão isotérmicos ou não, com sistema interno ou externo de aquecimento ou resfriamento, com capacidade até 5.000 (cinco mil) metros cúbicos;

14 — Rolos compactadores, rebocáveis, dos tipos de cilindro liso, de pé de carneiro ou de pneumáticos, com ou sem sistema de vibração, com capacidade até 70 (setenta) toneladas;

15 — Reboque rodoviário, de plataforma inclinável ("Tip-Top").

Qualquer contestação ao pretendido registro deverá ser dirigida ao Conselho de Política Aduaneira, diretamente, em registro postal (Ministério da Fazenda, 10º andar, sala 1.038), ou através do Protocolo Geral do Mi-

Ministério (Guichê nº 4), dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da primeira publicação deste Edital no Diário Oficial.

Rio, 12 de março de 1963. — Otto Ferreira Neves, Secretário-Executivo.
(Dias: 27 e 29-3 e 1-4-63).
(Nº 759 — 25-3-63 — Cr\$ 9.180,80).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Delegacia Regional do Trabalho de Goiás

Seção de Fiscalização

Notificação para defesa

Faço público que devem apresentar suas defesas no Protocolo da Delegacia Regional do Trabalho no Estado de Goiás, situada na Praça Cívica, 10, em Goiânia, dentro do prazo de cinco (5) dias úteis após esta publicação, conforme preceitua o art. 829 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, as seguintes firmas, estabelecidas em Goiânia — Go:

Eurípedes de Sousa Lisboa — Autos de infração ns. 112 e 113-63.

Ivan Xerry — Autos de infração ns. 28 — 29 — 30 — 115 e 121-63.

Expresso Universo Ltda. — Autos de infração ns. 37 e 38-63.

S. A. Fôlha de Goiás — Autos de infração ns. 39 — 40 — 41 e 42-63.

Farant Osman Esker — Autos de infração ns. 80 — 81 e 82-63.

Ibrahim H. Hajj — Autos de infração ns. 80 — 81 e 82-63.

Salim Bontros Kazzi — Autos de infração ns. 83 e 84-63.

Farmácia União Ltda. — Auto de infração nº 88-63.

Indústria Brasil Ltda. — Autos de infração ns. 89 e 91-63.

Fábio Alves Santana — Auto de infração nº 90-63.

Said Abdul Haj & Cia. — Auto de infração nº 92-63.

Neiphe Afonso — Auto de infração nº 95-63.

Eurípedes Sousa Lisboa — Auto de infração nº 96-63.

Mafalda Tavares Franco — Autos de infração ns. 93 e 146-63.

Real S. A. Transportes Aéreos — Autos de infração ns. 99 e 151-63.

Cia. Comercial de Automóveis — Autos de infração ns. 100 e 152-63.

Alencastro Veiga & Irmãos — Autos de infração ns. 101 — 156 — 157 e 158, de 1963.

Casa Rádio Luz Ltda. — Auto de infração nº 102-63.

Maria Isabel Sobrosa — Auto de infração nº 103-63.

Instituto Médico Cirúrgico de Goiânia — Auto de infração nº 104-63.

Higino Fiori — Auto de infração nº 111-63.

Eleto Mecânica Importadora de Goiás, S. A. — Autos de infração números 97 — 114 — 143 — 144 e 145, de 1963.

Emídio Machado — Autos de infração ns. 116 — 117 — 118 — 119 e 120-63.

Joel Ferreira Barbosa — Autos de infração ns. 124 — 126 e 127-63.

Gráfica Brasil Central Ltda. — Autos de infração ns. 122 — 123 — 125 — 128 — 129 e 130-63.

Relojoaria Arantes Ltda. — Autos de infração ns. 147 — 148 — 149 e 150-63.

Irmãos Martins Ltda. — Autos de infração ns. 153 e 154-63.

Benedito Leão de Freitas — Autos de infração ns. 155 — 159 e 160-63.

Irmãos Dourado Ltda. — Autos de infração ns. 161 e 162-63.

Ataides Caetano Rodrigues — Autos de infração ns. 163 e 164-63.

General Novilar S. A. — Comércio, Indústria e Importação — Auto de infração nº 165-63.

Emílio dos Santos Rodrigues — Auto de infração nº 166-63.

Orsino Alves de Carvalho — Autos de infração ns. 167-63 — 168 e 169-63.

Benedito de Oliveira — Auto de infração nº 183-63.

Lenine Antonio Lima — Autos de infração ns. 184 — 185 e 186-63.

Hanna Hajjar — Autos de infração ns. 203 e 207-63.

Jacob Facuri — Auto de infração nº 204-63.

Farmácia União Ltda. — Auto de infração nº 205-63.

Domith João Jorge — Autos de infração ns. 208 e 211-63.

Makhoul T. Hanna — Auto de infração nº 208-63.

Hikmat Nasser — Autos de infração ns. 209 e 212-63.

Júlio Geraldo Borges — Autos de infração ns. 210 e 213-63.

Huhamed Saleh Abdallah Muhamad Ahmad — Autos de infração ns. 214 — 215 e 216-63.

Khourri & Cia. — Auto de infração nº 217-63.

Geraldo Santos — Auto de infração nº 301-63.

Mário Barbosa de Souza — Autos de infração ns. 302-63 — 303 e 304, de 1963.

João Batista Viana — Auto de infração nº 305-63.

Eurípedes de Souza Lisboa — Auto de infração nº 87-63.

Nestório Mendes da Silva — Autos de infração ns. 172 e 171-63.

Hilca Fernandes — Auto de infração nº 170-63.

Goiânia, 13 de março de 1963. —

Maria Veiga, Chefe da S.F.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Escola Nacional de Saúde Pública

EDITAL Nº 7

O Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública torna público para conhecimento dos interessados que foram prorrogadas até o dia 15 de abril a data de encerramento das inscrições no Curso de Inspetor de Saneamento, abertas pelo Edital nº 3 de 8 de fevereiro de 1963, — Dr. Lincoln de Freitas Filho, Diretor ENSP.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Concurso para Taquígrafo de Debates

RESULTADO DA PROVA Nº 1 (DITADO TAQUIGRAFICO)

Inscrição Nº	Nome	Grau
B-8	Edson Theodoro dos Santos	8,212
B-4	Lizete de Almeida Castro	7,896
B-2	Arina de Oliveira Freitas	6,5
B-6	Maria Lúcia Lopes	6,419
B-15	Alan Viggiano	8,292
B-14	Lélia Mascarenhas de Moura	6,542
B-17	Serafim de Oliveira	6,167

Secretaria do Senado Federal, 27 de março de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

CHAMADA PARA A PROVA Nº 2 (DITADO TAQUIGRAFICO)

Os candidatos abaixo relacionados ficam convocados para a prova nº 2 (Ditado Taquígrafo) a realizar-se no dia 4 (quatro) de abril próximo, quinta-feira às 9 (nove) horas, na Diretoria da Taquígrafia:

Inscrição Nº	Nome
B-15	Alan Viggiano
B-2	Arina de Oliveira Freitas
B-8	Edson Theodoro dos Santos
B-14	Lélia Mascarenhas de Moura
B-4	Lizete de Almeida Castro
B-6	Maria Lúcia Lopes
B-17	Serafim de Oliveira

Secretaria do Senado Federal 27 de março de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Autorizo a publicação no "Diário Oficial" nos dias 28, 29 e 30 de março corrente, e 1º, 2 e 3 de abril de 1963.

Verba Bancária Guia de Recolhimento

Preço: Cr\$ 2.00

A VENDA: Avenida Rodrigues Alves, 1 - Agência I - Ministério da Fazenda

ATENDE-SE A PEDIDOS PELO SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL

BANCO DO

BALANCETE EM 28 DE

— Compreendendo Direção Geral e Agências

ATIVO

DISPONÍVEL

CR\$

Caixa:

Em moeda corrente	12.728.423.321,50	
Em outras espécies	11.484.897,20	12.739.908.128,70
Agências no exterior (total do disponível)		287.024.085,50

18.026.932.214,20

REALIZÁVEL

Operações de câmbio, à ordem do Tesouro Nacional:

Correspondentes no exterior:

Equivalência de saldos em moeda estrangeira	5.183.381.834,80	
Outras contas vinculadas a câmbio	248.681.612.045,50	253.864.993.880,30

EMPRÉSTIMOS EM CONTA

Da Carteira de Crédito Geral

Ao Tesouro Nacional:

Saldo das contas de arrecadação e despesa do exercício fiscal corrente	75.682.359.516,40	
Contribuição para o Fundo Monetário Internacional	98.699.754.442,50	
Governo Federal, financiamentos de exportações — Instrução 215, da SUMOC	604.919.421,50	
Outros débitos	545.068.363.190,90	720.055.396.571,30

A governos estaduais	13.718.416.205,40
A governos municipais	1.176.142.427,60
A outras entidades públicas	28.325.001,50
A autarquias	16.704.216.368,60
A entidades de economia mista	296.660.803,00

A bancos:

Por conta própria	855.842.693,60
Por conta da Caixa de Mobilização Bancária	9.129.598.842,00
Ao comércio (operações específicas sobre produtos de caráter regional)	1.175.860.035,80
Ao comércio (outras operações)	8.559.968.831,60
A indústria (operações específicas sobre trigo estrangeiro e produtos nacionais de caráter regional)	631.061.529,10
A indústria (outras operações)	20.408.415.369,50
A lavoura (operações específicas sobre produtos de caráter regional)	5.351.446.510,60
A lavoura (outras operações)	138.225.539,60
A pecuária	35.912.291,00
A atividades não especificadas	1.153.377.584,30
A diversos, em moratória	67.370.560,70
	799.486.237.165,20

Da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial

Agrícolas	115.459.101.658,40
Agropecuários	45.363.447,70
Pecuários	41.682.708.031,80
Industriais	37.528.049.744,50
Em letras hipotecárias	123.304,00
Governo Federal, conta de aquisição de produtos agrícolas	8.458.963.743,10
Sobre produtos agrícolas decorrentes de contratos com o Governo Federal (gêneros de produção nacional — Lei nº 1.506, de 19-12-51)	3.938.322.666,20
Para racionalização da cafeicultura	3.169.110.486,00
A cooperativas	6.413.819.432,40
Para investimentos	351.318.234,30
Diversos, em moratória	705.198.968,00
	217.752.079.716,40
	1.017.238.316.881,00

TÍTULOS DESCONTADOS

Da Carteira de Crédito Geral

A governos estaduais	100.000.000,00
A autarquias	820.000.000,00
A entidades de economia mista	2.594.487.866,20

BRASIL S.A.

FEVEREIRO DE 1963

no país (503 e no exterior (4) —

PASSIVO

			CR\$
NÃO EXIGÍVEL			
Capital		1.200.000.000,00	
Fundo de reserva	1.483.603.125,40		
Fundo de previsão	18.030.188.139,00		
Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios	9.502.256.995,00		
Fundo para prejuízos eventuais	4.180.790.414,40	83.176.838.873,80	
Fundo para o desenvolvimento de iniciativas de interesse público		116.077.651,30	
Agências no exterior (total do não exigível)		2.604.393.842,00	87.097.310.....

EXIGÍVEL

Operações de câmbio, à ordem do Tesouro Nacional:			
Correspondentes no exterior:			
Saldos em moeda nacional	9.827.632.342,10		
Equivalência de saldos em moeda estrangeira	20.590.362.804,00	30.417.995.146,10	
Depósitos obrigatórios (Decreto n.º 24.038, de 26-3-34)	5.167.731,30		
Depósitos especiais (Instrução 204, da SUMOC)	61.846.354.523,30		
Outras contas vinculadas a câmbio	143.854.772.467,00	236.124.289.867,70	

DEPÓSITOS A VISTA E A CURTO PRAZO**Do Tesouro Nacional:**

A disposição de entidades federais	10.363.825.022,00		
Fundo de indenizações (Decreto 25.147, de 29-6-48)	25.921.044,80		
Fundo de renovação agrícola	977.582.700,10		
Fundo de pavimentação de estradas de rodagem (Lei n.º 2.898, de 27-12-55)	2.236.602.618,30		
Governo Federal, fundo de consolidação e fomento da agro-indústria canavieira	87.957.316,00		
Fundo de recuperação econômico-rural da lavoura cacauelira	4.752.000.000,00		
Governo Federal, fundo de racionalização da cafeicultura	20.920.000.000,00		
Outros créditos	16.783.087.986,20	65.146.976.688,00	

De governos estaduais	1.861.378.265,40		
De governos municipais	730.493.497,50		
De outras entidades públicas	17.617.724.432,50		

De autarquias:**Superintendência da Moeda e do Crédito:**

Conta de fundos	170.109.127.659,40		
Contas de juros	2.460.076.099,20		
Depósitos vinculados à Instrução 219, da SUMOC	117.612.211,30		
Depósitos vinculados à Instrução 229, da SUMOC	5.740.214.946,40		
Fundo Monetário Internacional	175.057.137.273,20		
Banco Interamericano de Desenvolvimento	521.914.132,90		
Fundo de reserva de defesa do cacau	50.504.154,60		
Promessas de licenças de importação	4.095.380.023,70		
Fundo de reserva de defesa do café	47.256.437.824,20	405.408.404.324,90	
Caixa de Mobilização Bancária	3.588.168.648,80		
Outras autarquias	73.581.827.910,10	482.578.400.883,80	

De entidades de economia mista	38.208.409.458,60		
De bancos	115.004.217.992,80		

Do público (compulsórios):

Judiciais (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)	8.516.634.509,90		
De empresas concessionárias de serviços públicos (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)	644.229.576,30		
Obrigatórios de lucros extraordinários (Decreto-lei número 9.159, de 10-4-45)	26.161.063,10		
Depósitos para investimentos (Lei 3.470, de 28-11-58)	1.471.887.743,10		
Depósitos para obtenção de letras (Instrução 204, da SUMOC)	408.000,00		
Depósitos de importadores (Instrução 226, da SUMOC)	92.518.263.394,00		
Outros depósitos obrigatórios	74.043.701,80	103.250.607.988,20	

A Bancos:

Por conta própria	200.000,00	
Por conta da Caixa de Mobilização Bancária	133.742.606,10	
Ao comércio (operações específicas sobre produtos de caráter regional) ...	34.342.539.063,80	
Ao comércio (outras operações)	36.650.374.583,20	
À indústria (operações específicas sobre trigo estrangeiro e produtos nacionais de caráter regional)	23.550.825.839,60	
À indústria (outras operações)	118.693.983.090,30	
À lavoura (operações específicas sobre produtos de caráter regional)	21.700.800.292,70	
À lavoura (outras operações)	4.657.872.992,30	
À pecuária	6.898.446.914,50	
À atividades não especificadas	2.712.851.880,70	252.856.125.922,20

OUTROS CRÉDITOS E VALORES

Créditos

Títulos a receber de conta própria	23.980.583.515,20
Créditos em liquidação	2.216.849.755,80
Superintendência da Moeda e do Crédito, n/ entrega correspondente a depósitos obrigatórios (Decreto-lei nº 9.159 de 10-4-48)	25.264.406,40
Superintendência da Moeda e do Crédito, c/ depósito obrigatório	24.489.986.900,00
Caixa de Mobilização Bancária, conta de transferência de depósitos bancários (Decreto nº 36.783, de 18-1-55)	685.653.899,90
Carteira de Colonização, conta de aplicações	1.080.900.290,60
Compra e venda de produtos exportáveis	12.426.201.119,10
Carteira de Comércio Exterior, conta de financiamento de aquisição de produtos para exportação	423.244.717,90
Compra e venda de produtos de importação	9.255.152.324,20
Comissão executiva do plano de recuperação econômico-rural da lavoura cafeeira (Decreto nº 40.987, de 20-2-57)	4.754.000.000,00
Correspondentes no país	311.776.828,00
Outras contas	29.236.146.445,60

Valores

Títulos e valores mobiliários:

Apólices e outras obrigações federais	288.352.063,00
Apólices estaduais	33.420,00
Outros títulos e valores mobiliários	7.226.275.016,70

Imóveis não destinados a uso do Banco	6.748.291.408,50	123.153.709.105,00
Diário Geral e Agências (contas de relações internas)		1.965.795.000,00
Agências no exterior (total do realizável)		2.227.503.000,00
		3.615.336.139.457,10

IMOBILIZADO

Imóveis de uso do Banco	8.739.506.320,40	
Móveis e utensílios	2.070.232.956,90	
Material de Expediente	1.052.667.104,60	11.912.666.381,90
Agências no exterior (total de imobilizado)		130.317.700,00
		12.082.224.111,80

DE RESULTADO PENDENTE

Despesas de juros e comissões	2.204.625.283,00		
Despesas de impostos	40.987.877,70		
Despesas gerais e outras despesas administrativas	11.957.355.829,90		
Outras contas de resultado pendente	3.881.439.836,60	18.084.389.027,20	
Agências no exterior (total de resultado pendente)		41.818.320,30	18.126.199.147,50
			3.658.571.494.930,60

DE COMPENSAÇÃO

Valores em garantia	759.553.836.877,70	
Valores depositados:		
Ouro do Tesouro Nacional (244.783.977,852 g)	6.178.838.427,10	
Outros valores depositados	222.490.265.023,20	228.669.103.450,30
		988.222.040.154,00
Saldo a receber de conta alheia		475.787.034.705,30
Outras contas de compensação		698.156.245.738,70
Agências no exterior (total de compensação)		6.241.041.233,10
		2.168.407.861.808,10
		5.826.979.356.738,70

Brasília, DF, 25

NEY NEVES GALVAO
Presidente

Do público (diversos):

Sem limite	59.425.690.399,40	
Limitados	4.294.015.563,50	
Populares	21.795.072.066,30	
Sem juros	6.394.018.404,20	
Outros depósitos	10.538.278.715,60	102.447.070.149,00

Saldos credores de empréstimos	385.805.174,40	922.231.081.523,63
--------------------------------------	----------------	--------------------

DEPÓSITOS A PRAZO

De autarquias	2.497.480.843,50
De entidades de economia mista	50.000.000,00

Do público (compulsórios):

Judiciais (Decreto-lei n.º 3.071, de 28-2-41)	23.221.817,00
---	---------------

Do público (diversos):

De aviso prévio	33.325.534.704,50	
A prazo fixo	479.839.692,20	33.805.374.396,70
		36.376.076.000,50

OUTRAS RESPONSABILIDADES

Títulos e contratos redescontados	329.205.264.806,00	
Mobilização de créditos em moratória	2.000.000.000,00	
Caixa de Mobilização Bancária (suprimentos)	4.549.378.574,10	
Carteira de Colonização, conta de recursos	102.099.149,00	
Bônus e letras hipotecárias da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, em circulação	750.788.300,00	
Correspondentes no país	240.955.534,10	
Ordens de pagamento	20.495.981.874,70	
Cobrança efetuada, em trânsito	6.107.304.165,50	
Clientes do país	6.221.426.721,20	
Dividendos a pagar	23.666.901,90	
Letras a pagar (Instrução 192, da SUMOC)	6.570.000,00	
Letras a pagar (Instrução 204, da SUMOC)	107.110.000,00	
Outras contas do passivo exigível	19.314.503.755,40	389.125.049.781,90

Direção Geral e Agências (contas de relações internas)	1.962.024.335.961,80	
--	----------------------	--

Agências no exterior (total de exigível)	202.098.249,50	2.546.082.935.248,30
--	----------------	----------------------

DE RESULTADO PENDENTE

Rendas de juros, descontos, comissões e diversos	17.426.554.586,90	
Outras contas de resultado pendente	57.845.509.678,90	75.272.064.265,80
Agências no exterior (total de resultado pendente)		110.184.949,40
		75.391.249.215,20
		8.658.571.494.930,60

DE COMPENSAÇÃO

Depositantes de valores (SUMOC, c/reserva especial)	20.000.000.000,00	
Outros depositantes de valores (em garantia e custódia)	968.222.940.134,00	988.222.940.134,00
Depositantes de efeitos para cobrança:		
Do país	459.153.595.285,40	
De exterior	16.633.439.416,90	475.787.034.702,30
Outras contas de compensação		698.156.845.738,70
Agências no exterior (total de compensação)		6.241.041.238,10
		2.168.407.861.808,10
		8.826.979.356.788,70

de março de 1963

OSWALDO ROBERTO COLIN
 Chefe do Departamento de Contabilidade
 Contador — C.R.C. — GB. n.º 8.679
 C.R.C. — DF — I.S. n.º 4

Sede no Brasil
Praça Rio X, 118 - 8º e 9º and.
Rio de Janeiro

Y&P REINSURANCE COMPANY

FUNDADA EM 1893.

SÉDE NO RIO DE JANEIRO - R. UNICÃO DA AMÉRICA DO NORTE

AUTORIZADA A FUNCIONAR NO BRASIL PELO DECRETO Nº 14.542 DE 16-12-1921

Encargados:
Rio de Janeiro, S. Paulo
Belo Horizonte, Recife
e N. Horizonte

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1962

A T I V O

IMOBILIZADO

Imóveis.....	1.487.821,5	
Veículos.....	4.355.900,0	
Móveis, Máquinas e Utensílios.....	16.932.333,2	
Depósitos Contratuais.....	250.079,0	23.026.133,7

REALIZÁVEL

Títulos da Dívida Pública Interna.....	7.581.740,5	
Ações e Debênturas.....	106.114.586,0	
Ações do I.R.B.	55.490,0	
Interesses Hipotecários.....	33.250.000,0	
I.R.B. c/ Antecipação de Reservas e Fundos.....	11.500.007,3	
C/C.- Sociedades Congêneras.....	2.998.732,7	
C/C.- Agências e Sucursais.....	15.869.713,1	
C/C.- Geral.....	14.059.098,7	
Apólices em Cobrança.....	360.691.936,7	
Diversos.....	174.866.886,8	726.922.191,2

DISPONÍVEL

Depósitos Bancários.....	203.831.181,1	
Caixa.....	31.000,0	
Diversos.....	4.169,8	203.866.351,2

TOTAL DO ATIVO..... 955.874.876,7

COMPENSAÇÃO

Tesouro Nacional c/ depósitos de Títu- los.....	200.000,0	
Sinistros Avisados.....	109.987.673,3	
Resseguros em Cobrança.....	141.618,5	110.329.292,8

TOTAL GERAL..... 1.064.203.968,7

P A S S I V O

PRÊMIOS CANCELADOS DE SEGUROS...

PRÊMIOS DE RESEGUROS:

No I.R.B.	244.568.580,6	
No I.R.B. Exterior.....	6.575.974,1	
Em Congêneras.....	47.287.185,3	
Em Congêneras Exterior.....	87.242.230,2	385.774.970,2

CONTRIBUIÇÃO A CONSÓRCIO..... 3.223.985,8

COMISSÕES:

De Seguros.....	174.792.540,4	
De Resseguros Aceitos.....	4.845.141,9	
De Retrocessões.....	34.672.585,7	214.310.268,3

PARTICIPAÇÃO DO I.R.B. NOS LUCROS DAS RETROCESSÕES..... 958.034,3

INSCRIÇÕES DE RISCOS..... 24.569.518,7

DESEMPENHAS INDUSTRIAIS DIVERSAS..... 787.336,8

SINIESTROS:

De Seguros.....	563.450.095,0	
De Resseguros Aceitos.....	5.215.200,4	
De Retrocessões.....	33.072.962,8	599.738.258,0

DESEMPENHAS COM SINIESTROS:

De Seguros.....	13.853.645,3	
De Resseguros Aceitos.....	249.940,7	
De Retrocessões.....	103.988,1	14.209.574,6

RESERVAS DE RISCOS N/EXPIRADOS:

De Seguros.....	342.676.662,1	
De Resseguros Aceitos.....	2.739.048,1	
De Retrocessões.....	23.379.766,2	368.795.477,0

RESERVA DE SINIESTROS A LIQUIDAR:

De Seguros.....	86.482.514,1	
De Resseguros Aceitos.....	1.365.999,0	
De Retrocessões.....	23.132.160,2	109.987.673,3

RESERVA DE CONTINGÊNCIA:

De Seguros.....	10.977.780,1	
De Resseguros Aceitos.....	237.525,9	
De Retrocessões.....	1.779.741,1	13.095.057,9

AJUSTAMENTO DE RESERVAS DE RETROCESSÕES..... 13.803.472,1

Continua.....

P A S S I V O

CAIXA E EQUIV.

Capital.....	5.000.000,0	
Reserva p/Integridade do Capital.....	1.000.000,0	
Fundo p/Depreciação de bens Móveis.....	3.455.545,7	
Diversos.....	1.425.060,0	16.930.605,7

EXIGÍVEL:

Reserva de Riscos n/Expirados.....	368.795.477,0	
Reserva de Sinistros e Liquidar.....	109.987.673,3	
Reserva de Contingência.....	24.608.245,4	
Fundo de Garantia de Retrocessões.....	2.500.000,0	
Fundo Especial no I.R.B.	3.142.097,3	
Outras Reservas.....	7.606.791,5	
C/C.- I.R.B.	34.622.687,3	
C/C.- Sociedades Congêneras.....	40.403.423,3	
C/C.- Agências e Sucursais.....	21.009.779,8	
C/C.- Geral.....	34.711.203,4	
Casa Matriz.....	238.128,6	
Imposto e Prêmios de Seguros a Recolher.....	31.975.648,3	
Saldo por Verba a Recolher.....	19.591.083,1	
Comissões a Pagar.....	70.859.179,4	
Diversos.....	136.158.605,2	936.170.024,1

PENDENTES

Diversos..... 774.046,9

TOTAL DO PASSIVO..... 955.874.876,7

COMPENSAÇÃO

Títulos Depositados.....	200.000,0	
Sinistros Pendentes.....	109.987.673,3	
Resseguros Pendentes.....	141.618,5	110.329.292,8

TOTAL GERAL..... 1.064.203.968,7

C R E D I T O

PRÊMIOS:

De Seguros.....	1.091.058.691,9	
De Resseguros Aceitos.....	16.876.792,9	
De Retrocessões.....	88.926.292,5	1.196.861.778,3

COMISSÕES DE RESEGUROS:

No I.R.B.	66.725.400,4	
No I.R.B. Exterior.....	1.776.526,6	
Em Congêneras.....	11.917.455,9	
Em Congêneras Exterior.....	87.927.922,9	108.417.305,4

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DO I.R.B..... 1.543.868,2

RECEITAS INDUSTRIAIS DIVERSAS 14.731.090,4

RECUPERAÇÃO DE SINIESTROS:

No I.R.B.....	67.419.415,1	
No I.R.B. Exterior.....	9.075.532,1	
Em Congêneras.....	15.325.412,9	
Em Congêneras Exterior.....	33.486.542,8	125.306.902,9

RECUPERAÇÃO DE DESEMPENHAS C/SINIESTROS:

No I.R.B.	2.702.710,8	
Em Congêneras.....	1.095.178,6	
Em Congêneras Exterior.....	2.284.721,3	6.082.620,1

SALVADOS:

De Seguros.....	10.166.585,9	
De Resseguros.....	1.734.872,3	
De Retrocessões.....	138.521,1	12.039.979,6

RECUPERAÇÃO DE CONSÓRCIO..... 2.709.474,2

RESERVA DE RISCOS N/EXPIRADOS:

De Seguros.....	188.977.110,1	
De Resseguros Aceitos.....	2.099.272,9	
De Retrocessões.....	12.289.988,7	203.366.371,6

RESERVA DE SINIESTROS A LIQUIDAR:

De Seguros.....	98.153.751,9	
De Resseguros Aceitos.....	1.994.499,0	
De Retrocessões.....	12.769.969,8	112.918.220,7

AJUSTAMENTO DE RESERVAS DE RETROCESSÕES..... 15.774.231,0

Continua.....

(1 2 3 4 5)

BIBLIOTECA
(1 2 3 4 5)

CONTAS ADMINISTRATIVAS	184.326.232,2	
CONTAS DE INVERSOES	324.138,0	
CONTAS DIVERSAS	3.632.434,3	
EXCEDENTE:		
Reserva p/Imposto de Renda.....	3.173.533,4	
Casa Matriz.....	238.128,6	
Reserva p/Débitos Duvidosos.....	2.471.440,0	7.984.920,3
TOTAL GERAL	1.836.193.854,3	

RECEITAS DE INVERSOES:		
Juros e Dividendos de Títulos.....	15.751.888,9	
Juros de Empréstimos.....	3.026.876,5	
Juros a/Reservas Depositadas nos Leas- seiros.....	563.002,1	
Juros Bancários.....	8.908.789,0	
Participação em Lucros.....	4.481.857,9	34.546.804,4
RECEITAS DIVERSAS:		
Lucros p/Realização de Valores Ativos..	13.223,5	
Diversas.....	1.882.581,1	1.895.804,9
TOTAL GERAL	1.836.193.854,3	

L. F. Guimarães
M. P. GUIMARÃES
P/Procuração do Representante
Geral no Brasil

Carlos Santa Rosa
CARLOS SANTA ROSA
Superintendente Financeiro

Walter da Costa
WALTER DA COSTA
Téc. em Contabilidade
Reg. C.R.C.-GB - no 11.001

GREAT AMERICAN INSURANCE COMPANY

FUNDADA EM 1878

SEDE - NEW YORK - E. UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE

AUTORIZADA A FUNCIONAR NO BRASIL PELO DECRETO No. 15.690 DE 21 DE SETEMBRO DE 1922

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1962

Sede no Brasil
Praça Pio X, 118 - 8º e 9º and.
Rio de Janeiro

Sucursais:
Rio de Janeiro, S. Paulo
Santos, P. Alegre, Recife
e B. Horizonte.

A T I V O

P A S S I V O

IMOBILIZADO		
Móveis, Máquinas e Utensílios.....	19.489.777,1	
Depósitos Contratuais.....	80,0	19.489.857,2
REALIZAVEL		
Títulos da Dívida Pública Interna.....	4.076.032,0	
Ações e Debêntures.....	36.010.380,0	
Ações do I.R.B.....	59.587,2	
Empréstimos Hipotecários.....	18.947.000,0	
I.R.B. C/Retenção de Reservas e Fundos	7.250.044,8	
C/C. Sociedades Congêneras.....	15.416.276,7	
C/C. Agência e Sucursais.....	10.037.854,9	
C/C. Geral.....	1.968.449,6	
Aplicações em Cobrança.....	83.374.660,4	
Diversos.....	23.661.621,6	200.001.777,0
DISPONIVEL		
Depósitos Bancários.....	82.673.621,8	
Caixa.....	1.000,0	
Diversos.....	1.325,9	82.684.347,7
TOTAL DO ATIVO	302.175.981,8	

COMPENSAÇÃO		
Tesouro Nac. e Depósitos de Títulos...	200.000,0	
Sinistros Arrebatados.....	48.193.013,3	48.393.013,3
TOTAL GERAL	350.568.995,1	

NÃO EXIGIVEL		
Capital.....	5.000.000,0	
Reserva p/Integridade do Capital....	1.000.000,0	
Fundo p/Depreciação de Bens Móveis..	8.735.484,2	14.735.484,2
EXIGIVEL		
Reserva de Riscos a/Expirados.....	126.760.809,2	
Reserva de Sinistros a Liquidar.....	48.193.013,3	
Reserva de Contingência.....	19.965.438,8	
Fundo de Garantia de Retrocessões...	2.500.000,0	
Fundo Especial do I.R.B.....	1.558.199,3	
Outras Reservas.....	4.210.784,1	
C/C. I.R.B.....	10.885.338,4	
C/C. Sociedades Congêneras.....	388.215,7	
C/C. Agência e Sucursais.....	4.302.986,7	
C/C. Geral.....	5.669.188,5	
Casa Matriz.....	12.332.749,2	
Imposto a/Prêmios de Seguros a Reco- lhar.....	8.668.194,9	
Sólos por Verba a Recolhar.....	3.302.933,2	
Comissões a Pagar.....	18.601.501,8	
Diversos.....	18.041.144,6	287.440.457,7
TOTAL DO PASSIVO	302.175.981,8	

COMPENSAÇÃO		
Títulos Depositados.....	200.000,0	
Sinistros Pendentes.....	48.193.013,3	48.393.013,3
TOTAL GERAL	350.568.995,1	

L. F. Guimarães
M. P. GUIMARÃES
P/Procuração do Representante Geral
no Brasil

Carlos Santa Rosa
CARLOS SANTA ROSA
Superintendente Financeiro

Walter da Costa
WALTER DA COSTA
Técnico em Contabilidade
Reg. C.R.C.-GB - no 11.001

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS

D E B I T O		C R E D I T O	
PRÊMIOS CANCELADOS DE SEGUROS.....		PRÊMIOS:	
PRÊMIOS DE RESEGUROS:		De Seguros..... 341.767.636,4	
No I.R.B..... 85.092.818,7		De Resseguros Aceitos..... 19.929.812,7	
No I.R.B. Exterior..... 2.520.851,1		De Retrocessões..... 53.079.966,6	
Em Congêneres..... 3.591.254,6		COMISSÕES DE RESEGUROS:	
Em Congêneres Exterior..... 6.207.049,1		No I.R.B..... 22.834.184,4	
CONTRIBUIÇÃO A CONSÓRCIOS.....		No I.R.B. Exterior..... 679.553,5	
COMISSÕES:		Em Congêneres..... 944.343,1	
De Seguros..... 55.854.293,4		Em Congêneres Exterior..... 1.662.692,1	
De Resseguros Aceitos..... 5.026.642,5		PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DO I.R.B.....	
De Retrocessões..... 21.967.937,8		RECEITAS INDUSTRIAIS DIVERSAS.....	
PARTICIPAÇÃO DO I.R.B. NOS LUCROS DAS RETROCESSÕES..		RECUPERAÇÃO DE SINISTROS:	
INSPEÇÕES DE RISCOS.....		No I.R.B..... 38.056.419,4	
DESPESAS INDUSTRIAIS DIVERSAS.....		No I.R.B. Exterior..... 3.481.807,8	
SINISTROS:		Em Congêneres..... 573.104,0	
De Seguros... 103.934.735,8		Em Congêneres Exterior..... 1.595.532,0	
De Resseguros Aceitos..... 5.825.016,9		RECUPERAÇÃO DE DESPESAS C/SINISTROS:	
De Retrocessões..... 15.890.260,2		No I.R.B..... 784.929,7	
DESPESAS COM SINISTROS:		Em Congêneres Exterior..... 98.272,4	
De Seguros..... 1.859.692,4		SALVADOS:	
De Resseguros Aceitos..... 323.217,3		De Seguros..... 1.236.415,0	
De Retrocessões..... 74.272,8		De Resseguros..... 186.415,0	
RESERVAS DE RISCOS N/EXPIRADOS:		De Retrocessões..... 99.216,5	
De Seguros..... 106.393.038,1		RECUPERAÇÃO DE CONSÓRCIOS.....	
De Resseguros Aceitos..... 5.902.243,8		RESERVA DE RISCOS N/EXPIRADOS	
De Retrocessões..... 14.465.326,8		De Seguros..... 66.618.474,4	
RESERVAS DE SINISTROS A EXQUIPAR:		De Resseguros Aceitos..... 4.018.874,4	
De Seguros..... 28.547.003,4		De Retrocessões..... 7.667.338,9	
De Resseguros Aceitos..... 7.309.515,0		RESERVA DE SINISTROS A EXQUIPAR:	
De Retrocessões..... 12.338.492,1		De Seguros..... 23.928.460,4	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA:		De Resseguros..... 6.270.652,0	
De Seguros..... 3.626.734,4		De Retrocessões..... 7.861.576,5	
De Resseguros Aceitos..... 398.496,1		AJUSTAMENTO DE RESERVAS DE RETROCESSÕES.	
De Retrocessões..... 1.042.630,1		RECEITAS DE INVERSÕES:	
AJUSTAMENTO DE RESERVAS DE RETROCESSÕES.....		Juros e Dividendos de Títulos..... 7.760.031,3	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....		Juros de Empréstimos..... 8.005.037,1	
DESPESAS DE INVERSÕES.....		Juros a/Reservas Depositadas nos Resseguradores..... 225.041,1	
Continua.....		Juros Bancários..... 2.991.332,5	
		Participação em Lucros..... 1.448.694,5	
		Continua.....	

D E B I T O	
DESPESAS DIVERSAS.....	
EXCIDENTES:	
Reserva p/Imposto de Renda..... 3.273.624,1	26.343.533,3
Casa Notris..... 18.332.749,8	
Reserva p/Débitos Duvidosos..... 1.037.160,0	
TOTAL GERAL.....	632.275.015,0

C R E D I T O	
RECEITAS DIVERSAS:	
Lucros p/Realização de Valores Ativos..... 48.506,5	854.854,9
Diversos..... 806.348,4	
TOTAL GERAL.....	632.275.015,0

L. T. Almeida
 L. T. GUIMARÃES..
 Procurador do Representante Geral
 no Brasil

Carlos Santa Rosa
 CARLOS SANTA ROSA..
 Superintendente Financeiro

Walter da Costa
 WALTER DA COSTA..
 Técnico em Contabilidade
 Reg. C.R.C.-RJ - nº 11.001

ST. PAUL FIRE AND MARINE INSURANCE COMPANY

FUNDADA EM 1852

Sede - MINNESOTA - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE

AUTORIZADA A FUNCIONAR NO BRASIL PELO DECRETO Nº 43.730 DE 28 DE JULHO DE 1958

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1962

Sucursais:
Rio de Janeiro, S. Paulo,
Santos, P. Alegre, Recife
e B. HorizonteSede no Brasil
Praça Pio X, 118 - 8º e 9º and.
Rio de Janeiro

A T I V O

REALIZÁVEL

Títulos da Dívida Pública Interna.....	899.000,0	
Ações e Debêntures.....	7.679.335,0	
Ações do I.R.B.	360.771,8	
I.R.B. e Retenção de Reservas e Fundos	4.008.240,4	
C/C.- Sociedades Congêneras.....	17.907.736,0	
C/C.- Agências e Sucursais.....	3.615.694,6	
C/C.- Geral.....	467.379,1	
Apólices em Cobrança.....	50.460.254,4	
Diversos.....	21.813.483,2	106.811.895,2

DISPONÍVEL

Depósitos Bancários.....	91.728.742,9	
Caixa.....	1.000,0	
Diversos.....	887,7	91.730.030,6

TOTAL DO ATIVO..... 198.541.925,8

COMPENSAÇÃO

Tesouro Nacional e Depósitos de Títu- los.....	200.000,0	
Sinistros Avisados.....	22.894.015,4	
Resarcimentos em Cobrança.....	38.000,0	23.132.015,4

TOTAL GERAL..... 221.673.941,2

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS

D E B Í T O

PRÊMIOS CANCELADOS DE SEGUROS	7.899.473,2	
PRÊMIOS DE RESEGUROS:		
No I.R.B.....	98.547.088,7	
No I.R.B. Exterior	1.635.654,0	
Em Congêneras	3.295.125,6	63.475.868,3
CONTRIBUIÇÃO A CONSÓRCIOS.....	602.561,4	
COMISSÕES:		
De seguros	31.908.895,3	
De Resseguros Aceitos	2.612.746,1	
De Retrocessões	12.566.087,3	47.087.728,9
PARTICIPAÇÃO DO I.R.B. NOS LUCROS DAS RETROCESSÕES.....	163.867,0	
INSPEÇÕES DE RISCOS	22.832.577,6	
DESPESAS INDUSTRIAIS DIVERSAS	322.638,9	
SINISTROS:		
De Seguros	22.009.530,9	
De Resseguros Aceitos	2.308.940,9	
De Retrocessões	10.043.099,3	74.356.610,6
DESPESAS COM SINISTROS:		
De Seguros	985.145,4	
De Resseguros Aceitos	117.062,3	
De Retrocessões	41.781,3	741.987,8
RESERVAS DE RISCOS N/EXPIRADOS:		
De Seguros	61.588.402,8	
De Resseguros Aceitos	3.067.244,6	
De Retrocessões	8.359.382,1	73.015.032,9
RESERVA DE SINISTROS A LIQUIDAR:		
De Seguros	34.513.489,8	
De Resseguros Aceitos	758.000,0	
De Retrocessões	7.622.525,6	22.894.015,4
RESERVA DE CONTINGÊNCIA:		
De Seguros	1.999.779,4	
De Resseguros Aceitos	804.482,9	
De Retrocessões	609.513,0	2.813.775,3
AJUSTAMENTO DE RESERVAS DE RETROCESSÕES.....	1.308.902,8	

P A S S I V O

NÃO EXIGÍVEL

Capital.....	20.000.000,0	
Reserva p/Integridade do Capital.....	1.531.232,8	21.531.232,8

EXIGÍVEL

Reserva de Riscos n/Expirados.....	73.015.032,9	
Reserva de Sinistros a Liquidar.....	22.894.015,4	
Reserva de Contingência.....	6.153.260,4	
Fundo de Garantia de Retrocessões.....	1.531.232,8	
Fundos Especiais no I.R.B.	444.746,3	
Outras Reservas.....	2.792.703,6	
C/C.- I.R.B.	8.751.185,6	
C/C.- Sociedades Congêneras.....	940.175,0	
C/C.- Agências e Sucursais.....	2.335.405,2	
C/C.- Geral.....	4.540.675,9	
Casa Matriz.....	7.625.211,0	
Imposto s/Prêmios de Seguros a Recolher.....	5.496.870,4	
Sêlos por Verba a Recolher.....	3.088.438,8	
Comissões a Pagar.....	11.669.022,1	
Diversos.....	25.692.712,0	177.010.693,0

TOTAL DO PASSIVO..... 198.541.925,8

COMPENSAÇÃO

Títulos Depositados.....	200.000,0	
Sinistros Pendentes.....	22.894.015,4	
Resarcimentos Pendentes.....	38.000,0	23.132.015,4

TOTAL GERAL..... 221.673.941,2

C R E D I T O

PRÊMIOS:		
De Seguros	205.664.779,0	
De Resseguros Aceitos.....	10.224.148,8	
De Retrocessões	30.430.039,4	246.318.967,2
COMISSÕES DE RESEGUROS:		
No I.R.B.	19.199.232,7	
No I.R.B. Exterior	441.338,3	
Em Congêneras	857.493,3	16.498.067,3
PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DO I.R.B.....		180.801,9
RECEITAS INDUSTRIAIS DIVERSAS		2.785.285,1
RECUPERAÇÃO DE SINISTROS:		
No I.R.B.	25.639.718,1	
No I.R.B. Exterior	2.254.613,3	
Em Congêneras	113.195,7	28.207.528,1
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS C/SINISTROS:		
No I.R.B.		477.009,4
RELEVADOS:		
De Seguros	195.104,7	
De Retrocessões	53.634,6	246.739,3
RECUPERAÇÃO DE CONSÓRCIOS		391.620,3
RESERVA DE RISCOS N/EXPIRADOS:		
De Seguros.....	40.521.640,6	
De Resseguros Aceitos	1.878.026,7	
De Retrocessões	3.425.682,4	45.825.349,7
RESERVA DE SINISTROS A LIQUIDAR:		
De Seguros	10.202.466,9	
De Resseguros Aceitos	1.532.000,0	
De Retrocessões	1.051.222,5	45.845.689,4
AJUSTAMENTO DE RESERVAS DE RETROCESSÕES.....		2.443.206,7
RECEITAS DE INVERSOES:		
Juros e Dividendos de Títulos	976.488,0	
Juros s/Reservas Depositadas nos Resseguradores.....	106.558,4	
Juros Bancários	3.238.925,1	
Participação em Lucros	92.807,8	4.414.778,5

Continua

D É B I T O

C R É D I T O

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	33.369.264,1
DESPESAS DE INVERSOES	11.624,3
DESPESAS DIVERSAS	222.180,4

EXCEDENTE:

Reserva p/Imposto do Renda.....	2.792.703,6
Casa Matriz	7.625.211,0
5% - Fundo de Garantia de Retrocessões	578.773,0
5% - Reserva p/Integridade do Capital	578.773,0
Art. 130 D.L. 2.627 ...	11.575.460,6

TOTAL GERAL 362.793.569,4

RECEITAS DIVERSAS:

Lucros p/Realização de Valores Ativos...	20.433,5
Diversos	12.092,4
	32.526,9

TOTAL GERAL..... 362.793.569,4

L. F. Guimarães
M. F. GUIMARÃES
P/Procuração do Representante Geral no Brasil

Carlos Santa Rosa
CARLOS SANTA ROSA
Superintendente Financeiro
(Nº 727 - 22-3-63 - R\$ 92.534,40)

Walter da Costa
WALTER DA COSTA
Téc. em Contabilidade
Reg. C.R.C. - RJ - Nº 11.001

SWISSAIR SOCIÉTÉ ANONYME SUISSE POUR LA NAVIGATION AÉRIENNE

BALANÇO GERAL

Encerrado em 31 de dezembro de 1962

Incluindo movimento das filiais de São Paulo e Porto Alegre

ATIVO			PASSIVO	
	Cr\$	Cr\$		Cr\$
<i>Disponível</i>			<i>Exigível</i>	
Caixa	9.608.369,80		Credores Diversos.....	574.891,80
Bancos	38.132.201,00	47.770.570,80	Casa Matriz Zurich.....	263.095.699,10
				263.670.590,90
<i>Realizável</i>			<i>Não Exigível</i>	
Títulos e Valores.....	75.255,00		Capital	588.400,00
Devedores Diversos.....	198.857.605,50	198.932.860,50	<i>Contas de Compensação</i>	
			Locações Contratadas.....	4.061.000,00
<i>Imobilizado</i>				
Imóveis	9.498.144,40			
Instalações em Aerop.....	6.015,00			
Mov. e Instal. Escritório.....	491.939,00			
Máquinas de Escritório.....	204.890,00			
Veículos	5.776.418,20			
Móveis Patriculares.....	1.548.653,00	17.525.559,60		
<i>Contas de Compensação</i>				
Contratos de Locação.....		4.061.000,00		
		268.289.990,90		268.289.990,90

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1962. — SWISSAIR SOCIÉTÉ ANONYME SUISSE POUR LA NAVIGATION AÉRIENNE, Theodor Bregger,
— Representante Geral para o Brasil. — José A. Cesar, Tec. Contador 19277 CRC GB.

Demonstração da conta Lucros e Perdas em 31 de dezembro de 1962

(Incluindo movimento das filiais de São Paulo e Porto Alegre)

DÉBITO		CRÉDITO	
	Cr\$		Cr\$
Despesas Administrativas e Operacionais.....	536.696.176,70	Receita de Passagens.....	587.151.655,40
Propaganda	15.754.349,60	Juros Bancários.....	4.048.180,80
Comissões a Agentes de Viagens.....	40.738.674,90	Prejuízo neste exercício.....	1.988.765,00
	593.188.601,20		593.188.601,20

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1962. — SWISSAIR SOCIÉTÉ ANONYME SUISSE POUR LA NAVIGATION AÉRIENNE, Theodor Bregger,
— Representante Geral para o Brasil. — José A. Cesar, Tec. Contador 19277 CRC GB.
(Nº 11.250 — 22 de março de 1963 — Cr\$ 6.630,00).

FUNDAÇÃO GORCEIX
OURO PRETO — MINAS GERAIS

Balanco levantado em 31 de dezembro de 1962 e transcrito às paginas 278-9 do Diário nº 1 (um)

ATIVO		PASSIVO	
	Cr\$		Cr\$
Caixa	561.009,30	Não Exigível:	
Bancos	102.596.968,80	Patrimônio:	
		Saldo em 31 de dezembro de 1961	192.466.230,40
Realizável:		Superávit do exercício de 1962	122.942.301,10
Investimentos	187.024.438,40		315.308.531,50
Almoxarifado	9.294,00	Exigível:	
Depósitos Compulsórios	566.541,80	Impostos Retidos na Fonte	888,80
Publicações Técnicas	1.492.921,50	Previdência Social	69.296,60
Contas a Receber	26.500,00		70.184,60
			315.878.716,10
Imobilizado:			
Biblioteca	588.229,50		
Imóveis	12.786.968,70		
Móveis e Utensílios	4.192.862,50		
Caupões	3.000,00		
Transitório:			
Construções (projetos)	5.529.971,80		
	815.378.716,10		

Ouro Preto, 11 de janeiro de 1963. — Dr. Joaquim Maia, Superintendente. — Antônio Augusto de Miranda, Contador nº 71 — CRC — MG.

Demonstração das contas de gestão referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1962 transcrita à página 278 do Diário nº 1

RECEITA		DESPESA	
	Cr\$		Cr\$
Receta:		Administrativa:	
Contribuições Recebidas	731.000,00	Gastos com: Assistência Ju-	
Dotações Especiais	4.702.653,20	ridica, Encargos Sociais,	
Dotações Livras	65.118.703,00	Férias, Luz, Lanche,	
Rendas Financeiras:		Material de Escritório,	
Juros Ativos	15.504.727,00	Portes, Pessoal, Repre-	
Rendas de Investimentos ..	53.357.996,50	sentação, Seguros, Tele-	
		fonos, Viagens e Outros	6.111.549,00
Rendas Eventuais	785.459,00	Finanças:	
		Despesas Bancárias, Selos,	
Renda Imobiliária	106.000,00	Taxas e Quota de Previ-	
		dência	1.583.104,60
		Gastos c/Auditoria	304.031,00
		Finalidades Estatutárias:	
		Assistência Dentária	666.726,00
		Assistência Médica	292.996,00
		Atividades Culturais	578.067,00
		Auxílio Estágio de Profes-	
		soras	425.345,00
		Finalidades Estatutárias:	
		Biblioteca e Publicações ..	346.119,00
		Bolsas de Estudo	1.894.200,00
		Bolsa para o Exterior	1.506.363,60
		Contrib. a Pesquisas Esco-	
		lares	653.908,00
		Cursos Especiais	338.300,00
		Divulgação e Propaganda ..	1.063.354,00
		Suplementação a Alunos ...	405.610,00
		Provisão para Restaurante	322.200,00
		Apostilhas e Materiais de	
		Desenho	637.440,00
		Diversas	134.925,00
			9.465.553,60
			17.464.238,20
			122.842.301,10
			140.306.539,30

Ouro Preto, 11 de janeiro de 1963. — Dr. Joaquim Maia, Superintendente. — Antônio Augusto de Miranda, Contador nº 71 — CRC — MG.

PARECER DOS AUDITORES

Examinamos o balanço anexo dos bens que constituem o fundo patrimonial da Fundação Gorceix, (sociedade civil de caráter cultural e científico sem fins lucrativos) em 31 de dezembro de 1962, e a respectiva demonstração das contas de gestão correspondente à receita obtida e despesa realizada para o ano findo naquela data. O nosso exame incluiu as provas nos livros de escrituração e outros processos técnicos de comprovação que consideramos necessários nas circunstâncias.

Para concretização de seus objetivos, a entidade promove a arrecadação de doações, contribuições e dotações de várias fontes, conforme estabelecem os artigos 4º e 5º dos seus Estatutos. De acordo com a política contábil seguida pela entidade estes rendimentos são incluídos na receita apenas quando efetivamente recebidos; esta política contábil foi aplicada em base uniforme em relação à do ano anterior.

Em nossa opinião, o balanço anexo e respectiva demonstração das contas de gestão refletem com propriedade os bens que constituem o fundo

patrimonial da Fundação Gorceix em 31 de dezembro de 1962 e o resultado de suas atividades referentes ao ano findo naquela data. — Arthur Andersen & Co. — CRC. SP. 123 J. O. F. IS., CRC. MG. 141 — Gerente Responsável — F. A. Ford, Contador CRC. SP. 786 IS. CRC. MG. 9.309.

O Conselho Diretor da Fundação Gorceix, reunido na sede da entidade em 16 de março de 1963, examinou detalhadamente o Balanço Geral, demonstração das Contas de Gestão e, em anexo, o Parecer de Arthur Andersen & Co. — Auditores, referentes ao Exercício de 1962, apresentado pelo Superintendente, Dr. Joaquim Maia, tendo verificado a exatidão dos lançamentos, comprovantes e demais contas resolveu aprovar toda a documentação apresentada.

Ouro Preto, 16 de março de 1963. — Salathiel Torres. — Orlando M. Carvalho. — Vicente Assunção. — Capelo Lanari. — R. Machado.
765 — 26-2-63 — Cr\$ 14.700,00

PEPSI-COLA DO BRASIL S.A.
(Autorizada a funcionar no País pelos Decretos ns. 28.478 de 9 de agosto de 1950 e 50.931 de 10 de julho de 1961)
Balanco geral em 31 de dezembro de 1962

ATIVO			PASSIVO	
	Cr\$	Cr\$		Cr\$
Imobilizado:			Não exigível	
Benfeitorias	2.483.699,90		Capital (US\$ 150,00)	19.519.000,00
Maquinismos e instalações	2.387.286,20		Reserva legal	2.042.301,10
Móveis e utensílios	2.990.409,90		Lucros e perdas	5.873.341,50
Veículos	3.446.139,40		Provisão para depreciação do ativo imobi-	
Máquinas em montagem	16.148.839,60	27.456.375,00	lizado	4.775.783,10
			Provisão para contas duvidosas	1.857.960,00
Realizável			Pepsi-Cola Co., Nova York, equipamento sem	
Cauções e depósitos	281.200,00		cobertura cambial	400.536,30
Produtos acabados	16.232.872,00			34.468.922,00
Matéria prima e vasilhames	99.380.400,80		Exigível	
Inventários diversos	1.895.348,00		Pepsi-Cola Co., Nova York	157.840.162,00
Mercadorias em trânsito	4.458.792,10		Contas a pagar	5.057.161,30
Material de propaganda	4.151.820,00		Credores diversos	3.127.660,00
Contas a receber	37.882.553,10	164.292.986,00	Letras a pagar	20.000.000,00
				186.024.983,30
Disponível				220.493.905,30
Caixa e bancos		20.566.820,80		
Pendente				
Seguros e despesas antecipadas	5.315.517,40			
Depósitos compulsórios — Leis 1.474, 2.973	2.362.205,10	8.177.723,50		
e 4.009				
		220.493.905,30		

Pepsi-Cola do Brasil, S.A. — Kenneth Seymour Cox, Contador (TC- CRC 14.357-GB). — Darrel David Soffe, Representante no Rio de Janeiro.

Demonstração da Conta de Lucros e Perdas
Para o ano findo em 31 de dezembro de 1962

DÉBITO		CRÉDITO	
	Cr\$		Cr\$
Despesas gerais	8.176.811,00	Produto das operações	28.696.625,80
Impostos	17.092.327,10	Juros recebidos	695.381,50
Juros pagos	12.111.669,60	Rendas diversas	1.031.865,00
Depreciação do ativo imobilizado	1.425.186,80	Reversão da provisão para contas duvidosas	
Provisão para contas duvidosas	1.857.960,00	em 31 de dezembro de 1961	1.233.576,00
		Reversão da provisão para imposto de renda	
		em 31 de dezembro de 1961	5.447.372,30
		Prejuízo do exercício	3.559.133,90
	40.663.954,50		40.663.954,50
Prejuízo do exercício	3.559.133,90	Saldo transportado de 1961	11.959.022,80
Saldo transportado para o exercício seguinte	5.873.341,50	Menos:	
	9.432.475,40	Transferência para Casa Matriz conta de Lucros	2.526.547,40
			9.432.475,40

Pepsi-Cola do Brasil, S.A. — Kenneth Seymour Cox, Contador (TC- CRC 14.357-GB). — Darrel David Soffe, Representante no Rio de Janeiro.
(Nº 11.283 — 22 de março de 1963 — Cr\$ 7.650,00).

SOUZA BARROS S.A. - FINAN-
CIAMENTO, CRÉDITO E INVESTI-
MENTOS.

SUPERINTENDÊNCIA DA MOEDA
E DO CRÉDITO

CERTIDÃO

Atendendo ao requerido em oito de março de mil novecentos e sessenta e três, por Souza Barros Sociedade Anônima - Financiamento, Crédito e Investimentos, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, para fins de arquivamento no Registro do Comércio, certifico, na forma da

legislação em vigor, que dos autos do processo número dois mil, duzentos e cinquenta e nove barra sessenta e dois, de seu interesse, consta: **Assistência** — Cópia autenticada da ata da assembléia geral de constituição realizada em vinte e sete de outubro de mil novecentos e sessenta e dois e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em seis de novembro do mesmo ano. **Assunto** — Constituição de uma sociedade do tipo "misto", com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e sob a denominação de Souza Barros Sociedade Anônima - Financiamento, Crédito e

Investimentos, que, com o capital registrado de cem milhões de cruzeiros, representados por cem milhões de ações ordinárias, nominativas ou ao portador do valor unitário de um mil cruzeiros, cinquenta por cento realizado, dedicar-se-á, por tempo indeterminado, à prática das operações de crédito, financiamento e investimentos, inclusive com recursos de terceiros, observadas as vedações e restrições legais e regulamentares vigentes. A administração ficará a cargo de uma Diretoria com mandato de quatro anos e constituída de um Diretor-presidente, um Diretor Superintendente e dois Direto-

res sem designação especial, para cujos cargos foram eleitos, respectivamente, os seguintes elementos: Evênia de Souza Barros, Eugênio Antônio de Araújo, Mário Bovi, Marcos de Souza Barros e Roberto Luiz de Souza Barros. O Conselho Fiscal será composto de três membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos anualmente pela assembléia geral ordinária. — **Despachos** — **Primeiro** — Despacho de cinco de março de mil novecentos e sessenta e três, do Excelentíssimo Senhor Diretor Executivo desta Superintendência, em que, homologando parecer constante do processo, determinou sua remessa a san-

ção ministerial, opinando pelo deferimento da pretensão em causa. Segundo — Despacho de cinco de março de mil novecentos e sessenta e três, do Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, publicado no *Diário Oficial* da União de quinze do mesmo mês e ano, aprovando os atos praticados e concedendo autorização para a titular funcionar, pelo prazo de dois anos, como sociedade de crédito, financiamento e investimentos, nos termos dos pareceres que instruem os autos. Pagamento de selos — Prova do pagamento, por verba, do selo proporcional devido pela constituição de capital levada a efeito. E, por ser verdade, eu, João Paulo Alves de Miranda Góes, funcionário da Superintendência da Moeda e do Crédito, lavrei a presente Certidão que também vai assinada pelo Chefe da Divisão de Organização e Funcionamento de Estabelecimentos de Crédito, Senhor Euclides Parentes de Miranda, aos vinte e um dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e três, na Cidade do Rio de Janeiro — Estado da Guanabara.

Selada com Cr\$ 40,00.

Euclides Parentes de Miranda
(Nº 777 — 26-3-63 — Cr\$ 2.856,00)

BANCO AGRÍCOLA MERCANTIL SOCIEDADE ANÔNIMA

CERTIDÃO

Atendendo ao requerido em dezesseis de janeiro de mil novecentos e sessenta e dois, pelo Banco Agrícola Mercantil Sociedade Anônima, com sede em Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, para fins de arquivamento no Registro do Comércio, certifico, na forma da legislação em vigor, que dos autos do processo número trezentos e setenta e um barra sessenta e um, de seu interesse, consta:

Assembleia — Cópia autenticada da ata da assembleia geral extraordinária de trinta e um de janeiro de mil novecentos e sessenta e um, publicada no "Diário Oficial" do Estado do Rio Grande do Sul de vinte e sete de fevereiro do mesmo ano.

Assunto — Reforma de estatutos sociais com supressão das Disposições Transitórias (capítulo oitavo do artigo quarenta e cinco). Dita alteração decorre de ter sido aprovada a regulamentação de emissão de ações ao portador, até o limite de vinte e cinco por cento do capital social, fixado no parágrafo primeiro do artigo quarto, consoante proposta da diretoria.

Despachos — Primeiro — Despacho de vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e um, do Excelentíssimo Senhor Diretor Executivo desta Superintendência, em que, homologando parecer constante do processo, determinou sua remessa à sanção ministerial, opinando pelo deferimento da pretensão em causa. Segundo — Despacho de quatro de dezembro de mil novecentos e sessenta e um, do Exmo. Senhor Ministro da Fazenda, publicado no *Diário Oficial* da União de doze do mesmo mês e ano, aprovando a matéria, nos termos dos pareceres que instruem os autos. E, por ser verdade, eu Maria José Baltar, funcionária da Superintendência da Moeda e do Crédito, lavrei a presente Certidão que também vai assinada pelo Chefe da Divisão de Organização e Funcionamento de Estabelecimentos de Crédito, Senhor Euclides Parentes de Miranda, aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e dois.

Selada com Cr\$ 20,00.

Euclides Parentes de Miranda
(Nº 775 — 26-3-63 — Cr\$
1.800,00).

BANCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SANTA CATARINA

CERTIDÃO

Atendendo ao requerido em sete de março de mil novecentos e sessenta e três, pelo Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina Sociedade Anônima, com sede em Itajaí, Estado de Santa Catarina, para fins de arquivamento no Registro do Comércio, certifico, na forma da legislação em vigor, que dos autos do processo número um mil, oitocentos e noventa barra sessenta e um, de seu interesse, consta:

Assembleias — Cópias autenticadas das atas das assembleias gerais extraordinárias realizadas em dois de junho e vinte de outubro de mil novecentos e sessenta e um e em vinte e quatro de janeiro de mil novecentos e sessenta e dois, publicadas, respectivamente, em vinte e oito de junho e vinte e seis de outubro de mil novecentos e sessenta e um e em vinte e nove de janeiro de mil novecentos e sessenta e dois, no *Diário Oficial* do Estado de Santa Catarina.

Assunto — Aumento de capital, proposto pela Diretoria e referendado pelo Conselho Fiscal, de trezentos milhões de cruzeiros para quinhentos milhões de cruzeiros, sendo: cinquenta milhões de cruzeiros mediante incorporação de reservas, com distribuição, proporcional e gratuita, aos acionistas, de trinta e sete mil e quinhentas ações ordinárias e doze mil e quinhentas preferenciais, todas nominativas e do valor unitário de um mil cruzeiros; e cento e cinquenta milhões de cruzeiros, por subscrição particular, em espécie, de cento e doze mil e quinhentos títulos ordinários e trinta e sete mil e quinhentos preferenciais, também nominativos e do valor unitário de um mil cruzeiros, com realização de cinquenta por cento no ato e o saldo a critério da Diretoria. Outrossim, o estatutário artigo quinto foi ajustado ao novo montante e forma divisionária do capital, passando a vigor como transcrito no corpo da ata da reunião de vinte de outubro de mil novecentos e sessenta e um; e suprimido o artigo trinta e dois, em atendimento a exigência formulada por esta Superintendência.

Despachos — Primeiro — Despacho de vinte e dois de janeiro de mil novecentos e sessenta e três, do Excelentíssimo Senhor Diretor Executivo desta Superintendência, em que, homologando parecer constante do processo, determinou sua remessa à sanção ministerial, opinando pelo deferimento da pretensão em causa. Segundo — Despacho de oito de fevereiro de mil novecentos e sessenta e três, do Exmo. Senhor Ministro da Fazenda, publicado no *Diário Oficial* da União de dezoito do mesmo mês e ano, aprovando os atos praticados, nos termos dos pareceres que instruem os autos.

Pagamento de selos — Prova do pagamento, por verba, do selo proporcional devido pela majoração levada a efeito no capital social. E, por ser verdade, eu, João Paulo Alves de Miranda Góes, funcionário da Superintendência da Moeda e do Crédito, lavrei a presente certidão que também vai assinada pelo Chefe da Divisão de Organização e Funcionamento de Estabelecimentos de Crédito, Senhor Euclides Parentes de Miranda, aos doze dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e três, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Selada com Cr\$ 40,00.

Euclides Parentes de Miranda.
(Nº 773 — 26-3-63 — Cr\$ 2.754,00)

COMPANHIA GERAL DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Secretaria da Agricultura, Indústria,
Comércio e Trabalho

Departamento de Economia — Junta
Comercial

CERTIDÃO

Certifico, em virtude de despacho do Senhor Presidente, exarado em requerimento da C G C - Companhia Geral de Crédito, Financiamento e Investimentos e, na forma requerida, que, nesta Junta Comercial consta o arquivamento sob o número 130.751, em data de 22 de janeiro de 1963, da folha nº 406, do *Diário Oficial* da União, edição de 11 de janeiro de 1963, da sociedade anônima "CGC - Companhia-Geral de Crédito, Financiamento e Investimentos", com sede nesta praça, contendo a publicação de uma certidão passada pela Superintendência da Moeda e do Crédito, autorizando a funcionar como sociedade de crédito, financiamento e investimentos. O referido é verdade do que dou fé. Vai autenticado com o Selo da Junta e com o Visto do Chefe do Serviço.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais — Belo Horizonte, 24 de janeiro de 1963. — Eu, Elza Lopes de Oliveira, a dactilografei e assino. — Elza Lopes de Oliveira. E eu, Dagmar Prado, Chefe da Seção a conferi, subscrevo e assino. — Dagmar Prado.

Visto. — Paulo Fortuna, Chefe do Serviço.

(Nº 771 — 26-3-63 — Cr\$ 1.020,00)

BANCO DE MINAS GERAIS S. A.

CERTIDÃO

Certifico, em virtude de despacho do Sr. Presidente, exarado em requerimento do Banco de Minas Gerais S.A., e, na forma requerida, que, nesta Junta Comercial consta o arquivamento sob o número 129.733, em data de 26 de dezembro de 1962, da folha número 14 de "Minas Gerais", edição de 27 de junho de 1962 contendo a publicação da cópia da Ata da 26.ª Assembleia Geral Extraordinária, da sociedade anônima "Banco de Minas Gerais S.A." com sede nesta praça, realizada em 12 de junho de 1962. O referido é verdade do que dou fé. Vai autenticado com o Selo da Junta e com o "Visto" do Chefe do Serviço. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 9 de janeiro de 1963. Eu, Elza Lopes de Oliveira, a dactilografei e assino: Elza Lopes de Oliveira. E eu, Dagmar Prado, Chefe da Seção a conferi, subscrevo e assino: Dagmar Prado.

Visto. — Paulo Fortuna — Chefe do Serviço.

CERTIDÃO

Certifico, em virtude de despacho do Sr. Presidente, exarado em requerimento do Banco de Minas Gerais S.A., e, na forma requerida, que, nesta Junta Comercial consta o arquivamento sob o número 129.732, em data de 26 de dezembro de 1962, da folha nº 26 do "Minas Gerais" de 24 de dezembro de 1961, contendo a publicação da cópia da Ata de 25.ª Assembleia Geral Extraordinária, da sociedade anônima "Banco de Minas Gerais S. A.", com sede nesta praça, realizada em 11 de dezembro de 1961, em virtude da qual foi elevado o seu capital social de Cr\$ 272.000.000,00 (duzentos e setenta e dois milhões de cruzeiros), para Cr\$ 330.000.000,00 (seiscientos e oitenta milhões de cruzeiros). O referido é verdade do que dou fé. Vai autenticado com o "Selo" da Junta e com o "Visto" do Chefe do Serviço. Junta Comercial do Estado

janeiro de 1963. Eu, Elza Lopes de Oliveira a dactilografei e assino: Elza Lopes de Oliveira. E eu, Dagmar Prado, Chefe da Seção, a conferi, subscrevo e assino: Dagmar Prado.

Visto. — Paulo Fortuna — Chefe do Serviço.
(Nº 769 — 26-3-63 — Cr\$ 1.635,00)

BANCO DE BRASILIA S. A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Cumprindo determinações legais e estatutárias, vimos submeter ao vosso exame e apreciação o balanço geral e a demonstração da conta de "Lucros e Perdas" encerrados em 31 de dezembro de 1962, bem como todos os papéis e documentos relativos ao exercício.

A inauguração de nossa Agência de Golan e o aumento do Capital do Banco de Cr\$ 50.000.000,00 para Cr\$ 140.000.000,00, de acordo com resoluções em assembleias gerais foram os principais fatos ocorridos no exercício findo.

Submetemos à vossa apreciação e acurada consideração o presente Relatório das atividades e todos os atos praticados na gestão dos interesses sociais.

Para quaisquer outros esclarecimentos, colocamo-nos ao vosso inteiro dispôr.

Brasília, 15 de março de 1963. — Fernando Cutão de Magalhães Pinto — Diretor-Presidente. — Glover Duarte — Dr. Eleonaldo Pieruccetti — Dr. Sylvio de Magalhães Lima — Diretores.

Parecer do Conselho Fiscal

Aos dezoito dias do mês de março de mil, novecentos e sessenta e três, na sede do Banco de Brasília S. A., à Avenida W-3, Quadra 3-C, atos 15 e 16, reuniu-se o Conselho Fiscal deste Banco para tomar conhecimento do Relatório da Diretoria, do Balanço Geral e da Conta de Lucros e Perdas, relativos ao exercício de 1962. Tendo sido apresentados todos os documentos necessários ao exame determinado pela "Lei de Sociedades Anônimas", foram os mesmos verificados e julgados corretos. Este Conselho é, pois, favorável a aprovação pela Assembleia do Balanço Geral, da Conta de Lucros e Perdas e do Relatório da Diretoria. Em consequência da Reunião, foi lavrada a presente Ata que vai assinada por todos os presentes.

Brasília, (DF.), 18 de março de 1963. — Doryval Borges de Souza — Antônio Augusto de Carvalho — Ramôl do Espírito Santo Ferreira.
(Nº 767 — 26-3-63 — Cr\$ 2.142,00)

BANCO RIBEIRO CARVALHO S. A. JUNTA COMERCIAL

CERTIDÃO

Certifico que, "Banco Ribeiro Carvalho S.A.", com sede em Santos neste Estado, arquivou nesta Repartição sob o número 218.887, por despacho da Junta Comercial em sessão de 5 de fevereiro de 1963, a ata da assembleia geral extraordinária, realizada em 15 de maio de 1962, pela qual alterou parcialmente os Estatutos Sociais, estando anexada a referida ata, as folhas do *Diário Oficial* da União, edição de 24 de outubro de 1962, que publicou a certidão expedida pela Superintendência da Moeda e do Crédito e *Diário Oficial* do Estado, edição de 5 de junho de 1962, que publicou a ata supra citada, do que dou fé. Secretaria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, 14 de março de 1963. Eu, Vânia Conceição Martins de Alencar, escriturária a escrevi, conferi e assino. — Vânia Conceição Martins de Alencar — 7 eu Cleyde Maria Forte, chefe de seção substituta, a subscrevo e assino: Cleyde Maria Forte — Visto: José Carlos Madia de Souza, secretário-substituto.
(Nº 11.429 — 22.3.63 — Cr\$ 946,00)

BIBLIOTECA

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1962

ATIVO

IMOBILIZADO:

Bens Imóveis	81.122.920,00		
Bens Móveis			
Veículos	6.702.020,00		
Móveis e Utensílios	122.757,70		
Maquinas	2.634.522,20		
Bibliotecas	201.508,50	9.660.808,40	
Outros Valores Imobilizados			
Participação Societária	982.995.000,00		
Adiantamento p/Participação Societária	848.738.888,60		
Juros Estatutários de Subsidiárias	261.311.755,30	9.659.045.643,90	9.143.829.372,30

DISPONÍVEL:

Caixa	227.730,00		
Bancos Conta Movimento			
Banco do Brasil S.A.	92.936.939,30		
Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro	102.126.773,80		
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	165.000.000,00	360.063.713,10	360.291.443,30

REALIZÁVEL:

(Curto Prazo)			
Juros a Receber de Adiantamentos	48.000.000,00		
Acionistas - Capital a Realizar	4.972.605.000,00	4.972.605.000,00	
(Longo Prazo)			
Financiamentos		9.514.800.000,00	10.489.109.000,00

PASSIVO:

Adiantamentos	2.000.000,00		
Despesas de Organização	4.787.653,30	6.787.653,30	
Total do Ativo:			20.002.313.468,70

COMPENSAÇÃO:

Cargos da Diretoria			30.000,00
Total Geral:			20.002.313.468,70

João Alves da Costa Júnior
João Alves da Costa Júnior
Contador CRC-18-17

Dr. José Ribeiro de Lira
Dr. José Ribeiro de Lira
Diretor

Dr. Paulo Richer
Dr. Paulo Richer
Presidente

Dr. Antônio Aureliano C. de Mendonça
Dr. Antônio Aureliano C. de Mendonça
Diretor

Dr. Walter Tolentino Lívares
Dr. Walter Tolentino Lívares
Diretor

CDO REALIZÁVEL:

Capital	48.000.000.000,00		
Reserva Legal	4.998.278,70		
Adiantamento p/Participação Societária da União	1.086.573.303,10	19.091.571.581,80	

REALIZÁVEL:

(Curto Prazo)			
Ações Subscritas	432.800.000,00		
Compromissos a Pagar	7.631.928,00		
Dividendos a Pagar à União	94.967.294,60		
Contas a Pagar	1.376,20	773.422.608,80	
(Longo Prazo)			
Compromissos a Pagar		12.003.573,00	797.308.207,80

PASSIVO:

Responsabilidades p/Ações da União	70.308.207,80		
Juros de Adiantamentos a Vencer	113.200.000,00		
Total do Passivo:			20.002.313.468,70

COMPENSAÇÃO:

Depósitos Capionados			30.000,00
Total Geral:			20.002.313.468,70

João Alves da Costa Júnior
João Alves da Costa Júnior
Contador CRC-18-17

Dr. José Ribeiro de Lira
Dr. José Ribeiro de Lira
Diretor

Dr. Paulo Richer
Dr. Paulo Richer
Presidente

Dr. Antônio Aureliano C. de Mendonça
Dr. Antônio Aureliano C. de Mendonça
Diretor

Dr. Walter Tolentino Lívares
Dr. Walter Tolentino Lívares
Diretor

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1962

DEMONSTRATIVO DA CONTA: RECURSOS E PERDAS

RECEITAS:

Juros de Adiantamentos	9.066.666,70
Juros de Subidiárias e Associadas	82.110.874,40
Dividendos de Subidiárias e Associadas	22.966.666,40
Juros Bancários	838.529,30
Total:	114.982.536,80

DESPESAS:

Despesas Gerais e de Administração	15.016.965,30
Distribuição de Resultados:	
Reserva Legal	
(5% de 99.965.573,30)	4.998.276,70
Dividendos da União ..	94.967.294,60
Total:	114.982.536,80

João Paulo da Costa Júnior
João Paulo da Costa Júnior
Contador-CRG-13-V

Dr. Paulo Richer
Dr. Paulo Richer
Presidente

Dr. José Ribeiro de Lima
Dr. José Ribeiro de Lima
Diretor

Dr. Walter T. Álvares
Dr. Walter T. Álvares
Diretor

Dr. Antônio Aureliano G. de Mendonça
Dr. Antônio Aureliano G. de Mendonça
Diretor

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS, tendo examinado o relatório da diretoria, balanço geral demonstração de lucros e perdas e todos os documentos relativos ao exercício encerrado a 31 de dezembro de 1962, encontrando tudo na mais perfeita ordem, são de parecer que os mesmos devem ser aprovados pela Assembleia Geral.

Brasília, 31 de março de 1963. — Luis Dias Ferreira. — Luis Mário Borges Estrella. — Fernando Trindade Nogueira da Silva.
(N.º 743 — 22.3.63 — Cr\$ 45.900,00)

BANCO CORRÊA RIBEIRO S. A.
SUPERINTENDENCIA DA MOEDA E DO CRÉDITO

CERTIDÃO

Atendendo ao requerido em seis de março de mil novecentos e sessenta e três, pelo Banco Corrêa Ribeiro Sociedade Anônima, com sede em Salvador, Estado da Bahia, para fins de arquivamento no Registro do Comércio, Certifico, na forma da legislação em vigor, que dos autos do processo número dois mil, quatrocentos e sessenta e seis barra sessenta e dois, de seu interesse, consta:

Assembleias — Cópias autenticadas das atas das assembleias gerais extraordinárias realizadas em vinte e dois de agosto de mil novecentos e sessenta e um e em cinco e trinta de novembro de mil novecentos e sessenta e dois, publicadas, respectivamente, em cinco de setembro de mil novecentos sessenta e um e em dezessete de novembro e primeiro de dezembro de mil novecentos e sessenta e dois, no Diário Oficial do Estado da Bahia.

Assunto — Aumento de capital, proposto pela Diretoria e referendado pelo Conselho Fiscal, de cinquenta milhões de cruzeiros para cento e vinte e cinco milhões de cruzeiros, por subscrição particular, em espécie, de setenta e cinco mil ações ordinárias e nominativas do valor unitário de um mil cruzeiros, acrescido de um prêmio de duzentos cruzeiros, com realização no ato de cinquenta por cento do valor de cada título adquirido e do respectivo prêmio, que será levado a crédito do "Fundo de Reserva Especial", ficando o saldo para ser pago quando e como resolver a Diretoria da Sociedade. Em decorrência, o estatutário artigo quinto foi ajustado ao novo montante e forma divisionária do capital, passando a vigor como transcrito no corpo da ata da reunião de vinte e dois de agosto de mil novecentos e sessenta e um, supra citada.

Despachos:

Primeiro — Despacho de trinta e um de janeiro de mil novecentos e sessenta e três, do Excelentíssimo Senhor Diretor-Executivo desta Superintendência, em que, homologando parecer constante do processo, determinou sua remessa a sanção minist

terial, opinando pelo deferimento da pretensão em causa. Segundo — Despacho de cinco de março de mil novecentos e sessenta e três, do Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, publicado no Diário Oficial da União de quatorze do mesmo mês e ano, aprovando os atos praticados, nos termos dos pareceres que instruem os autos.

Pagamentos de Selos — Prova do pagamento, por verba, do selo proporcional devido pela majoração do capital.

E, por ser verdade, eu, João Paulo Alves de Miranda Góes, funcionário da Superintendência da Moeda e do Crédito, lavrei a presente Certidão que também vai assinada pelo Chefe da Divisão de Organização e Funcionamento de Estabelecimentos de Crédito, Senhor Euclides Parentes de Miranda, aos dezoito dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e três, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Selada com Cr\$ 20,00.

Euclides Parentes de Miranda.

(N.º 11.521 — 2.3.63 — Cr\$ 3.060,00)

CASA BANCARIA FINANCIAL
IMOBILIARIA S. A.

DIVISÃO DE REGISTRO E CADASTRO

CERTIDÃO

Certifico que a Casa Bancária Financeira Imobiliária S. A. arquivou nesta Divisão, sob o n.º 96.085, por despacho de 3 de fevereiro de 1963 fôlha: do Diário Oficial de 23.1.61, que publicou a ata da assembleia geral extraordinária, realizada em 24.10.60, que qualificou o Diretor Superintendente eleito na assembleia geral extraordinária de 16.6.60, e reformou os estatutos sociais em atendimento à exigência da SUMOC; fôlha do Diário Oficial de 9.1.62, que publicou a certidão da SUMOC relativo a ata acima citada. Departamento Nacional de Registro do Comércio, Divisão de Registro e Cadastro, em 8 de fevereiro de 1963. Eu, Nilcéa Silva of. adm. escrevi, conferi e assino. — Nilcéa Silva. Eu, Maurício Malita Santos, substituto do Chefe da SSA-GB, subscrevo e assino. — Maurício Malita Santos.

Selada com Cr\$ 20,000.
(N.º 11.426 — 22.3.63 — Cr\$ 816,00)

ELETROBRAS-CENTRAIS
ELÉTRICAS BRASILEIRAS S. A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

1962

1. Introdução:

Pela primeira vez a Diretoria da "Centrais Elétricas Brasileiras Sociedade Anônima" — ELETROBRAS — tem a honra de apresentar, em cumprimento do que dispõem os seus Estatutos e a Lei de Sociedades por Ações, o relatório das atividades da Companhia, o qual abrange o período compreendido entre 11 de junho e 31 de dezembro de 1962.

Trata-se, sem dúvida, de acontecimento de ampla significação, pois assinala a existência, no setor da energia elétrica, de instrumento que há muito se fazia indispensável a defesa de uma orientação condizente com o desenvolvimento do país e com as exigências emancipadoras de nossa economia.

A ELETROBRAS não é uma idéia recente. Há quase dez anos foi objeto de mensagem do Presidente Getúlio Vargas ao Congresso Nacional.

No entanto, para que a idéia se transformasse em realidade, foi necessário o surgimento no país de condições objetivas, que só amadureceram no decorrer dos últimos anos.

Coube, afinal, à administração do Presidente João Goulart atingir aquele que foi um dos principais objetivos políticos de Getúlio Vargas.

Nesta oportunidade, cumpre a Diretoria da ELETROBRAS render uma homenagem ao patriotismo e à abnegação de todos quantos, com trabalho e tenacidade, deram sua valiosa contribuição para que este fim fosse alcançado.

Tema a Diretoria o dever de destacar, como exemplo de pensamento e ação dirigidos nesse mesmo sentido, o nome do Ministro Gabriel Passos, que, na Pasta das Minas e Energia, adotou importantes e decisivas medidas visando à constituição da ELETROBRAS.

Cabe-lhe ainda ressaltar a unidade de orientação mantida pelo Governo através da ação dos Ministros Celso Passos, João Mangabeira e Ezequiel Batista da Silva em face dos problemas da empresa nascente.

A ELETROBRAS teve sua constituição autorizada pela Lei n.º 3.890-A, de 25 de abril de 1961. Constituída como empresa em 11 de junho de 1962, após os estudos de um Grupo de Trabalho integrado por vinte e cinco técnicos e especialistas provenientes de vários Estados, empresas e órgãos relacionados com o serviço público de energia elétrica, iniciou a sociedade suas atividades com o fim de levar à prática, no âmbito de sua competência, a política federal.

Criada com o capital inicial de três bilhões de cruzeiros, foi este aumentado para 18 bilhões em novembro de 1962, subscrito pela União, e praticamente integralizado.

Sob sua égide operam, como subsidiárias, as seguintes sociedades de economia mista: "Companhia Hidro Elétrica do São Francisco", "Central Elétrica de Furnas S. A.", "Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba" e "Termoelétrica de Charqueadas S. A."

Participa a ELETROBRAS, como associada, nas "Centrais Elétricas do Rio das Contas S. A.", "Sociedade Termoelétrica do Capivari", "Espírito Santo Centrais Elétricas S. A.", "Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A." e "Centrais Elétricas de Goiás S. A."

2. Objetivos:

A ELETROBRAS tem como objetivo a realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas, linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, diretamente ou através de suas subsidiárias ou associadas; financiamentos; realização de empreendimentos com a finalidade de reduzir a falta de energia elétrica nas regiões em que a demanda efetiva ultrapasse ou esteja em vias de ultrapassar as disponibilidades da capacidade firme dos sistemas existentes; cooperação com os órgãos governamentais incumbidos da elaboração e execução da política oficial de energia elétrica, seja sugerindo providências que transcendam dos encargos que lhe são atribuídos, seja indicando os empreendimentos e as medidas que devam ser objeto de plano, seja ainda, promovendo, junto aos órgãos competentes, a ampliação de empreendimentos já existentes ou a execução de outros, a serem iniciados, se capazes de acelerar o desenvolvimento da indústria de energia elétrica do país; execução, diretamente ou através de suas subsidiárias, mediante prévio contrato com a União, de obras e serviços condizentes com o seu objetivo e não constantes do Plano Nacional de Eletrificação, para os quais foram destinados recursos financeiros especiais.

3. Instalação e estruturação:

O ano de 1962 caracterizou-se como o do início da instalação e da estruturação da Empresa.

Nestas condições, foram tomadas as primeiras providências e feita a aquisição do imóvel destinado ao escritório central da Empresa no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo foi providenciada a instalação da sede da Empresa no Edifício da Petrobras, em Brasília, medida que se completará no próximo ano.

Tudo o espaço de que dispõe a Empresa está, no presente momento, entretanto, longe ainda de atender suas necessidades. Assim em caso, porém, as providências necessárias, visando a obtenção das instalações adequadas ao seu pleno funcionamento.

O problema de pessoal também mereceu especial atenção do Diretor, que se vem orientando, para a organização do seu quadro, por critérios rigorosos de recrutamento e seleção, tendo em vista poder contar com servidores do nível de qualificação exigido por suas altas responsabilidades e pela especialização técnica das tarefas que estarão a seu cargo. Quer a Eletrobrás garantir a permanência de um quadro de pessoal constituído de empregados bem selecionados e em número estritamente necessário.

4. Assessoramento:

Desde o início de suas atividades, a Eletrobrás desincumbiu-se de várias tarefas de assessoramento, entre as quais cumpre destacar:

a) assessoramento ao Ministério das Minas e Energia na elaboração do seu orçamento do setor da energia elétrica. Em virtude do esforço comum empreendido neste sentido, o crescimento daquela Secretaria de Estado consignou, com distribuição que permitiu maior rendimento dos recursos destinados, cerca de 22 bilhões de cruzeiros para os serviços de energia elétrica, para o ano de 1963;

b) estudo dos projetos relativos ao setor de energia elétrica, que serão encaminhados à "Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso". Foram estudados projetos concernentes às obras da CEMIG, CEMAP, CESP, CEA, FURNAS e CHEVAP, todos considerados, do ponto de vista técnico, matadores do desenvolvimento solicitado;

5. Atividade das subsidiárias:

A ação das subsidiárias da Eletrobrás, no decorrer de 1962, foi múltipla e se fez sentir de maneira marcante. Pode ser assim resumida:

CHEVAP: A "Companhia Hidro Elétrica do São Francisco" estendeu mais 120 km de linhas de transmissão realizando, assim, 3.830 km que, quando à extensão das linhas existentes nos locais de distribuição, alcançam 7.820 km.

A CEMIG fornece, atualmente, energia aos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará, servindo a 183 municípios e 73 localidades. A Empresa, em 1962, prosseguiu nos trabalhos que permitiram a instalação da 6ª unidade da usina de Paulo Afonso, com a capacidade de 35.000 kW, além no fim de 1962, de no início de 1963, de atual capacidade instalada na usina de 210.000 kW e atingirá 375.000 kW com a instalação da 6ª unidade já mencionada.

FURNAS: A "Central Elétrica de Furnas S. A." está utilizando as providências para o fechamento das comportas de sua barragem construída no

Rio Grande, Estado de Minas Gerais, formadora do grande reservatório de acumulação. Desenvolveu os trabalhos de montagem de duas unidades geradoras com a capacidade de..... 150.000 kW cada uma delas. No decorrer de 1962, entraram em operação as duas primeiras unidades e, em início de 1963, a 3ª unidade de mesma potência, como parte da primeira etapa que atingirá 900.000 kW. Paralelamente, estão sendo construídas as linhas de transmissão que ligarão a usina de Furnas aos principais centros de consumo da região centro-sul.

CHEVAP: A "Companhia Hidroelétrica do Vale do Paraíba" é a responsável pela construção da "Central Hidroelétrica do Funil" e da "Termoelétrica de Santa Cruz". A primeira, já iniciada, terá a potência de 210.000 kW e seu término está previsto para o fim de 1963, com a potência final de 240.000 kW, encontra-se em fase de estudos.

6. Atividade das associadas:

Foi, em resumo, a seguinte a atividade das associadas da Eletrobrás no ano findo:

Na "Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A." foram postas em operação duas unidades de "Usina Bernardo Mascarenhas" (Três Marias). "Usina de Tronqueiras", além de usinas menores, promovendo tais realizações um aumento de ordem de 136.000 kW na potência instalada do país.

A "Central Elétrica do Rio das Contas S. A." fez inaugurar, em outubro do ano passado, a "Usina do Funil", na Bahia, com a potência de 20.000 kW.

As demais associadas, ESELSA, CELG e SOTELCA, prosseguiram na execução de seus programas de aumento de capacidade instalada e de ampliação de seus sistemas de transmissão e distribuição.

Mediante adiantamentos, pelo BNDE, de recursos à conta do Fundo Federal de Eletrificação, colaborou a Eletrobrás para a instalação de mais 114.000 kW no Estado do Rio Grande do Sul e 25.000 kW em Brasília.

7. Aumento de capacidade geradora:

A capacidade geradora do país foi acrescida de cerca de 360.000 kW no decorrer de 1962 ou seja de 10,7% do total existente no último dia do corrente ano. A Eletrobrás colaborou, através de suas subsidiárias, associadas ou de adiantamentos de recursos do Fundo Federal de Eletrificação e organizações estatais, na instalação de cerca de 351.000 kW, ou seja 63% do crescimento de potência verificada no país no exercício de 1962.

8. Colaboração com o "Comitê Energético":

O acelerado desenvolvimento que se vem processando em todo o território nacional está exigindo um estudo aprofundado das possibilidades energéticas e das necessidades do seu mercado. Esses estudos foram iniciados na região centro-sul, que abrange os Estados da Guanabara, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e norte do Paraná, zona de maior concentração industrial do país, com cerca de 700.000 quilômetros quadrados.

Para esse fim, o Governo solicitou cooperação do Fundo Especial das Nações Unidas, destinada ao pagamento de especialistas, equipamentos e bolsas de estudo.

Esses especialistas, que trabalharão em estreita colaboração com técnicos nacionais, deverão efetuar um amplo estudo das possibilidades energéticas da região e estabelecer um programa prioritário de obras a serem executadas até 1970.

Programa semelhante será estendido a todos os Estados e Territórios da Federação, de maneira que se torne

possível a realização de um conjunto de obras técnicas e economicamente justificáveis, nas quais deverão ser concentrados os recursos financeiros da União, Estados e Municípios.

Os estudos da região centro-sul foram iniciados sob a supervisão de um "Comitê Coordenador", subordinado ao Ministério das Minas e Energia.

Para a efetivação desses estudos está em elaboração contrato a ser assinado entre o Governo Federal e as Nações Unidas.

A ELETROBRÁS será o agente executor do Comitê nos contratos daí decorrentes.

9. Concessão do rio Jequitinhonha:

Pelo Decreto nº 1.540, de 16 de novembro último, foi outorgada à ELETROBRÁS a concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica do rio Jequitinhonha, na fronteira de Minas Gerais e Bahia. Foi a primeira concessão à Empresa. Os estudos relativos ao referido aproveitamento exigem a aplicação de mais de quinhentos milhões de cruzeiros no próximo ano.

10. Reforço ao Fundo Federal de Eletrificação:

No decorrer de 1962, a Empresa teve de empenhar-se de maneira decidida no sentido de obter, junto aos órgãos do Governo Federal, recursos necessários à conclusão da usina que a Central Elétrica de Furnas está construindo no rio Grande, Minas Gerais. Da ação do Ministério das Minas e Energia e da Empresa resultou a obtenção de reforço ao Fundo Federal de Eletrificação, superior a 11 bilhões de cruzeiros.

11. Aproveitamento de Sete Quedas:

Recentemente foi a ELETROBRÁS incumbida, pelo Ministério das Minas e Energia, de realizar todos os estudos necessários à elaboração e seleção de projetos de aproveitamento de Sete Quedas, no Estado do Paraná.

12. Aproveitamento do rio Grande:

A Empresa iniciou, em fins de 1962, estudos visando à formulação mais adequada ao interesse nacional do aproveitamento progressivo do potencial hidráulico do rio Grande.

Trata-se de medida da maior significação para o desenvolvimento do país, diretamente ligada ao atendimento da demanda do mercado de energia elétrica na região centro-sul.

13. Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos:

A Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (CONESP) foi criada em 30 de maio de 1962 e tem por finalidade indicar ao Poder Executivo os serviços que devem passar ao regime de exploração direta, nacionalização e forma de reembolso ou indenização aos acionistas, bem como fixar normas a serem seguidas no tombamento do patrimônio e avaliação dos ativos das empresas a serem nacionalizadas.

O Presidente da ELETROBRÁS participou da CONESP na qualidade de membro nato.

14. Fundo Federal de Eletrificação:

A desproporção entre os recursos financeiros e a necessidade de expansão dos sistemas elétricos, de modo que se atenda às exigências de um mercado consumidor em rápido desenvolvimento, tem sido uma constante preocupação do Poder Público.

Em razão da pequena participação do capital privado nos novos programas de energia elétrica, o Governo

foi compelido a assumir a responsabilidade financeira nesse setor, razão que o levou a alterar a legislação sobre o Fundo Federal de Eletrificação, estabelecida em Lei nº 4.153, de 23 de novembro de 1962.

Os recursos decorrentes da aplicação da nova lei, são insuficientes para fazer frente às necessidades necessárias em todo o território nacional, mantida a taxa média de crescimento observada no último decênio. Será indispensável, portanto, rigorosa administração dos investimentos de maneira que não se venha a inflacionar novos custos devido ao que restará de recursos disponíveis para o término das obras já se encontram em execução. Para isso, espera a Eletrobrás contar com a colaboração dos demais órgãos do Governo Nacional e dos Estados, no que diz respeito à aplicação de recursos no setor de energia elétrica.

15. Acordo com o BNDE:

Até o início de 1962, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico tinha a titularidade de maior parte do Fundo Federal de Eletrificação, sob a administração do Departamento de Economia mista controlada pela União, Estados e Distrito Federal.

Com a constituição da Eletrobrás, a responsabilidade da administração do Fundo Federal de Eletrificação passou, em virtude da Lei, a esta empresa.

Em 6 de novembro de 1962, foi celebrado, entre a Eletrobrás e o BNDE, um acordo para o administração dos contratos assinados pelo Banco à conta de recursos do Fundo Federal de Eletrificação. Nos termos dos artigos do acordo deve ser firmado, entre a Empresa e o mesmo Banco, um Protocolo Adicional sobre as aplicações e movimentação do Fundo pelas duas entidades a partir do acordo.

A Empresa aguarda a complementação do acordo de ver e do BNDE para assinatura do referido Protocolo Adicional.

16. Execução de obras e serviços:

Encontra-se em curso o desenvolvimento do contrato entre a Eletrobrás e o Ministério das Minas e Energia para execução de obras e serviços no setor de energia elétrica, mediante a aplicação de recursos nacionais.

17. Curso de Eletrificação:

Outro convênio em fase de preparação para estabelecimento entre a Eletrobrás e a Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais e referência à criação de curso de Engenharia de Eletrificação daquela Escola, para formação de especialistas de alto nível no campo de energia elétrica. O curso terá 22 vagas e a Eletrobrás garantirá, através de bolsas de estudos, um desenvolvimento de âmbito nacional para estudantes que, desse modo, serão preparados para o desenvolvimento de importantes tarefas no setor.

Desenvolvimentos semelhantes em curso relativos a outras especialidades. Estas são providências com que a Eletrobrás busca contribuir para a solução da demanda de alta de técnicos no setor de energia elétrica.

18. Relação e Conta de Rendimentos:

No decorrer do período acima mencionado a atenção para as seguintes contas:

a) Participação Societária.

Nesta conta está registrado o total de 2.000.000 ações pertencentes à ELETROBRÁS, no valor de Cr\$ 1.000.000, cada uma a seguir discriminadas por empresa:

Nº de ações
Cia. Hidroelétrica do Vale do Paraíba 1.023.000